

PERcursos Linguísticos

**VITÓRIA
2012
UFES**

PERcursos Linguísticos

Esta revista é um periódico semestral.

Reitoria

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitor: Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Júnior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Júlio Bentivoglio

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Jurema José de Oliveira

Subchefe: Sérgio da Fonseca Amaral

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado em Estudos Linguísticos

Coordenador: Maria da Penha Pereira Lins

Coordenadora Adjunta: Lúcia Helena Peyroton da Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

PERcursos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 2, n. 4 (2012)- . – Dados eletrônicos. – Vitória : UFES, 2012-Semestral.

ISSN: 2236-2592

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/percursos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:

Saulo de Jesus Peres

CRB6 – Reg. 676/ES

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 027 4009-2801

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Rodrigues Meireles (presidente)
Ana Cristina Carmelino
Edenize Ponzo Peres
Júlia Maria da Costa de Almeida
Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Maria da Penha Pereira Lins
Micheline Mattedi Tomazi

CONSELHO EDITORIAL

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES)
Ana Cristina Carmelino (UFES)
Edenize Ponzo Peres (UFES)
Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP)
Erasmus d'Almeida Magalhães (USP)
Fernanda Mussalim G. L. Silveira (UFU)
Gregory Riordan Guy (New York University),
Hilda de Oliveira Olímpio (UFES)
Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES)
Janice Helena Chaves Marinho (UFMG)
José Augusto Carvalho (UFES)
José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG)
Júlia Maria da Costa de Almeida (UFES)
Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN)
Lilian Coutinho Yacovenco (UFES)
Luciano Vidon (UFES)
Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP)
Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN)
Maria da Penha Pereira Lins (UFES)
Maria Regina Momesso (UNIFRAN)
Maria Sílvia Cintra Martins (UFSCar)
Marina Célia Mendonça (UNESP)
Marta Scherre (UNB/UFES)
Micheline Mattedi Tomazi (UFES)
Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES)

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------|
| <u>NÓS E A GENTE NA CIDADE DE VITÓRIA: ANÁLISE DA FALA CAPIXABA</u> | |
| <i>Alexandre Kronemberger de Mendonça</i> | 1-18 |
| <u>OS VERBOS DE AÇÃO-PROCESSO E SUAS ESTRUTURAS ARGUMENTAIS</u> | |
| <i>Carlos Rodrigues</i> | 19-38 |
| <u>O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DO VOLITIVO QUERER EM GÊNEROS JORNALÍSTICOS</u> | |
| <i>Gabriela Baroni</i> | 39-58 |
| <u>AS FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DA APOSIÇÃO NO GÊNERO EDITORIAL</u> | |
| <i>Gesieny Damasceno, Lúcia Helena Peyroton da Rocha</i> | 59-78 |
| <u>CONSTRUÇÃO DE IMAGEM POR INTERTEXTUALIDADE NO GÊNERO PERFIL DE ORKUT</u> | |
| <i>Kelly Diniz</i> | 79-96 |
| <u>O estilo nos contos de Chico Anysio: uma análise linguística</u> | |
| <i>Luana Ferraz, Ana Cristina Carmelino</i> | 97-115 |
| <u>REFLEXÃO DA TRADUÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA RETEXTUALIZAÇÃO</u> | |
| <i>Mayelli Castro</i> | 116-135 |

APRESENTAÇÃO

Em seu quarto número, a revista eletrônica semestral *PERcursos Linguísticos* – uma publicação científica do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, reforça seu interesse em divulgar os resultados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, que se dedicam aos estudos linguísticos em diferentes níveis, sejam eles doutores, pós-graduandos ou alunos de Iniciação Científica. É, portanto, aberta a contribuições sobre questões de interesse em qualquer subárea da Linguística. O seu Conselho Editorial é composto, principalmente, de docentes do próprio programa, mas conta também com membros externos de expressão na comunidade científica nacional e internacional.

O primeiro artigo, de autoria de Alexandre Kronemberger de Mendonça, “Nós e a gente na cidade de Vitória: análise da fala capixaba”, visa ao estudo da alternância nós\ a gente na fala dos moradores de Vitória à luz da Sociolinguística Variacionista. O presente estudo mostra que o processo de mudança linguística em Vitória se revela bastante acentuado.

“Os verbos de ação-processo e suas estruturas argumentais” é o título do segundo artigo, escrito por Carlos Roberto de Souza Rodrigues. O autor, com o intuito de ampliar a quantidade de informações sintático-semânticas sobre os verbos de ação-processo, pautou a presente pesquisa num programa de pesquisa que visa à identificação das valências verbais, proposto por Borba (1996) e Welker (2005).

No artigo “O caráter multifuncional do volitivo *querer* em gêneros jornalísticos”, Gabriela do Couto Baroni classifica os usos de *querer* nos gêneros textuais *artigo de opinião* e *entrevista*, a fim de observar como esse verbo tem sido utilizado pelos falantes do português brasileiro – se como pleno ou se mais próximo da auxiliaridade.

Em “As funções textual-discursivas da aposição no gênero editorial”, Gesieny Laurett Neves Damasceno e Lúcia Helena Peyroton da Rocha, investigaram as correlações existentes entre as construções apositivas e os propósitos comunicativos do gênero editorial. A partir das análises feitas quanto à frequência de determinadas funções textual-discursivas, concluíram a pesquisa inferindo que as construções apositivas contribuem de maneira significativa para o cumprimento dos propósitos comunicativos do gênero editorial.

Kelly Christine Lisboa Diniz Leite de Vilhena, autora do artigo “Construção de imagem por intertextualidade no gênero perfil de Orkut”, faz um estudo do gênero perfil do *Orkut*. A amostra permitiu constatar o uso de estratégias de construção de imagem positiva e as descrições com intertextualidade como estratégia de aproximação de grupos.

Com base nas reflexões teóricas de Bakhtin (2010) sobre os gêneros do discurso, Luana Ferraz e Ana Cristina Carmelino objetivam, em “O estilo nos contos de Chico Anysio: uma análise linguística”, a caracterização do gênero conto, destacando a relevância do estilo individual do autor na construção desse tipo de enunciado. As análises revelam que Chico Anysio lança mão de diferentes recursos linguísticos e estratégias de ordem sociocognitiva, cultural e interacional, unindo as características determinadas pelo gênero conto a traços estilísticos individuais na construção de uma narrativa claramente direcionada ao público popular.

Finalizando esta edição, Mayelli Caldas de Castro, em “Reflexão da tradução sob a perspectiva da retextualização”, tem como objetivo geral fazer uma reflexão do ato tradutório considerado como “Retextualização”, baseada na hipótese defendida por Neuza Gonçalves Travaglia (2003).

Alexsandro Rodrigues Meireles (Presidente da Comissão Editorial)

NÓS E A GENTE NA CIDADE DE VITÓRIA: ANÁLISE DA FALA CAPIXABA

Alexandre Kronemberger de Mendonça*

Resumo: O presente artigo visa ao estudo da alternância *nós/a gente* na fala dos moradores de Vitória. Utilizamos para esta pesquisa 40 células do PORTVIX – UFES. A análise se procederá à luz da Teoria Sociolinguística, de W. Labov, que considera a língua em uso e contempla variáveis sociais, no nosso caso, idade, sexo/gênero e grau de escolaridade do falante; e variáveis lingüísticas, no nosso caso, paralelismo formal; variante implícita ou explícita; referencialidade das formas *nós* e *a gente*; posição sintática, tempo e modo verbais. O presente estudo mostra que o processo de mudança lingüística em Vitória se revela bastante acentuado. Fazemos um comparativo com os seguintes estudos de fala: Rio de Janeiro (Omena, 1996 e 2003); João Pessoa (Fernandes, 1996); Florianópolis (Seara, 2000); Jaguarão e Pelotas (Borges, 2004) e Porto Alegre (Zilles, 2007).

Palavras-Chave: Nós. A gente. Sociolingüística. Variação. Mudança

Abstract: This article aims to study the alternation between *nós/a gente* in the speech of those who live in Vitória. For this research we used 40 cells from PORTVIX – UFES. The analysis will proceed to the Sociolinguistic Theory, from W. Labov, which considers the current language and includes social variables; like the speaker's age, gender, and educational level; besides linguistic variables, in our case the formal parallelism, implicit or explicit variant, referentiality of the forms *nós/a gente*, syntactic position, verbal tense and mood. This study shows that the process of language change in Vitória is marked. We do a comparative study with the following studied: Rio de Janeiro (Omena, 1996 and 2003), João Pessoa (Fernandes, 1996), Florianópolis (Seara, 2000), Jaguarão and Pelotas (Borges, 2004), and Porto Alegre (Zilles, 2007).

Keywords: Nós. A gente. Sociolinguistics. Variation. Change.

* Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória. Espírito Santo. Brasil. alkomen@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Largamente investigados na oralidade, os pronomes “nós” e “a gente” serão estudados a partir do olhar Sociolinguístico de W. Labov (2008). Em usos cotidianos da linguagem oral, denominados por W. Labov de *vernáculo* (2008), os falantes utilizam a forma *a gente* em alternância com o pronome pessoal *nós*. O estudo aqui proposto objetiva analisar essa variação a partir das entrevistas que compõem o projeto do Português falado em Vitória (PortVix), desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

NÓS E A GENTE EM VITÓRIA

A variável aqui analisada é a noção de 1ª pessoa do plural, que pode ser expressa pelas variantes *nós* e *a gente*. A variação entre as formas *nós* e *a gente* pode ocorrer ao menos de quatro modos: 1) *nós* explícito; 2) *nós* oculto ou implícito, revelado pela desinência *-mos*; 3) *a gente* explícito; 4) *a gente* oculto ou implícito, revelado pelo uso da desinência *-o*, conforme os exemplos abaixo.

- (1) *EI: Eles custuma reclamá assim se falta ônibus, se ônibus demora?*
I: Não. Não.
EI: Cê acha que a quantidade que tem [é suficiente?]
I: [Aqui no bairro] pelo menos, atende bem. Nós temos três linhas, quatro linhas que passam aqui dentro, né? Elas pegam quase todos os pontos de Vitória, então atende bem. (CEL 40 - 01)
- (2) Vitória falta um pouco disso... conscientização um trabalho mas cê vê Vitória tem excelentes vários pontos turístico que você não vê sendo aproveitado até porque também a cultura do brasileiro não é pô cê vai na Europa qualquer lugar que você vai cê vai num museu cê paga ao dez dólares vinte dólares prá entrar nego paga prá vê quadro morrendo de rir cê chega aqui em Vitória se você tem que pagar alguma coisas ali pra entrar no museu rodoviário nego faz careta acha ruim entendeu? Não tou dizendo que é certo mas **vamos** botar uma taxinha de manutenção um real dois reais um negócio simbólico mas que ajude a manter (CEL 39 - 05)
- (3) *principalmente que a gente vê um monte de de reportagem né ... eu principalmente já não gostava muito não eu vou pra praia vou pra praia curtir a praia no máximo tomar água de coco comer um :: tomar um sorveteinho picolé...(CEL 35 - 07)*
- (4) *na minha casa a gente tá economizando não deixa a luz ligada. (CEL 03 - 41)*

As duas formas são comumente utilizadas como referência genérica, embora a forma *a gente* venha concorrendo com o pronome *nós* como referente mais específico, como se verifica nos trabalhos de Omena (2003), Silva (2004) e Borges (2004), assumindo assim a referência determinada, sem, contudo, deixar de ter referencialidade genérica.

Segundo Omena (1996), a introdução da forma *a gente* expressa uma necessidade de os falantes contraporem uma referência específica a uma genérica, conforme o exemplo seguinte, retirado do PORTVIX.

(5) *a gente tem que exigir... do governo né?... a gente é um dos países que... paga mais imposto... e é um dos países que tá em:... com sérios problemas de:: saúde educação... não faz sentido né? a gente não acha isso certo.* (CEL 25 – 40)

O falante utiliza a primeira ocorrência da forma *a gente* para nomear de forma genérica os brasileiros, as pessoas em geral. A segunda ocorrência nomeia de forma determinada o Brasil, nosso país, e a última nomeia de forma mais específica ainda o emissor. O trecho acima demonstra a multirreferencialidade da forma *a gente*, também comum ao pronome *nós*, que dentro de um mesmo contexto discursivo, expressam sujeitos distintos, interligados e interpretados via contexto.

Segundo Labov (1986, p. 168), as variações não são aleatórias e se constroem a partir dos fatores que nelas possam interferir. Labov, ao considerar a língua um sistema heterogêneo, fazia nascer a Teoria da Variação e da Mudança Linguística, que tem por objetivo estudar a língua em comunidades de fala, observando como o contexto social (sexo, faixa etária, escolaridade, perfil socioeconômico dos falantes) pode interferir e alterar o sistema linguístico de uma determinada comunidade ou região.

Segundo Weinreich, Labov e Herzog (1965, p.139) “a mudança é um tipo de variação linguística com propriedades sociais particulares”. Portanto, para que haja mudança, é necessário que, em um dado período, uma variável tenha sofrido algum tipo de modificação ou variação. Entretanto, cabe ressaltar que o fato de existir mais de uma forma com o mesmo valor de verdade, não significa que houve, há ou haverá necessariamente mudança. A partir do entendimento da variação linguística, é possível fazer inferências, compreender o processo de mudança e motivar reflexões.

A mudança linguística pode ser entendida e analisada a partir das transformações porque passa a língua em seu uso. Investigaremos as variáveis sociais sexo - masculino ou

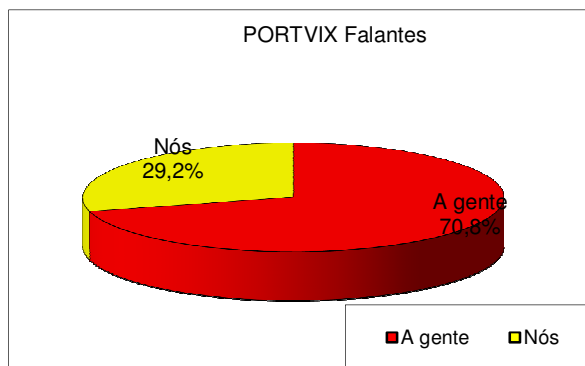
feminino; idade - dividida em quatro faixas etárias: de 7 a 14 anos, de 15 a 25 anos, de 26 a 49 anos e 50 e mais anos - e escolaridade: fundamental (8 anos de escolarização), média (11 anos de escolarização) e universitária (mais de onze anos de escolarização) a fim de observarmos a influência que possam exercer na escolha do falante diante das opções que a linguagem oral oferece.

Pretendemos, com o estudo em voga, mapear o uso das formas *nós* e *a gente* na cidade de Vitória, contribuindo com os estudos sobre o novo sistema pronominal que se forma no português brasileiro. É intenção também dessa pesquisa contribuir com os estudos da área de sociolinguística que privilegiam a função de interação social da linguagem, a partir das relações de indivíduos em contextos que estimulam a linguagem oral.

ANÁLISE DOS DADOS

Foram analisados 1745 dados. Podemos afirmar que os moradores de Vitória preferem a forma *a gente* (70,8%) em detrimento do pronome *nós* (29,2%), em termos de percentual de uso, conforme demonstramos abaixo.

GRÁFICO 1: PortVix - Falantes



A cidade de Vitória, conforme podemos observar na tabela abaixo, revela mudança linguística, ou seja, a forma *a gente* é mais favorecida que o pronome *nós* entre as pessoas mais jovens.

TABELA 1 –

Atuação da variável social faixa etária no uso de *a gente* pelos moradores de Vitória.

| FAIXA ETÁRIA | APLICAÇÃO/OCORRÊNCIAS | % | PESO RELATIVO |
|---------------------|-----------------------|------|---------------|
| 07 a 14 anos | 269/315 | 85,4 | 0,76 |
| 15 a 25 anos | 454/541 | 83,9 | 0,70 |
| 26 a 49 anos | 244/416 | 58,7 | 0,36 |
| 50 ou + anos | 269/473 | 56,9 | 0,23 |
| TOTAL | 1236/1745 | 70,8 | |

Os resultados demonstram que as faixas etárias mais jovens tendem a ser menos conservadoras, ou seja, favorecem o uso da forma inovadora: a primeira faixa, de 7 a 14 anos, favorece a forma *a gente* em 0,76, sendo seguida, bem de perto, pela segunda faixa, com 0,70.

Nas faixas etárias seguintes, os adultos acima de 26 anos desfavorecem o uso de *a gente*, que apresenta peso relativo de 0,36 nesta faixa etária e, na faixa etária de informantes com 50 ou mais anos de idade, o peso relativo é de 0,23.

Os resultados mostram, também, que há um maior favorecimento por parte das mulheres, com peso relativo de 0,60, enquanto os homens desfavorecem a forma *a gente* em detrimento do pronome *nós* em 0,35.

TABELA 2 - Influência da variável social sexo no uso da forma *a gente*

| SEXO | APLICAÇÃO/OCORRÊNCIAS | % | PESO RELATIVO |
|------------------|-----------------------|------|---------------|
| MASCULINO | 398/700 | 56,9 | 0,35 |
| FEMININO | 838/1045 | 80,2 | 0,60 |
| TOTAL | 1236/1745 | 70,8 | |

Pesquisamos ainda a variável social escolaridade que apresentou os seguintes resultados: os falantes de nível de escolaridade fundamental desfavorecem a forma *a gente* em 0,48 de peso relativo, resultado igual ao dos falantes de nível médio que também a desfavorecem em 0,48. A forma *a gente* é favorecida em 0,55 pelos falantes de escolaridade universitária.

A primeira variável lingüística selecionada pelo GOLDVAR X foi a de paralelismo formal, conforme tabela abaixo.

TABELA 3 – Efeito da variável paralelismo no uso da forma *a gente*.

| PARALELISMO | TOTAL/ OCORRÊNCIA | FREQUÊNCIA | PESO RELATIVO |
|-------------------------------------------------------|----------------------|--------------|------------------|
| Isolado | 230 /325 | 70,8% | 0,38 |
| 1º da série | 255/366 | 69,7% | 0,34 |
| Não 1º da série precedido de nós explícito | 48/153 | 31,4% | 0,18 |
| Não 1º da série precedido de nós implícito | 37/139 | 26,6% | 0,21 |
| Não 1º da série precedido de <i>a gente</i> explícito | 576/654 | 88,1% | 0,71 |
| Não 1º da série precedido de <i>a gente</i> implícito | 72/76 | 94,7% | 0,96 |
| Não 1º da série precedido de nós zero | 8/17 | 47,1% | 0,23 |
| Não 1º da série precedido de <i>a gente</i> + -mos | 10/15 | 66,7% | 0,55 |
| TOTAL | 1.236/1.745 | 70,8% | |

Das 1.745 ocorrências, 1.236 foram da forma *a gente*. A referência isolada, apresenta um peso relativo que desfavorece a forma *a gente* em 0,38. O mesmo ocorre com o peso relativo da primeira referência em que, das 366 ocorrências, 255 referem-se à forma *a gente*. Entretanto, a exemplo da referência isolada, segundo o peso relativo esta forma é desfavorecida em 0,34.

No fator relativo à forma *a gente* que não é a primeira da série e é precedida por *nós* explícito, das 153 ocorrências, 48 eram de *a gente*, apresentando peso relativo desfavorecedor em 0,18. Resultado bastante semelhante à referência não primeiro da série precedido de *nós implícito*, em que, das 139 ocorrências, 37 eram da forma *a gente*, desfavorecendo em 0,21. Concluímos, portanto, de acordo com a tabela acima, que, nas ocorrências iniciadas por *nós*, a sequência seguinte favorecia a manutenção deste pronome, evidenciando, assim, o paralelismo formal das formas estruturadas com o pronome *nós*.

O mesmo se dá também com a forma *a gente* quando não é a primeira da série precedida de *a gente* explícito: de 654 ocorrências, 576 foram de *a gente*, favoreceram a forma *a gente*, com peso relativo de 0,71. Igualmente em ocorrências as quais não são a primeira da série precedidas de *a gente* implícito, das 76 ocorrências, 72 foram da forma *a gente*, favorecendo-a, com peso relativo da forma *a gente* em 0,96.

Foram registradas 17 ocorrências de não primeiro da série precedido de *nós zero*, destas 8 eram da forma *a gente*, desfavorecendo-a em 0,23 de pesos relativos.

Das 15 ocorrências de não primeiro da série precedido de *a gente* + *-mos*, 10 eram da forma *a gente*, favorecendo em peso relativo de 0,55 a forma *a gente*.

A segunda variável selecionada pelo programa foi a forma implícita e explícita, cujos resultados são os seguintes:

TABELA 4
Atuação da variável implícita e explícita no uso de *a gente* na cidade de Vitória/ES.

| | TOTAL/ OCORRÊNCIA | FREQUÊNCIA | PESO RELATIVO |
|------------------|----------------------|------------|---------------|
| EXPLÍCITO | 1125/1411 | 79,7% | 0,62 |
| IMPLÍCITO | 111/334 | 33,2% | 0,10 |
| TOTAL | 1236/1745 | 70.8% | |

Das 1.745 ocorrências da variável dependente, 1411 foram de formas explícitas, isto é, os pronomes *nós* e *a gente* foram expressos. Das 1411 ocorrências da variável dependente explícita, 1125 foram de *a gente*, equivalendo a 79,7% do total de formas explícitas.

Das 334 formas implícitas, isto é, daquelas expressas apenas pela flexão verbal, 111 foram relativas ao pronome *a gente*, equivalendo a 33,2% do uso das formas implícitas.

Observamos, que os moradores de Vitória utilizam mais o pronome *a gente* de maneira explícita, sendo favorecida em 0,62 de peso relativo. A forma implícita, por sua vez, desfavorece o uso de *a gente* com peso relativo de 0,10, ou seja, os moradores de Vitória preferem o pronome *nós* à forma *a gente* na referência implícita.

Uma das hipóteses do presente trabalho é a de que a forma *a gente*, embora seja considerada de referência mais genérica e indeterminada que o pronome *nós*, conforme Lopes (1993, 2003), Omena (2000), vem ganhando força também na referencialidade específica/determinada. Esta forma que, nos primórdios, referia-se à não-pessoa, paulatinamente se tornou pessoa do discurso, isto é, nas palavras de Benveniste, deixou de ser a não-pessoa e se tornou uma das pessoas do discurso, sendo, inclusive, no atual momento, utilizada como referência à primeira pessoa, no caso, o “eu”, aquele que propõe o enunciado.

A fim de proceder a rodada de pesos relativos, dividiu-se a variável da seguinte forma:

- (i) *a gente* em referência ao próprio falante; ou seja: ao eu;
- (ii) *a gente* em referência a eu + ele (não pessoa);
- (iii) *a gente* em referência indeterminada ou genérica .

As entrevistas monitoradas são produzidas por entrevistadores estranhos ao meio e aos entrevistados, o que dificulta bastante as correlações entre entrevistado e entrevistador, talvez em virtude do modelo de entrevista, a referência a *eu + você* favorece o uso da forma *a gente* em 0,61 de peso relativo, embora tenha um índice pequeno de ocorrências. A referência determinada, ou seja, quando o falante se refere a ele próprio, primeira pessoa, favorece a forma *a gente* com 0,70 de peso relativo conforme tabela abaixo.

TABELA 5 - Referencialidade da forma *a gente*.

| TIPO DE REFERÊNCIA | TOTAL/OCORRÊNCIA | PERCENTUAL | PR |
|--------------------|-------------------|--------------|------|
| EU | 239/295 | 81,0% | 0,70 |
| EU+VOCÊ | 8/11 | 72,7% | 0,61 |
| EU+VOCÊ+NÃO PESSOA | 6/7 | 85,7% | 0,85 |
| EU+ELE | 726/1068 | 68,0% | 0,43 |
| GENÉRICA | 253/357 | 70,9% | 0,54 |
| ELE (A) | 4/7 | 57,1% | 0,04 |
| TOTAL | 1236/ 1745 | 70,8% | |

A referência *eu+você+não pessoa* também apresenta um índice muito baixo de ocorrências, favorece a forma *a gente* em 0,85 de peso relativo.

Quanto à referência *eu+ele*, significando a primeira pessoa do plural de modo mais específico, embora o número de ocorrências seja bastante significativo, esta referência desfavorece a forma *a gente*.

A referência genérica apresenta peso relativo de 0,54, demonstrando um certo equilíbrio entre as duas variantes, o que significa que tanto *nós* quanto *a gente* possuem referência genérica, podendo ser usadas para indeterminação ou generalização do sujeito,

A referência à não pessoa desfavorece a forma *a gente*, apresenta um baixíssimo número de ocorrências.

Quanto à posição sintática, nossa hipótese inicial era a de que a variante *a gente*, confirmando estudos de Omena e Braga (1996) e Seara (2000), ocuparia com maior frequência a posição de sujeito nas falas dos moradores de Vitória. O que de certa forma se confirma, pois Omena (1998, p.191-192) apresenta-nos a frequência de uso de *a gente e nós* no uso geral favorecendo o complemento verbal em 72%, contra 73% na posição de sujeito, demonstrando haver equilíbrio no uso dessas formas. Entretanto, se observarmos o grupo de crianças isoladamente, constataremos a maior diferença de pontos percentuais de uso. O

complemento verbal possui 90% de uso de *a gente*, e sujeito, 82%. Considerando que estes resultados são da década de 80, que os mais jovens já utilizavam com maior frequência a forma *a gente*, tudo indica haver uma mudança lingüística em progresso.

TABELA 6 – Atuação das variáveis sujeito e complementos verbais no uso de *a gente*

| POSIÇÃO SINTÁTICA | APLICAÇÃO/ OCORRÊNCIAS | % | PR |
|-------------------|------------------------|------|------|
| SUJEITO | 1.143/1.642 | 69,6 | 0,47 |
| OBJETO DIRETO | 44/46 | 95,7 | 0,88 |
| OBJETO INDIRETO | 49/77 | 86,0 | 0,76 |
| TOTAL | 1.236/1745 | 70,8 | |

Dos resultados, podemos observar que há quase um equilíbrio disputando a posição de sujeito, com peso relativo desfavorecendo o uso de *a gente* em 0,47 e favorecendo o uso de *nós* em 0,53. Já quanto à função de complemento verbal sem preposição, a forma *a gente* é favorecida em 0,88 de peso relativo e, com preposição, em 0,76. Isto significa que a forma *a gente* não está apenas migrando em funções morfológicas, mas também no campo sintático da oração.

Esse favorecimento da forma *a gente* nas posições sintáticas de objeto direto e indireto se dá por causa do desfavorecimento do clítico “nos” (o bem que Deus *nos* faz e o amor que Deus *nos* deu ... né? (Cel 19)) e a preferência de uma forma nominal e não pronominal nesta posição (essa senhora explicou *para a gente* assim que fala bem assim "pai eu posso namorar com aquele?" (cel 11)) vs (ai meu Deus papai fez isso *pra nós* (cel 20)).

Outra variável lingüística pesquisada foi a de tempo verbal, cuja hipótese inicial é confirmada parcialmente na fala dos moradores de Vitória, ou seja, relativamente confirmamos o favorecimento da forma *a gente* pelos tempos presente e o pretérito imperfeito. No tempo presente, há 809 ocorrências de um total de 1.074 e o peso relativo de 0,54 favorecendo a forma *a gente*. Igualmente o pretérito imperfeito, com um total de 279 ocorrências, das quais 235 eram da forma *a gente* com peso relativo favorecendo a forma *a gente* em 0,64. O tempo futuro se apresenta de maneira semelhante aos outros dois tempos já citados, isto é, também favorece a forma *a gente*, com peso relativo de 0,55. O pretérito perfeito desfavorece a forma *a gente*, com peso relativo de 0,26.

TABELA 7 – Efeito do tempo verbal no uso da forma *a gente*.

| TEMPO | TOTAL / OCORRÊNCIAS | % | PR |
|--------------|---------------------|-------------|------|
| PRESENTE | 809/1.074 | 75,3 | 0,54 |
| PRET. PERF. | 159/348 | 45,7 | 0,26 |
| PRET. IMPERF | 235/279 | 84,2 | 0,64 |
| FUTURO | 33/44 | 75% | 0,55 |
| TOTAL | 1236/1745 | 70,8 | |

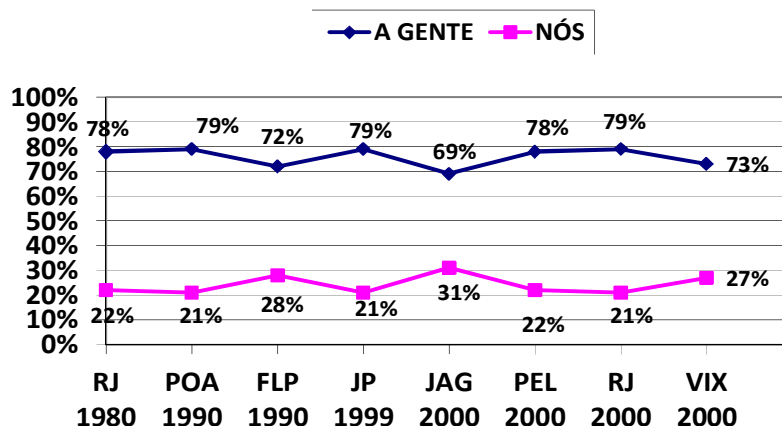
O papel favorecedor do tempo presente (0,54) e desfavorecedor do pretérito perfeito (0,26) pode ser explicado pela ambiguidade das formas quando relacionadas à forma *nós* representando tanto o presente quanto o pretérito perfeito (cantamos).

A hipótese para o favorecimento ao pretérito imperfeito e ao futuro é a de que os falantes tendem a evitar as formas proparoxítonas, o que não ocorre com a forma inovadora (a gente cantava / nós cantávamos).

ESTUDOS COMPARATIVOS

Procuramos neste trabalho analisar as ocorrências da forma *a gente* competindo com o pronome *nós* na função de pronome pessoal do Português do Brasil. Para tanto, baseamo-nos nos seguintes estudos de fala: Rio de Janeiro (Omena, 1996 e 2003); João Pessoa (Fernandes, 1996); Florianópolis (Seara, 2000); Jaguarão e Pelotas (Borges, 2004) e Porto Alegre (Zilles, 2007). O gráfico a seguir mostra, em percentuais de uso, que a introdução da forma *a gente* na função de pronome pessoal vem ocorrendo em todas as localidades estudadas de forma bastante acentuada, ficando nítida a escolha do falante pela forma *a gente* em detrimento do pronome *nós*. Devemos levar em conta que a forma *a gente* é admitida tanto para o papel de sujeito quanto para complemento verbal, o que não ocorre com a forma *nós* que atende muito bem à função de sujeito, mas não a de complementos. Fica igualmente claro que, por não ter o uso estigmatizado, a forma *a gente* vem se propagando em todos níveis de escolaridade e também em todas as classes sociais. Para Borges (2004, p.185-186) o fato de a forma *a gente* se destacar em várias localidades “reforça a ideia de que a diversidade linguística do Português do Brasil tem o fator cultural como uma importante variável a ser considerada”.

GRÁFICO 2 –
 Percentuais de uso da forma *a gente* nos trabalhos consultados para esta pesquisa.¹



As línguas estão em constante mudança, principalmente porque antes de tudo são um aparato social e, por isso, passíveis de eliminar ou incluir determinadas variantes. Se compararmos, por exemplo, nossa língua utilizada há um século, ou meio século ou simplesmente há décadas, constataremos algumas mudanças motivadas, muitas vezes, pelo uso informal da língua.

Nesse sentido, destaca-se a variável faixa etária pela qual, em nosso trabalho, em tempo aparente, nos revela haver uma mudança linguística em progresso em Vitória.

A mudança linguística em Vitória também se revela bastante acentuada, sendo confirmada pelo crescente uso das duas faixas etárias mais jovens, enquanto as outras faixas etárias apresentam resultados desfavoráveis à forma inovadora.

¹ Os percentuais de uso do gráfico acima, salvo o do Rio de Janeiro (Omena in Braga 2003: pp.63-80) e o de Vitória (PortVix), foram colhidos no trabalho de Zilles (2007, p.37) in *Letras Hoje*. Porto Alegre, v. 42, pp.27-44, junho, 2007.

GRÁFICO 03 - Atuação da faixa etária no uso da forma *a gente* em diversos estudos / localidades (pesos relativos)

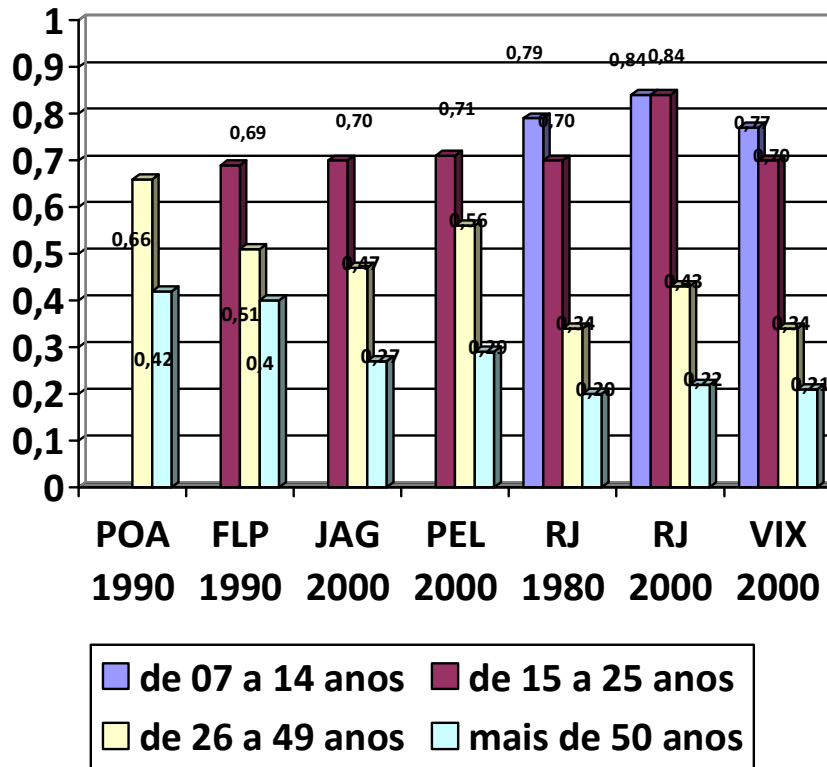
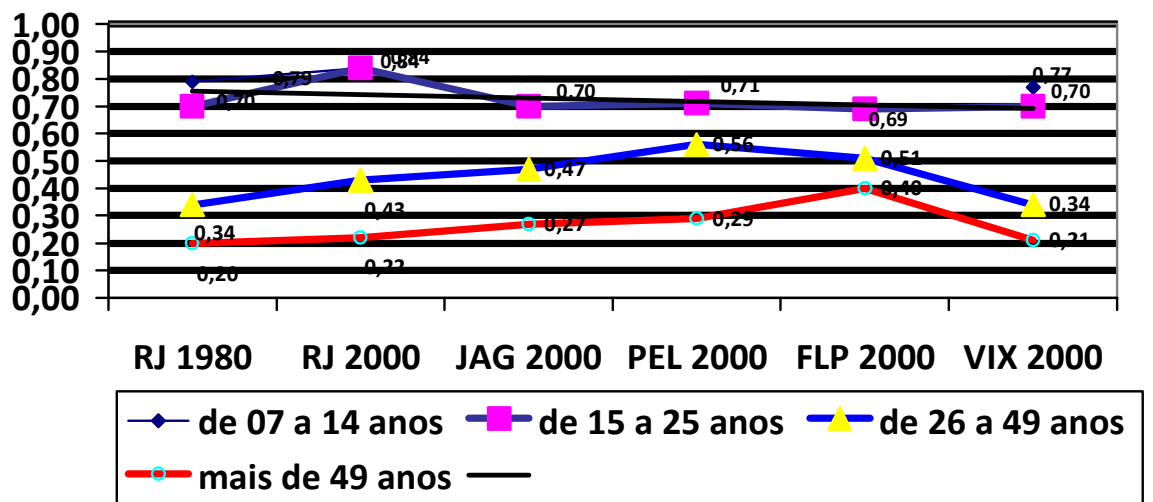


GRÁFICO 4 - Atuação da faixa etária no uso da forma *a gente*

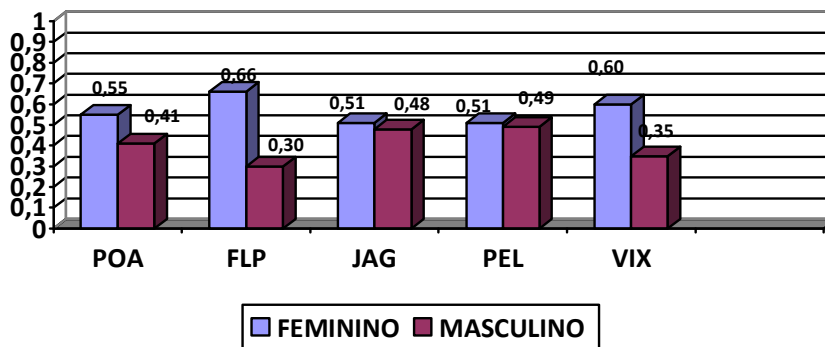


A partir dos gráficos 03 e 04, podemos perceber que Vitória, na primeira faixa etária alinha-se ao Rio de Janeiro com favorecimento da faixa etária mais jovem ao uso da forma inovadora: o Rio de Janeiro favorece a forma inovadora, na década de 80, com 0,79 e, em 2000, com 0,84 de peso relativo e Vitória, em 0,77. As demais regiões pesquisadas não se dedicaram a esta faixa etária. A segunda faixa etária de 15 a 25 anos é bastante reveladora: Vitória apresenta peso relativo de 0,70 próximo à faixa etária anterior e idêntica a do Rio de Janeiro na década de 80, porém se distancia do Rio de Janeiro, cujo favorecimento se dá em 0,84, em 2000. Na faixa etária intermediária (de 25 a 49 anos) Vitória alinha-se ao Rio de Janeiro e a Jaguarão com pesos relativos na média de (0,40) desfavorecendo a forma inovadora. Em Florianópolis, há um certo equilíbrio entre as duas formas (0,51). Em Pelotas, a faixa etária de 26-49 anos favorece o uso da forma inovadora em 0,56. A hipótese de Borges (2004, p.100) é a de que Pelotas sofre grande influência, em virtude de sua tradição cultural pelo teatro, de grandes centros culturais do país. Também atrai estudantes de várias partes do país em virtude de suas duas Universidades e duas escolas técnicas.

A fim de confirmarmos o papel da mulher como propagadora da forma inovadora quando esta não se demonstra estigmatizada, comparamos nossos resultados com o de outras quatro localidades e percebemos que, em Vitória, a mulher exerce grande influência no processo de mudança, igualmente nas capitais Florianópolis e Porto Alegre.

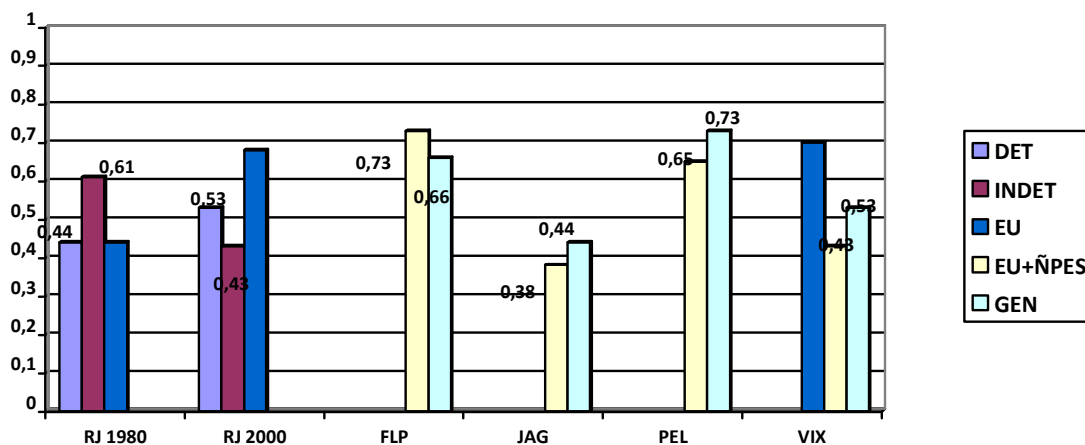
Em Jaguarão e Pelotas, cujas pesquisas foram desenvolvidas no mesmo ano que as de Vitória (2000), as mulheres revelam resultados muito próximos aos dos homens, não se revelando propagadoras da forma *a gente*. Uma das hipóteses para justificar esse distanciamento das duas cidades é a diferença dos papéis sociais das mulheres nas capitais e nas cidades do interior.

GRÁFICO 5 - Efeito da variável sexo no uso da forma *a gente* em diversas localidades - Peso relativo



Quanto à referencialidade, Vitória mantém-se alinhada ao Rio de Janeiro em que predomina o uso de *a gente* indicando a primeira pessoa. O mesmo não se confirma nas cidades do Sul em que a forma *a gente* vai se destacando na referência genérica e na de *eu+não pessoa*.

GRÁFICO 6 - Referencialidade da forma *a gente* nas cidades de Vitória, Rio de Janeiro, Jaguarão e Pelotas



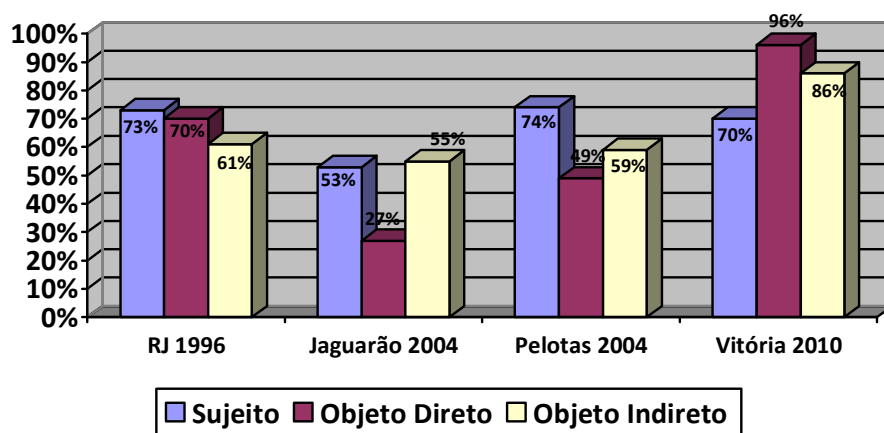
Este estudo confirma a hipótese de que a forma inovadora vem ganhando força no processo de determinação sem, contudo, deixar de atuar na referência genérica / indeterminada. A forma *a gente* vem atuando fortemente na primeira pessoa do singular, confirmando os resultados produzidos no Rio de Janeiro em épocas distintas, como também

na referência genérica. Isto nos revela que a forma inovadora vem evoluindo e assumindo mais papéis quanto às pessoas do discurso, exceto à referência *eu + você*, cujas ocorrências foram amalgamadas, em virtude da baixa ocorrência, a qual pode ter se dado em função do tipo de entrevista, que não propicia ambiente favorável.

A forma *a gente* em termos referenciais vem se sobressaindo sobre a forma canônica *nós* que tende a um uso referencial mais restrito: o de primeira pessoa do plural.

Quanto à função de sujeito, Vitória apresenta, em termos de uso, a mesma média de outras localidades estudadas, pois, dos quatro estudos, cujos resultados demonstramos abaixo, a forma *a gente* é preferida em torno de 70% no uso, exceto em Jaguarão em que o percentual de uso (53% para *a gente*) parece manter-se equilibrado entre as duas formas (*nós* e *a gente*).

GRÁFICO 7 - Atuação das variáveis sujeito e complementos verbais no uso de *a gente*



Quanto à posição de complemento verbal, Vitória chama a atenção para o uso de *a gente* na posição de objeto direto, tendo em vista que o percentual de uso é bastante alto (96%). Entretanto há de se considerar o desfavorecimento do clítico *nos*, cujas ocorrências não foram tantas e nem tão significativas em termos de número, ou seja, de 1236 ocorrências apenas 46 foram de objeto direto e destas 44 na forma *a gente*. Fato semelhante também se dá na posição de objeto indireto, em que das 1236 ocorrências apenas 57 foram de objeto indireto, sendo 49 na forma *a gente*. Talvez por isso este grupo tenha sido o último a ser selecionado pelo programa, haja vista que o baixo número de ocorrências pode comprometer o peso relativo.

O paralelismo linguístico corrobora a tese apresentada nos estudos de Omena (1996), Lopes (2003), Borges (2004), uma vez que o falante tende a repetir a forma já mencionada

anteriormente. Assim, quando a primeira referência é de *a gente*, a referência seguinte tende a se repetir. O mesmo se dá em relação à forma *nós* e também a *zeros* e *-mos*.

O pretérito imperfeito é o tempo verbal, conforme ratificam outros estudos, em que prevalece o uso da forma *a gente*, haja vista o desfavorecimento do falante pela forma proparoxítona. Outro tempo favorecedor de *a gente* é o presente do indicativo, por haver ambiguidade causada pela primeira pessoa do plural entre os tempos presente e pretérito perfeito.

CONCLUSÃO

O fenômeno de variação entre *nós* e *a gente*, em Vitória, pode ser caracterizado como um processo de mudança em progresso, no qual a forma *a gente* se apresenta como inovadora, destacando-se como referência à primeira pessoa do singular, sem, contudo, deixar de fazer referência genérica.

Os mais jovens, de 7 a 25 anos, favorecem o uso da forma inovadora e os mais velhos, acima de 26 anos, desfavorecem esta forma, o que ratifica o processo de mudança. As mulheres são propagadoras de *a gente*, diferentemente dos homens que se mantêm mais conservadores.

Ocorre também a manutenção do paralelismo formal, ou seja, *a gente* quando não é a primeira da série favorece *a gente* tanto de forma *explícita*, quanto *implícita*.

A forma *a gente* favorece os complementos verbais, sejam eles com ou sem preposição e desfavorece a posição de sujeito, revelando que a variação em Vitória não ocorre apenas no campo morfológico, mas também no sintático.

Quanto ao modo verbal *a gente* apenas desfavorece o pretérito perfeito e favorece os demais tempos.

Procuramos contribuir para o debate acerca do paradigma pronominal, para tanto comparamos os resultados obtidos na cidade de Vitória – ES com os de outros estudos de fala, a fim de caminharmos para o mapeamento desta variante no dialeto brasileiro.

Referências

- ATELIER Internacional Maîtrise D’Ceuvre Urbaine. Prefeitura Municipal de Vitória. UFES, 2009.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 2a ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.
- BORGES, P. R. *A gramaticalização de a gente no português brasileiro: análise histórico-social linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. Tese de doutorado. UFRS: Porto Alegre, 2004.
- FERNANDES, E. A. *Nós e a gente: variação na cidade de João Pessoa*. Dissertação de mestrado. UFPB, 1996. Bernadete M. Abaurre e Angela C. S. Rodrigues (Orgs.). *Gramática do Português Falado 8*.
- FERNANDES, E. & GORSKI, E. *A concordância verbal com os sujeitos Nós e a gente: um mecanismo do discurso em mudança*. UFBA, 1986:175-183.
- GUY, G. R. e ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo. Parábola, 2007.
- MARTELOTA, M. E. (org). *Manual de linguística*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- LABOV, W. *Modelos sociolinguísticos*. Madrid: Cátedra, 1983
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. (Tradução Marcos Bagno e outros). São Paulo: Parábola, 2008.
- LINS, M.P.P & YACOVENCO, L. (Orgs). *Caminhos em Linguística*. Vitória: UFES, 2002.
- LOPES, C. R. S. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFRJ: 1993.
- _____. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. D.E.L.T.A., Vol.14, N° 2, 1998, p. 405-422.
- _____. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português*. Tese de doutorado. UFRJ: 1999.
- _____. *Análise de variedades do português: a introdução de novas formas pronominais na imprensa - séculos XIX e XX*. UFRJ, 2003.
- MACHADO, Márcia dos Santos. *Sujeitos pronominais “nós” e “a gente”: variação em dialetos populares do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MENON, O. P. S. *A gente, eu, nós: sintomas de uma mudança em curso no português do Brasil?* Anais do II ELFE. Maceió: UFAL, 1995a, p.397-403.
- _____. *A gente: um processo de gramaticalização*. In.: Estudos Linguísticos, XXV: 622-628 (Anais do XLIII sem. Gel. UNAERP, Ribeirão Preto), 1996, p. 622-628.
- _____. *O sistema pronominal do português do Brasil*. Letras, Curitiba, n.44, 1995c, p.91-106.
- _____. *Reestruturação do sistema possessivo em português*. Anais do VIII Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná. Curitiba, 1994. In.: UNIPAR/FAFIU, 1995b, p. 334-338.
- MILANEZ, W. *Recursos de indeterminação do sujeito*. Dissertação de Mestrado. Campinas, São Paulo, 1982.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In.: Cavalcante, M. M.; Rodrigues, B. B.; Ciulla, A. (Orgs). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003/1995, p. 17-52.
- NARO, A. J. *Idade*. In.: Mollica, C. M. (Org.). *Introdução à sociolinguística variacionista*. UFRJ, 1992. p. 81-87.

- OLIVEIRA, J.T. DE. *História do Estado do Espírito santo*. 3ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- OLIVEIRA, M. A. DE. *Variável linguística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical*. *D.E.L.T.A.* v.3, n.1, 1987, p.19-34.
- OMENA, Nelize. P. de A e BRAGA, M. L. *A gente está se gramaticalizando?* In.: MACEDO, A. T.; Roncarati, Cláudia e Mollica, M. C. (Orgs). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: brasileiro, 1996, p. 75-83.
- OMENA, Nelize. P. de A. Referência à primeira pessoa do discurso no plural. In.: SILVA, M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos*. Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. UFRJ, 1998a, p. 185-215.
- OMENA, Nelize. P. de A. As influências sociais na variação entre nós e *a gente* na função de sujeito. In.: SILVA, M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos*. Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. UFRJ, 1998b, p. 311- 323.
- OMENA, Nelize. P. de A. Referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In.: PAIVA, M. C.; DUARTE, E. L. (Orgs.). *Mudança em tempo real*. Rio de Janeiro: Capa Livraria, 2003, p. 63-80.
- PAIVA, M. C. Sexo. In.: Mollica, C. M. (Org.). *Introdução à sociolinguística variacionista*. UFRJ, 1992, p. 69-73.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da lingual portuguesa*. UNB: 1964.
- SCHERRE, M. M. P. *Paralelismo linguístico*. Revista DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. Faculdade de Letras da UFMG. Vol. 7, nº2, 1998, p. 29-59.
- SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In.: BRAGA, M. L. & PAIVA, C. *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 147-177.
- _____. *Paralelismo linguístico*. Revista de Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, v.7.n.2, jul./dez.1998, p. 29-59.
- SEARA, I. C. *A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana*. Organon, Porto Alegre, 2000, p. 179-194.
- SILVA, Ivanilde da. *De quem nós \ a gente está (mos) falando afinal? Uma investigação sincrônica da variação entre nós e a gente como estratégias de designação referencial*. UFSC: Florianópolis, 2004.
- SILVA, V. L. P. da. A Relevância dos fatores internos. In.: Mollica, C. M. (Org.). *Introdução à sociolinguística variacionista*. UFRJ, 1992, p. 33-37.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. (Tradução Marcos Bagno) *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*. São Paulo. Parábola, 2006.
- ZILLES, Ana Maria S.; BATISTA, Hires Héglan R.B. *A concordância verbal da primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre*. EDUCART, 2006, p. 99-124.

OS VERBOS DE AÇÃO-PROCESSO E SUAS ESTRUTURAS ARGUMENTAIS

Carlos Roberto de Souza Rodrigues*

Resumo: Chafe (1970) elaborou um programa de pesquisa que deu origem a seis subcategorias semânticas para a classificação dos verbos, entre elas os verbos de ação-processo. No entanto, a literatura que versa sobre o assunto fornece um referencial teórico-metodológico bastante conciso, tanto com relação às propriedades semânticas da subcategoria em questão, quanto com relação a suas propriedades sintáticas. Com o intuito de ampliar a quantidade de informações sintático-semânticas sobre os verbos de ação-processo, pautou-se a presente pesquisa num programa de pesquisa que visa à identificação das valências verbais, proposto por Borba (1996) e Welker (2005). Ao final dessa etapa de investigação linguística, foi possível confirmar a heterogeneidade da subcategoria dos verbos de ação-processo, que puderam ser divididos em dez subgrupos. Além disso, pôde-se explicitar tanto as estruturas argumentais pertencentes aos subgrupos, quanto os elementos que representam os actantes que compõem tais configurações sintáticas.

Palavras-chave: sintaxe-semântica; subcategorização verbal; valência verbal; papéis temáticos; verbos de ação-processo.

Abstract: Chafe (1970) developed a research program that led to six semantic subcategories for the classification of verbs, one of them being action-process verbs. However, literature on this matter provides a very concise theoretical and methodological framework with respect to both the semantic and syntactic properties of the subcategory in question. In order to make available more syntactic-semantic information on action-process verbs, the present research was designed on the basis of a program of identification of verbal valence proposed by Borba (1996) and Welker (2005). At the end of this stage of linguistic research, we confirm the heterogeneity of the sub-category of action-process verbs, which we divided into ten subgroups. Furthermore, we specified the argument structures belonging to subgroups, as well as the contents of the syntactic arguments that compose such syntactic configurations. Eventually, the linguistic knowledge obtained during this study allowed us to construct three language resources that provide the basis for the elaboration of computational resources for natural language processing: (i) a lexicon-grammar table, containing the morphosyntactic-semantic properties of verbs and of their syntactic arguments, (ii) a lexical data base, with the morphosyntactic-semantic properties of the verbs in question, and (iii) the argument structures identified in each subgroup.

Keywords: semantics-syntax; verb subcategorization; verb valency; semantic roles; action-process verbs.

* Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) – DLL –

Introdução

O programa de pesquisa iniciado por Chafe (1979) estabelece a subcategorização verbal, partindo do verbo como centro da análise lingüística, como Tesnière (1959), Fillmore (1968) e Helbig e Schenkel (1975). Com base nesse pressuposto, Chafe (1979) estabelece relações sintático-semânticas entre o verbo e os elementos lingüísticos constituintes do que Ignácio (2001) entende por uma *frase nuclear*². Dessa forma, Chafe (1979) consegue identificar seis tipos de verbos: estado, estado-ambiente, ação, processo, ação-processo e ação-ambiente.

Dentre esses seis tipos, os verbos de ação-processo foram escolhidos como objeto desta pesquisa em virtude da existência de poucas propriedades e poucos critérios lingüísticos que auxiliem na delimitação dessa subcategoria chafiana. Portanto a referida pesquisa desenvolvida sobre os verbos de ação-processo no Programa de Pós-Graduação em Estudos lingüísticos, da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o título de “Descrição e formalização de estruturas com verbos de ação-processo para a elaboração de um *parser*”, possibilitou a revisão e a redefinição dessa subcategoria verbal proposta por Chafe (1970).

Pressupostos teóricos

Os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa baseiam-se na determinação dos quatro tipos de valência verbal, apresentados por Borba (1996) e por Welker (2005), que os verbos de ação-processo nas frases analisadas. Esses quatro tipos de valência verbal são: valência quantitativa, valência sintática, valência semântica e valência sintático-semântica.

Neste artigo, não serão esmiuçadas as relações lingüísticas investigadas em cada tipo de valência verbal. No entanto, para que seja possível entender a organização das estruturas argumentais elaboradas com base nas quatro valências verbais é necessário estabelecer a dissociação proposta por Tesnière (1959) entre os *actantes* e os *circunstantes*.

Os *actantes* são membros de uma oração, formados por unidades lingüísticas discretas, cuja veiculação é considerada necessária para o estabelecimento (ou a desambiguação) da acepção de um verbo e, conseqüentemente, para a constituição de sua valência verbal. Helbig e Schenkel (1975) dissociam os *membros necessários* (conjunto formado pelos *actantes obrigatórios* e pelos *actantes facultativos*), das *indicações livres* (MORAES PINTO, 1993).

² É a frase composta pelos elementos lingüísticos exigidos pela valência verbal (IGNÁCIO, 2001).

As unidades discretas são unidades básicas de um dado sistema, que podem ser desmembradas e recombinadas para formar outros elementos. Em Lingüística, tal conceito (as unidades lingüísticas discretas) se traduz na percepção descritiva da estrutura complexa da língua escrita que, geralmente, se constitui por: (i) *frases*, que podem se dividir em expressões e/ou palavras – sejam elas simples e/ou compostas; (ii) *expressões* ou *palavras compostas*, que se separam em *palavras simples*; (iii) *palavras simples* que se dissociam em morfemas (lexicais e/ou gramaticais); e (iv) *morfemas* que se dividem em fonemas. Contrapondo-se a esse entendimento, as unidades lingüísticas não-discretas são os componentes indivisíveis, por exemplo, determinados fonemas, os componentes supra-segmentais etc.

As *indicações livres* correspondem aos *membros não-necessários* (termo que se contrapõe ao conceito de *membros necessários*) e que se encontra equivalência ao que Tesnière (1959) denominou de *circunstantes* (MORAES PINTO, 1993). Logo os *circunstantes* são membros de uma oração, formados por unidades lingüísticas discretas, cuja veiculação não é necessária para o processo de estabelecimento (ou de desambiguação) da acepção de um verbo; e, conseqüentemente, eles também não são necessários à constituição da valência de tais verbos.

Portanto é possível concluir que a noção de *valência verbal* se aproxima da noção de *estrutura argumental*, uma vez que se torna possível a constatação de três pontos, a saber: (i) a *valência verbal* e a *estrutura argumental* são delimitadas a partir de um verbo; (ii) o verbo é o elemento responsável pela arregimentação das unidades lingüísticas discretas que podem, com ele, integrar a *valência verbal* e a *estrutura argumental*; e (iii) ambas apresentam dissociação entre os elementos que podem ou não entrar em sua constituição.

A identificação da valência quantitativa consiste na verificação da quantidade de *actantes* necessários ao estabelecimento (ou à desambiguação) da acepção de um verbo. Devido à essa compreensão, Helbig e Schenkel (1975) atribuem apenas aos *membros necessários*, a participação no domínio da *subcategorização verbal* (MORAES PINTO, 1993).

A identificação da valência sintática consiste na atribuição do posicionamento dos actantes, revelado por um número que se aplica ao símbolo A, fixado na *estrutura argumental* aberta por um verbo. Essa estrutura argumental retoma a ordem natural do esquema sintático do português SN + verbo + SN (ou SPrep), que pode ser seguido por um ou mais SPrep, a

saber: A1 + verbo + (conectivo)³ A2 + (conectivo A3) + (conectivo A4) + (conectivo A5).

Esse esquema lingüístico apresenta a possibilidade das estruturas argumentais dos verbos comportarem o número máximo de *cinco actantes*. Através dessa estrutura argumental, propõe-se a reformulação do quadro teórico da quantidade máxima de actantes selecionados por um verbo, inicialmente considerada por Tesnière (1959) como sendo de três o número máximo de actantes e posteriormente ampliada para quatro, por Helbig e Schenkel (1975).

Também se constitui como identificação da valência sintática a atribuição da função sintática das unidades lingüísticas discretas, ou seja, a rotulação desses elementos a partir da função sintática que eles exercem na frase. No entanto, a rotulação empregada na pesquisa não segue os moldes tradicionais de sujeito, objeto direto, etc., uma vez que o viés de análise sintático-semântica prevê outro embasamento teórico que não divide a frase em sujeito e predicado.

O estabelecimento do verbo como centro de análise faz com que os elementos que integram a valência dos verbos sejam identificados pelos rótulos *actantes* e *circunstantes* – termos que remetem à função sintática depreendida a partir desse nível de análise. Dentre os actantes, identificam-se os elementos, que numa análise tradicional, rotulados como sujeito, objeto direto, objeto indireto e alguns que podem ser rotulados como adjuntos adverbiais.

A identificação da valência semântica baseia-se na atribuição de casos semânticos veiculados através de *papéis temáticos compostos*⁴. Portanto a elaboração desses papéis temáticos visa à representação de um rótulo inicial (que representa uma função sintático-semântica) e de um segundo rótulo (que faz a especificação semântico-conceitual do primeiro rótulo).

Com efeito, as unidades lingüísticas discretas podem atuar como ‘um ente que desencadeia uma ação’, recebendo, assim, o rótulo de *agentivo*. Porém, essa ação pode ser desencadeada por esse *agentivo* de forma mediata (ou seja, através do empenho da força/potência de um outro ente). Logo esse *agentivo* é subcategorizado como *estimulador*, segundo Borba (1996). Contudo o *agentivo* que desencadeia uma ação sem o empenho da força/potência de um outro ente (ou seja, que desencadeia uma ação de forma imediata) é subcategorizado como *realizador*, também segundo Borba (1996).

Assim como os dois tipos de *agentivos*, outros papéis temáticos foram elaborados com

³ Os parênteses indicam a facultatividade de tais elementos lingüísticos, propiciando, assim, a formulação de uma *estrutura argumental* genérica, cujo propósito é o de revelar a produtividade desse esquema lingüístico.

⁴ Na literatura que versa sobre papéis temáticos, as obras analisadas apresentam apenas papéis temáticos simples.

base nos estudos apresentados por Fillmore (1968), Chafe (1970), Carvalho (1986), Borba (1996, 2002, 2007), Ignácio (1994, 2001, 2005, 2007, 2008) e Cançado (2000, 2002, 2003); e com base na observação de representações semânticas ainda não propostas por esses autores.

A identificação da valência sintático-semântica baseia-se na atribuição de traços semânticos veiculados pelos **actantes** (o que auxilia na atribuição de **papéis temáticos compostos** a cada um deles) e pelos **verbos** (o que auxilia na subcategorização semântica desses elementos).

A redefinição dos verbos de ação-processo

A heterogeneidade da subcategoria chafiana dos verbos de ação-processo não possibilita a elaboração de uma configuração sintática previsível para os subgrupos identificados na presente pesquisa. No entanto, a separação orientada a partir de propriedades semânticas comuns facilitou a elaboração de esquemas que detalham as estruturas argumentais identificadas para os verbos que constituem os dez subgrupos que constituem a subcategoria dos verbos de ação-processo.

Subgrupo 1: verbos que denotam a criação de um ente

Com base no conhecimento lingüístico fornecido pela frase abaixo,

(1) Dolores Duran *escrevia* suas letras no guardanapo, com lápis de sobancelha.⁵

é possível observar que o verbo *escrever* fornece base para a organização da estrutura argumental do subgrupo 1 dos verbos de ação-processo, a ser engendrada a partir de quatro actantes: *agente-estimulador* (Dolores Duran), *paciente-efetuado* (suas letras), *locativo-estático* (guardanapo) e *viabilizador-instrumental* (lápis de sobancelha).

Nessa estrutura argumental, o *locativo-estático* ocorre por dois motivos de extrema relevância: (i) os entes criados são corpos e todo corpo ocupa um lugar no espaço; (ii) a necessidade de veiculação do lugar de criação/construção do ente aumenta caso seja detectado

⁵ http://marinaw.com.br/cgi-bin/mt/mt-comments.cgi?entry_id=742

que ele é um ser inanimado e que não pode ser removido de seu lugar. No entanto, pode-se verificar que a veiculação do ente *guardanapo*, nesse exemplo, pode atuar ao mesmo tempo como um *viabilizador-suporte* (já que é o suporte de fixação que viabiliza a ação de criação/construção de um ente) e um *locativo-estático* (já que é o local em que ocorre a ação de criação/construção de um ente). Logo a estrutura argumental do subgrupo 1 assume a seguinte configuração sintática:

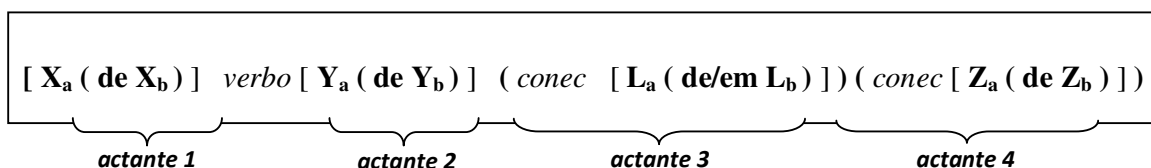


Figura 1 – Estrutura argumental do subgrupo 1 dos verbos de ação-processo

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem apresentar as seguintes relações: (a) vínculo sanguíneo (como em *a filha de João*), afetivo (como em *a esposa de João*), empregatício (como em *um professor da Ufes*), ideológico etc.; (b) vínculo locativo (como em *artistas do Acre*); (c) medida (como em *um homem de dois metros*); (d) faixa etária (como em *um bebê de seis meses*); ou (e) subcategorização do agente (como em *um aluno do ensino superior*). Logo essas variáveis podem receber os papéis temáticos: (i) *agentivo-realizador* ou *agentivo-estimulador* para X_a e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* para X_b .

O actante 2 pode ser composto pelas variáveis Y_a e Y_b . Entre ambas, é possível detectar também, além das mesmas relações identificadas entre as variáveis X_a e X_b , as relações: (i) de parte de um todo, em que é atribuído a Y_a a *parte* e a Y_b o *todo* – como em *o telhado da casa*, em que Y_a (*paciente-efetuado*) recebe o nome *telhado* e Y_b (*paciente-benefactivo*) recebe o nome *casa*; (ii) a relação de posse, em que Y_b é o ente que possui Y_a – como em *o vestido de Maria*: Y_a (*paciente-efetuado*) recebe *vestido* e Y_b (*especificador-possuidor*) recebe *Maria*; (iii) de constituição, em que é atribuído a Y_a um determinado ente e a Y_b o tipo de material de que Y_a é constituído – como em *a jaqueta de couro*, em que Y_a (*paciente-efetuado*) recebe *jaqueta* e Y_b (*especificador-constitutivo*) recebe *couro*.

O actante 3, representado por L_a e L_b , pode receber os papéis temáticos: (i) *locativo-estático* em L_{1a} e *especificador-qualitativo* em L_{1b} , quando a relação entre L_{1a} e L_{1b} for de especificação (exemplo: *no estado do Espírito Santo*); (ii) *locativo-estático* em L_{2a} e

especificador-locativo em L_{2b} , quando a relação entre L_{2a} e L_{2b} for de posse ou de vínculo (exemplo: *numa casa em São Paulo*); (iii) *locativo-estático* em L_{1a} e *especificador-constitutivo* em L_{1b} , quando a relação entre L_{1a} e L_{1b} for de posse ou de vínculo (exemplo: *no interior do prédio*); (iv) *locativo-estático* em L_{1a} e *especificador-possuidor* em L_{1b} , quando a relação entre L_{1a} e L_{1b} for de posse ou de vínculo (exemplo: *na casa do Zé*); (v) *locativo-estático* em L_{1a} e *especificador-medida* em L_{1b} , quando a relação entre L_{1a} e L_{1b} for de posse ou de vínculo (exemplo: *num prédio de 12 andares*); (vi) *locativo-estático* em L_{1a} e *especificador-temporal* em L_{1b} , quando a relação entre L_{1a} e L_{1b} for de posse ou de vínculo, como, por exemplo, *num prédio de duas décadas*;

O actante 4, representado por Z_a e Z_b , pode receber os papéis temáticos: (i) *viabilizador-instrumentatário* ou *viabilizador-causatário* para Z_a e *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* para Z_b , quando a relação entre Z_a e Z_b for do tipo parte-todo (exemplo: *com a ponta do lápis*); (ii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* para Z_a e *especificador-possuidor* para Z_b , quando a relação entre Z_a e Z_b for de posse ou de vínculo (exemplo: *com a chave de fenda de João*); (iii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* para Z_a e *especificador-classificativo* para Z_b , quando a relação entre Z_a e Z_b for de especificação de tipo (exemplo: *com a vassoura de piaçava*); (iv) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* para Z_a e *especificador-medida* para Z_b , quando a relação entre Z_a e Z_b for do caracterização de grandezas de medidas (exemplo: *com uma faca de 60 cm*); (v) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* para Z_a e *especificador-temporal* para Z_b , quando a relação entre Z_a e Z_b for de caracterização de grandezas de medidas (exemplo: *com uma faca da idade média*).

Porém os actantes 3 e 4 aparecem entre parênteses, bem como o conector que os insere na estrutura argumental, pelo fato de poderem ser omitidos na construção da cláusula cujo verbo segue essa primeira estrutura argumental. O uso de “de/em” se dá em função da possibilidade de ocorrência tanto da preposição “de” – ou pela combinação dela com os artigos (*do, dos, da, das*) – quanto da preposição “em” – ou pela combinação dela com os artigos (*no, nos, na, nas*) – para a veiculação do *especificador*. Além disso, o actante 4 pode não ocorrer quando o verbo indicar uma ação realizada por empenho próprio de um agente (*agentivo-realizador*), sem a necessidade da mediação por *viabilizador-instrumental* ou por *viabilizador-causativo*.

Subgrupo 2: verbos que denotam alteração de características físicas de um ente

Com base no conhecimento linguístico fornecido pela frase abaixo,

(2) O homem *cortou* a corda com a faca.⁶

o verbo *cortar* fornece base para a organização da estrutura argumental, com três actantes: *agentivo-estimulador* (*homem*), *paciente-afetado* (*corda*) e *viabilizador-instrumental* (*faca*). No entanto, há uma segunda configuração sintática a ser considerada na elaboração da estrutura argumental do subgrupo 2: aquela engendrada por um *agentivo-realizador*.

Devido a natureza desse papel temático, não há ocorrência de um *viabilizador-instrumental* ou de um *viabilizador-causativo*, já que o *agentivo-realizador* efetua a ação denotada pelo verbo pelo seu próprio empenho, dispensando, assim, o emprego de instrumentos (*viabilizadores-instrumentais*) ou de outras forças externas (*viabilizadores-causativos*). Logo a estrutura argumental do subgrupo 2 assume a seguinte configuração sintática:

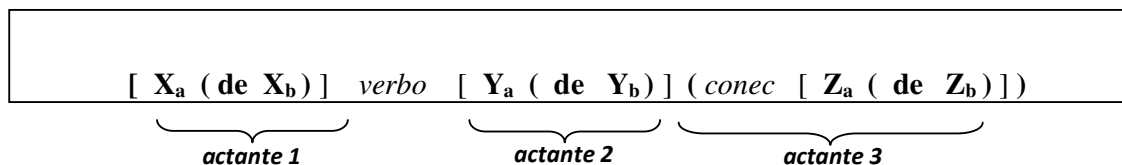


Figura 2 – Estrutura argumental do subgrupo 2 dos verbos de ação-processo

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber: (i) *agentivo-realizador* ou *agentivo-estimulador* para X_a ; e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* para X_b . Enquanto as variáveis Y_a e Y_b do actante 2 podem receber: (i) *paciente-afetado* em Y_a e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-relacional*, *especificador-constitutivo*, *especificador-possuidor*, *especificador-qualitativo*, *especificador-temporal*, *especificador-medida* ou *especificador-locativo* em Y_b .

O actante 3, representado por Z_a e Z_b , pode receber os seguintes papéis temáticos: (i) *viabilizador-instrumentatário* ou *viabilizador-causatário* em Z_a e *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_b ; (ii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* para

⁶ <http://mundosherlock.googlepages.com/arthurconandoyle-abbeygrange>

Z_a e *especificador-possuidor* em Z_b ; (iii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-medida* em Z_b ; (iv) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-temporal* em Z_b ; ou (v) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* para Z_a e *especificador-classificativo* em Z_b .

Subgrupo 3: verbos que denotam alteração de características psicológicas de um ente

Com base no conhecimento lingüístico fornecido pela frase abaixo,

(3) Lily Allen *agradou* o público com suas músicas.⁷

o verbo *agradar* fornece base para a organização da estrutura argumental a ser engendrada a partir de três actantes: *agente-estimulador* (Lily Allen), *paciente-experienciador* (público) e *viabilizador-causativo* (suas músicas). A estrutura argumental do subgrupo 3 pode assumir a mesma configuração sintática da estrutura argumental do subgrupo 2, veiculada pela Figura 2.

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber os papéis temáticos: (i) *agente-realizador* ou *agente-estimulador* para X_a ; e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* para X_b . Enquanto as variáveis Y_a e Y_b do actante 2 podem receber: (i) *paciente-experienciador* em Y_a e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-relacional*, *especificador-constitutivo*, *especificador-possuidor*, *especificador-medida*, *especificador-qualitativo*, *especificador-temporal* ou *especificador-locativo* em Y_b .

O actante 3, representado por Z_a e Z_b , pode receber os papéis temáticos: (i) *viabilizador-instrumentatário* ou *viabilizador-causatário* em Z_a e *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_b ; (ii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-possuidor* em Z_b ; (iii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-medida* em Z_b ; (iv) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-temporal* em Z_b ; ou (v) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-classificativo* em Z_b .

Subgrupo 4: verbos que denotam deterioração de um ente

⁷ <http://www.cadhucardoso.com/index.php?pg=public&list=1&id=57>

Com base no conhecimento lingüístico fornecido pela frase abaixo,

(4) Hatchett *dissolveu* o produto em água.⁸

o verbo *dissolver* fornece base para a organização da estrutura argumental, a partir de três actantes: *agentivo-estimulador* (Hatchett), *paciente-deteriorado* (produto) e *viabilizador-causativo* (água). Apesar das particularidades, a estrutura argumental do subgrupo 4 assume a mesma configuração sintática da estrutura argumental do subgrupo 2 (cf. Figura 2).

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber: (i) *agentivo-realizador* ou *agentivo-estimulador* para X_a ; e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* para X_b . Enquanto as variáveis Y_a e Y_b do actante 2 podem receber: (i) *paciente-deteriorado* em Y_a e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-medida*, *especificador-qualitativo*, *especificador-constitutivo*, *especificador-relacional*, *especificador-possuidor*, *especificador-temporal* ou *especificador-locativo* em Y_b .

As variáveis Z_a e Z_b do actante 3 podem receber: (i) *viabilizador-instrumentatário* ou *viabilizador-causatário* em Z_a e *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_b ; (ii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-medida* em Z_b ; (iii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-temporal* em Z_b ; (iv) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-classificativo* em Z_b , ou (v) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-possuidor* em Z_b .

Subgrupo 5: verbos que denotam a tradução de um construto lingüístico⁹ de uma língua para outra

Com base no conhecimento lingüístico fornecido pela frase abaixo,

⁸ <http://www.e-escola.pt/topico.asp?id=554&ordem=2>

⁹ Este termo encerra as diversas materializações lingüísticas que vão desde palavras a obras literárias inteiras.

(5) João de Cápua *traduziu* o Kalila e Dimna do hebraico para o latim.¹⁰

o verbo *traduzir* fornece base para a organização da estrutura argumental a ser engendrada a partir de quatro actantes: **agente-transportador** (*João de Cápua*), **paciente-deslocado** (*Kalila e Dimna*), **idioma-origem** (*o hebraico*) e **idioma-destino** (*o latim*). Logo a estrutura argumental do subgrupo 5 assume a seguinte configuração sintática:

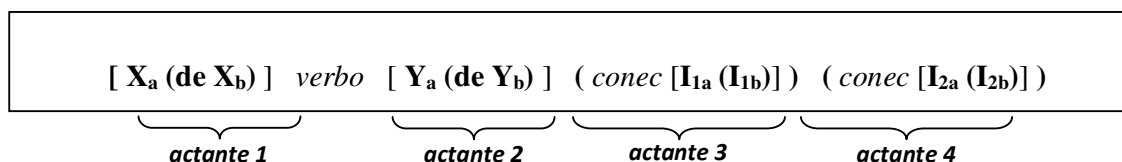


Figura 3 – Estrutura argumental do subgrupo 5 dos verbos de ação-processo

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber: (i) *agente-transportador* para X_a; e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* para X_b. Enquanto as variáveis Y_a e Y_b do actante 2 podem receber: (i) *paciente-deslocado* em Y_a e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-relacional*, *especificador-constitutivo*, *especificador-medida*, *especificador-possuidor*, *especificador-qualitativo*, *especificador-temporal* ou *especificador-locativo* em Y_b.

O actante 3, representado por I_{1a} e I_{1b}, pode receber os papéis temáticos: (i) *idioma-origem* em I_{1a} e *especificador-qualitativo* em I_{1b}, quando a relação entre I_{1a} e I_{1b} for de especificação (como, por exemplo, *da língua inglesa*); (ii) *idioma-origem* em I_{1a} e *especificador-classificativo* em I_{1b}, quando a relação entre I_{1a} e I_{1b} for de posse ou de vínculo (como, por exemplo, *do português arcaico*); (iii) *idioma-origem* em I_{1a} e *especificador-locativo* em I_{1b}, quando a relação entre I_{1a} e I_{1b} for de especificação (como, por exemplo, *de um dialeto da Espanha*); (iv) *idioma-destino* em I_{1a} e *especificador-temporal* em I_{1b}, quando a relação entre I_{1a} e I_{1b} for de posse ou de vínculo (como, por exemplo, *do português da idade média*).

As variáveis I_{2a} e I_{2b} do actante 4 podem receber os papéis temáticos: (i) *idioma-destino* em I_{2a} e (ii) *especificador-qualitativo*, *especificador-classificativo*, *especificador-locativo* ou *especificador-temporal* em I_{2b}. Contudo, para a correta identificação dos actantes 3 e 4, faz-se necessário que a análise de ambos recubra também o conector que os inserem na

¹⁰ http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_media/novela_idad.media3.html

cláusula, pelo fato de que ele (o conector) auxilia na detecção de qual actante atua como *idioma-origem* ou como *idioma-destino*.

Subgrupo 6: verbos que denotam a alteração de aspectos quantitativos de um ente

Com base no conhecimento lingüístico fornecido pela frase abaixo,

(6) A montadora *diminuiu* o preço do airbag lateral de R\$ 4.997 para R\$ 1.820.¹¹

verifica-se que o verbo *diminuir* fornece base para a organização da estrutura argumental a ser engendrada a partir de quatro actantes: *agente-transportador* (montadora), *paciente-deslocado* (o preço do airbag lateral), *medida-origem* (R\$ 4.997) e *medida-destino* (R\$ 1.820). Assim sendo, a estrutura argumental do subgrupo 6 pode assumir a seguinte configuração sintática:

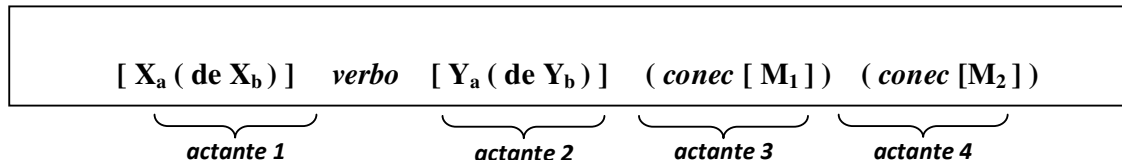


Figura 4 – Estrutura argumental do subgrupo 6 dos verbos de ação-processo

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber: (i) *agente-transportador* (que desloca um ente sem o auxílio de um viabilizador) ou *agente-transferidor* (que desloca um ente com o auxílio de um viabilizador) em X_a e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* para X_b. Enquanto que as variáveis Y_a e Y_b do actante 2 podem receber os papéis temáticos: (i) *paciente-deslocado* em Y_a e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-qualitativo*, *especificador-constituente*, *especificador-possuidor* ou *especificador-temporal* em Y_b.

O actante 3, representado pela variável M₁, recebe o papel temático de *medida-origem*, que pode vir tanto por extenso (como, por exemplo, *de vinte reais*) como pode vir na forma de

¹¹ http://noticias.vrum.com.br/veiculos_correiobraziliense/portlet,modulo,noticia,interna_noticia,id_noticias=25375&id_sessoes=4.shtml

numeral (como, por exemplo, R\$ 20). O actante 4, representado pela variável M₂, recebe o papel temático de *medida-destino*, que pode vir tanto por extenso (como, por exemplo, *para trinta reais*) como pode vir na forma de numeral (como, por exemplo, *para R\$ 30*). Contudo, para a correta identificação dos actantes 3 e 4, faz-se necessário que a análise de ambos recubra também o conector que os inserem na cláusula, conforme o exposto no subgrupo 5.

Subgrupo 7: verbos que denotam o deslocamento de um ente no tempo

Com base no conhecimento lingüístico fornecido pela frase abaixo,

(7) A Justiça norte-americana *transferiu* de ontem para a próxima segunda o julgamento dos bispos.¹²

o verbo *transferir* fornece base para a organização da estrutura argumental a ser engendrada a partir de quatro actantes: *agentivo-transportador* (*Justiça norte-americana*), *paciente-deslocado* (*julgamento dos bispos*), *tempo-origem* (*ontem*) e *tempo-destino* (*segunda*). Assim sendo, a estrutura argumental do subgrupo 7 pode assumir a seguinte configuração sintática:

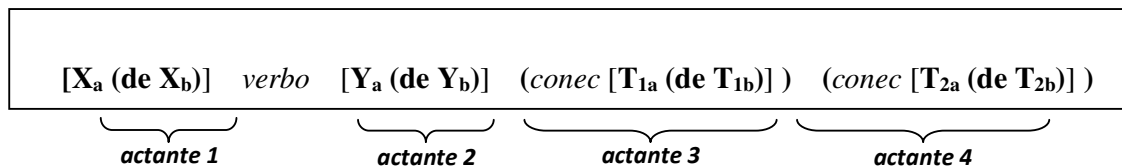


Figura 5 – Estrutura argumental do subgrupo 7 dos verbos de ação-processo

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber os papéis temáticos: (i) *agentivo-transportador* em X_a e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* para X_b. Enquanto que as variáveis Y_a e Y_b do actante 2 podem receber os seguintes papéis temáticos: (i) *paciente-deslocado* em Y_a e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-qualitativo*, *especificador-medida*, *especificador-constituente*, *especificador-possuidor* ou *especificador-temporal* em Y_b.

O actante 3, representado por T_{1a} e T_{1b}, pode receber os papéis temáticos: (i) *tempo-origem* em T_{1a} e *especificador-temporal* em T_{1b}, quando a relação entre T_{1a} e T_{1b} for de especificação, como, por exemplo, *do mês de janeiro*, em que T_{1a} recebe o nome *mês* e o T_{1b} recebe o nome *janeiro*; (ii) *tempo-origem* em T_{1a} e *especificador-relacional* em T_{1b}, quando a relação entre T_{1a} e T_{1b} for de posse ou de vínculo, como, por exemplo, *do aniversário de*

¹² <http://www.overbo.com.br/portal/2007/01/25/3003/>

João, em que T_{1a} recebe o nome *aniversário* e o T_{1b} recebe o nome *João*. Por sua vez, as variáveis T_{2a} e T_{2b} do actante 4 podem receber: (i) *tempo-destino* em T_{2a} e *especificador-temporal* em T_{2b}; ou (ii) *tempo-destino* em T_{2a} e *especificador-relacional* em T_{2b}.

Subgrupo 8¹³: verbos que denotam a deslocamento de um ente no espaço

Com base no conhecimento linguístico fornecido pela frase abaixo,

- (8) *O Papa Paulo I trasladou o corpo de Aurélia Petronilla daquela Igreja no cemitério, para a Basílica de São Pedro no Vaticano.*¹⁴

o verbo *trasladou* fornece base para a primeira estrutura argumental a ser elaborada a partir de quatro actantes que possibilitam a identificação do deslocamento de um ente: *agente-estimulador* (*Papa Paulo I*), *paciente-deslocado* (*corpo de Aurélia Petronilla*), *locativo-origem* (*Igreja no cemitério*) e *locativo-origem* (*Basílica de São Pedro no Vaticano*).

Pode-se pensar também na inserção de um *viabilizador-instrumental* (como, por exemplo, de *carruagem*, num navio etc.) para fazer o traslado do *paciente-deslocado* (*corpo de Aurélia Petronilla*). No entanto, esse termo não interfere na subcategorização desse subgrupo de verbos de ação-processo, já que o que está envolvido tanto na aceção desses verbos como na estrutura argumental que os caracteriza é o deslocamento de um *locativo-origem* para um *locativo-destino*. Assim sendo, a primeira estrutura argumental do subgrupo 8 pode assumir a seguinte configuração sintática:

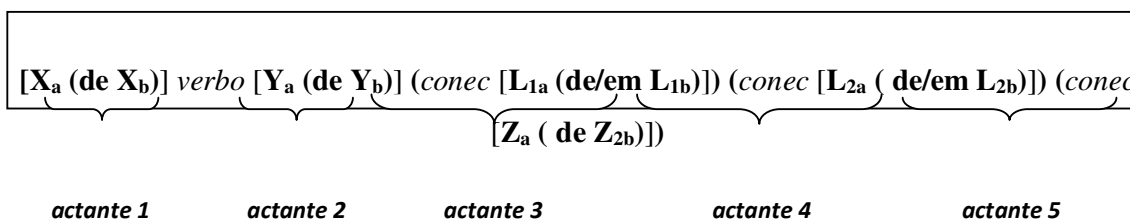


Figura 6 – Primeira estrutura argumental do subgrupo 8 dos verbos de ação-processo

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber: (i) *agente-transportador* ou *agente-transferidor* em X_a e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*,

¹³ O subgrupo 8 dos verbos de ação-processo é heterogêneo e possui cinco estruturas argumentais. Porém, em virtude do espaço disponível para a divulgação da presente pesquisa, foi apresentada apenas uma delas.

¹⁴ <http://www.paroquias.kit.net/apostolodosenhor.htm>

especificador-medida, especificador-temporal ou *especificador-qualitativo* para X_b . Enquanto as variáveis Y_a e Y_b do actante 2 podem receber: (i) *paciente-deslocado* em Y_a e (ii) *paciente-benefactivo, especificador-medida, especificador-constituente, especificador-relacional, especificador-locativo, especificador-qualitativo, especificador-possuidor* ou *especificador-temporal* em Y_b .

As variáveis L_{1a} e L_{1b} do actante 3 podem receber: (i) *locativo-origem* em L_{1a} e (ii) *especificador-qualitativo, especificador-locativo, especificador-constitutivo, especificador-possuidor, especificador-medida* ou *especificador-temporal* em L_{1b} . Por sua vez, as variáveis L_{2a} e L_{2b} do actante 4 podem receber: (i) *locativo-destino* em L_{2a} e (ii) *especificador-medida, especificador-qualitativo, especificador-locativo, especificador-constitutivo, especificador-possuidor* ou *especificador-temporal* em L_{2b} .

As variáveis Z_a e Z_b do actante 5 podem receber os papéis temáticos: (i) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* para Z_a e (ii) *especificador-relacional, especificador-possuidor, especificador-qualitativo, especificador-classificativo, especificador-temporal, especificador-medida* ou *especificador-locativo* para Z_b .

Subgrupo 9: verbos que denotam a deslocamento da posse de um ente

Com base no conhecimento linguístico fornecido pela frase abaixo,

- (10) A Intel *pagou* dez mil dólares ao inglês David Clark por um exemplar da revista Electronics.¹⁵

o verbo *pagar* fornece base para a primeira estrutura argumental a ser engendrada a partir de quatro actantes: *agentivo-transportador* (Intel), *paciente-deslocado* (dez mil dólares), *beneficiário-receptor* (inglês David Clark) e *paciente-transferido* (exemplar da revista Electronics). Assim sendo, a primeira estrutura argumental do subgrupo 9 assume a seguinte configuração sintática:

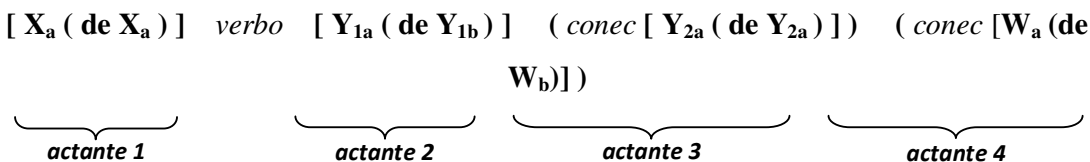


Figura 8 – Primeira estrutura argumental do subgrupo 9 dos verbos de ação-processo

¹⁵ <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/042005/22042005-6.shl>

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber os papéis temáticos: (i) *agentivo-transferidor* em X_a e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* em X_b .

As variáveis Y_{1a} e Y_{1b} do actante 2 podem receber: (i) *paciente-deslocado* em Y_{1a} e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-qualitativo*, *especificador-medida*, *especificador-constituente*, *especificador-possuidor* ou *especificador-temporal* em Y_{1b} . Enquanto as variáveis Y_{2a} e Y_{2b} do actante 3 podem receber os papéis temáticos: (i) *paciente-recebido* em Y_{2a} e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-medida*, *especificador-relacional*, *especificador-qualitativo*, *especificador-constituente*, *especificador-locativo*, *especificador-possuidor* ou *especificador-temporal* em Y_{2b} .

As variáveis W_a e W_b do actante 4 podem receber: (i) *beneficiário-receptor* em W_a e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-qualitativo*, *especificador-medida* ou *especificador-temporal* em W_b .

A segunda estrutura argumental do subgrupo 9 dos verbos de ação-processo contempla o actante 1 (as X_a e X_b), o actante 2 (Y_{1a} e Y_{1b}) e o actante 4 (W_a e W_b) da primeira estrutura argumental desse subgrupo (cf. Figura 8). Com efeito, os verbos, cuja estrutura argumental é equivalente à primeira estrutura argumental do subgrupo, veiculam dupla mudança de posse. Enquanto que os verbos, cuja estrutura argumental é equivalente à primeira estrutura argumental do subgrupo, veiculam mudança simples de posse.

Subgrupo 10: verbos que denotam a transformação de um ente em outro.

Com base no conhecimento lingüístico fornecido pela frase abaixo,

(11) Jesus *transformou* milagrosamente água em vinho.¹⁶

o verbo *transformar* fornece base para a estrutura argumental a ser engendrada a partir de três actantes: *agentivo-estimulador* (*Intel*), *paciente-afetado* (*água*), *paciente-resultativo* (*vinho*). No exemplo citado, poderia ocorrer também um *viabilizador* (*causativo* ou *instrumental*). Logo a estrutura argumental do subgrupo 10 assume a seguinte configuração sintática:

¹⁶ <http://br.geocities.com/emverdade/pesquisasbiblicas/bebidas/o-que-dizem-as-escrituras/transformou-jesus-agua-em-vinho-alcoolico.htm>

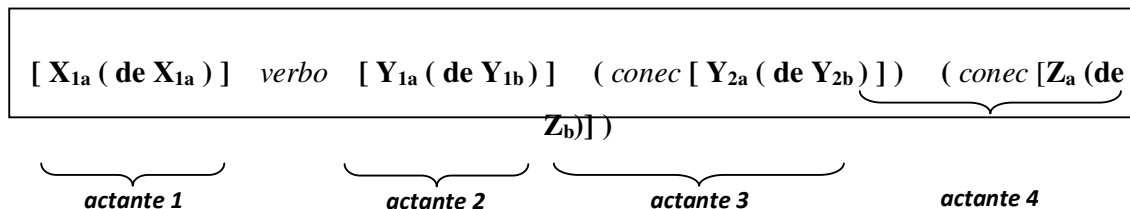


Figura 9 – Estrutura argumental do subgrupo 10 dos verbos de ação-processo

As variáveis X_a e X_b do actante 1 podem receber os papéis temáticos: (i) *agentivo-realizador* ou *agentivo-estimulador* para X_a; e (ii) *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-temporal* ou *especificador-qualitativo* para X_b. Enquanto que as variáveis Y_{1a} e Y_{1b} do actante 2 podem receber os papéis temáticos: (i) *paciente-afetado* em Y_{1a} e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-medida*, *especificador-qualitativo*, *especificador-constituente*, *especificador-possuidor* ou *especificador-temporal* em Y_{1b}.

As variáveis Y_{2a} e Y_{2b} do actante 3 podem receber os papéis temáticos: (i) *paciente-resultativo* em Y_{2a} e (ii) *paciente-benefactivo*, *especificador-relacional*, *especificador-locativo*, *especificador-qualitativo*, *especificador-constituente*, *especificador-possuidor*, *especificador-medida* ou *especificador-temporal* em Y_{2b}.

As variáveis Z_a e Z_b do actante 4 podem receber os papéis temáticos: (i) *viabilizador-instrumentatário* ou *viabilizador-causatário* em Z_a e *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_b; (ii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-possuidor* em Z_b; (iii) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-medida* em Z_b; (iv) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-temporal* em Z_b; ou (v) *viabilizador-instrumental* ou *viabilizador-causativo* em Z_a e *especificador-classificativo* em Z_b.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As etapas de análise realizadas na pesquisa evidenciaram que os **verbos de ação-processo** formam uma subcategoria verbal bastante heterogênea. Assim, a aplicação dos critérios linguísticos selecionados auxilia na comprovação da subdivisão dessa subcategoria proposta por Chafe (1970) em dez subgrupos, cujos verbos podem veicular: (i) criação de um ente; (ii) alteração de características físicas de um ente; (iii) alteração de características

psicológicas de um ente; (iv) deterioração de um ente; (v) tradução de um construto lingüístico de uma língua para outra; (vi) alteração de aspectos quantitativos de um ente; (vii) deslocamento de um ente no tempo; (viii) deslocamento de um ente no espaço; (ix) deslocamento da posse de um ente; ou (x) transformação de um ente.

O princípio norteador que permeia a identificação desses subgrupos é a alteração é a alteração produzida por um *agentivo*, quer seja ele *realizador* (que executa a alteração por empenho próprio) ou *estimulador* (que executa a alteração por intermédio de um *instrumental* ou de um *causativo*); ou seja, essa alteração pode ser executada pelo *agentivo* através de seu empenho próprio (conhecido como *agentivo-realizador*) ou através de: (i) algum instrumento (*viabilizador-instrumental*) sobre o qual ele exerce controle; ou de (ii) alguma outra força externa (*viabilizador-causativo*) sobre a qual ele não exerce controle.

Essa alteração pode ter como alvo o próprio agente (evidenciado na segunda estrutura argumental do subgrupo 8) ou um outro ente (o paciente); e resulta nas alterações que denominam os dez subgrupos dos verbos de ação-processo: a criação de ente, a alteração de atributos desse ente (como características físicas ou psicológicas, medidas, posicionamento no tempo ou no espaço, relação de pertencimento/posse ou veiculação lingüística), a deterioração desse ente (que pode ser parcial ou total) ou a transformação desse ente num outro.

Para que fosse possível a identificação/delimitação desses subgrupos, bem como da estrutura argumental dos mesmos, foi fundamental partir da acepção do verbo no contexto frasal e buscar os actantes que possibilitassem a identificação com base na subcategorização que essa acepção permite: criação, alteração, deslocamento, deterioração ou transformação de um ente. Nesses termos, quando a ação desencadeada por um *agentivo*, seja ele *agentivo-realizador* ou *agentivo-estimulador*, gerar como resultado alguma das alterações acima relatadas, essa ação denotada pelo verbo caracteriza-se como ação-processo, já que,

[...] parece que o verbo nessas orações é, simultaneamente, tanto processo como ação. Como processo, ele implica uma mudança na condição de um nome, seu paciente. Como ação, expressa o que alguém, seu agente, faz. O agente é ainda alguém que faz algo, mas [...] o agente faz isso *a* (ou às vezes *com*) algo, o paciente de um processo (CHAFE, 1970: 100).

No entanto, na abordagem empregada na presente pesquisa, há a verificação da

presença de nomes que podem assumir o papel temático de *viabilizador-instrumental* ou de *viabilizador-causativo*, que ingressam como actantes na estrutura argumental dos subgrupos 1, 2, 3 e 4 (respectivamente os subgrupos que indicam criação de um ente, alteração de características físicas de um ente, alteração de características psicológicas de um ente, de deterioração do ente e deslocamento de um ente no espaço). Porém não ocorreram *viabilizadores* na estrutura argumental dos subgrupos 5, 6, 7 e 9 (respectivamente os subgrupos dos *verbos de ação-processo* que representam deslocamento de um *construto lingüístico* de uma língua para outra, alteração de aspectos quantitativos de um ente, deslocamento de um ente no tempo e deslocamento da posse de um ente).

A ausência dos *viabilizadores* na estrutura argumental dos subgrupos 5, 6 e 7 se dá por uma percepção lingüística de que os agentes que executam as ações denotadas pelos verbos que constam desses subgrupos são *agentivos-realizadores*, ou seja, executam as ações por empenho próprio. Enquanto que a ausência dos *viabilizadores* na estrutura argumental do subgrupo 9 ocorreu por ausência de frases no corpus que possuíssem a veiculação de elementos lingüísticos que atuassem como tais papéis temáticos. Contudo, é possível propor frases em que elas ocorram, como, por exemplo:

(12) Maria *comprou* o livro com o cheque do pai.

Portanto, nessa frase, há uma percepção lingüística de que o *agentivo* que executa a ação denotada pelo verbo *comprar* é um *agentivo-transferidor* (não executa o deslocamento por empenho próprio).

Outro fator que representa uma alteração é a de que determinados entes veiculados numa frase podem assumir simultaneamente dois papéis temáticos compostos. No entanto, sabe-se que um deles é depreendido a partir de uma leitura, cujos conetivos revelam como sendo a que se torna mais saliente, enquanto o outro papel temático é depreendido de uma leitura que emerge de forma subjacente, como se verifica no subgrupo 1 (os entes que atuam como *locativo-estático*, mas que também atuam como *viabilizador-suporte*).

Referências bibliográficas

- BORBA, F. da S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002. 1674 p.
- _____. Propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico. In: **Revista**

- (Con)Textos Linguísticos. Vitória: PPGEL/Ufes, n. 1, p. 55-68, 2007.
- CANÇADO, Márcia. O lugar da Semântica em uma Teoria Gramatical. In: **Estudos Linguísticos**. São Paulo: GEL, 2000. v. 1, n. 29. pp. 67-78.
- _____. Uma Aplicação da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos: Verbos Psicológicos. In: Altman, C.; Hackerott, M.; Viotti, E. Revista do GEL. Número Especial: Em Memória de Carlos Franchi. São Paulo: Humanitas/Contexto, 2002. p. 95-125.
- _____. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MULLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (Orgs.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 95-124.
- CARVALHO, M. B. de. **Uma introdução às gramáticas de casos**. Viçosa: UFV, 1986.
- CHAFE, Wallace L. **Meaning and the structure of language**. Chicago: The University of Chicago Press, 1970. Trad. Maria Helena de Moura Neves et ali. **Significado e estrutura linguística**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 376 p.
- FILLMORE, Charles J. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R.T. (Orgs.). *Universals in Linguistic Theory*. New York, Holt, 1968. p. 1-88.
- IGNÁCIO, S. E. O processo da derivação frasal nas frases dinâmicas do português escrito contemporâneo no Brasil. In: **Revista Alfa**. São Paulo: Unesp, n. 38, p. 155-179, 1994.
- _____. **Análise sintática em três dimensões**. 2. ed. Franca: Ribeirão, 2001. 134 p.
- _____. Parâmetros para um dicionário de valência verbal. In: **Revista Alfa**. São Paulo: Unesp, n. 49, p. 87-101, 2005.
- _____. Ação, agentividade e causatividade em estruturas oracionais de ação-processo. In: **Revista (Con)Textos Linguísticos**. Vitória: PPGEL/Ufes, n. 1, p. 79-86, 2007.
- _____; SPERANÇA, Ana Carolina. Verbos de processo: causatividade & consecutividade. In: **Revista (Con)Textos Linguísticos**. Vitória: PPGEL/Ufes, n. 2, p. 52-59, 2008.
- MORAES PINTO, Ana Maria de Senzi. **As predicções estativas em português e em alemão: um estudo sintático-semântico**. 1993. 193 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1993.
- WELKER, Herbert Andreas. A valência verbal em três dicionários brasileiros. In: **Linguagem & Ensino**. Pelotas: Educat, v. 1, n. 8, p. 73-100, jan./jul. 2005.

O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DO VOLITIVO *QUERER* EM GÊNEROS JORNALÍSTICOS¹⁷

Gabriela do Couto Baroni¹⁸

Resumo: Este trabalho, de base linguística funcionalista, destina-se à análise dos usos do verbo volitivo *querer* nos gêneros textuais *artigo de opinião* e *entrevista*. Entre os princípios centrais do funcionalismo, o da gramaticalização é o que norteia a nossa pesquisa. Pertinente a esse princípio, o contínuo *Verb-to-TAM*, proposto por Heine (1993), nos auxiliará a identificar possíveis estágios de gramaticalização para o volitivo citado. Ao contrário do que sugerem as abordagens tradicionais, que tratam as categorias como discretas, o autor afirma haver uma gradação, composta pelos estágios de A a G, que caracteriza a passagem de **verbo** pleno a marcador de **T**empo, **A**specto e **M**odo (*Verb-to-TAM*). Com base nessa proposta, classificaremos os usos de *querer* nesses estágios, a fim de observar como esse verbo tem sido utilizado pelos falantes do português brasileiro – se como pleno ou se mais próximo da auxiliaridade.

Palavras-chave: Funcionalismo linguístico. Gramaticalização de verbos. Verbo volitivo.

Abstract: This functionalist linguistics supported paper aims to the analysis of the uses of the volitive verb *want* in the *opinion article* and *interview* genres. Among the main Functionalism principles, grammaticalization was taken to head this research. Relevant to this principle, the *Verb-to-TAM* continuum, proposed by Heine (1993), will support the identification of possible grammaticalization stages of the aforementioned volitive. Unlike what is suggested by traditional approaches, which look at the categories as discrete, the author claims that there is a gradation, composed by the stages from A to G, which characterize the passage from plain **verb** to **T**ime, **A**spect and **M**anner (*Verb-to-TAM*) marker. Based on this proposal, the uses of *want* in these stages will be classified in order to observe how this verb has been applied by the speakers of Brazilian Portuguese – whether as plain verb or more as an auxiliary.

Keywords: Linguistic functionalism. Verb grammaticalization. Volitive verb.

Introdução

¹⁷ Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “O caráter multifuncional de verbos volitivos do português do Brasil em gêneros jornalísticos”, defendida em 2011 na UFES.

¹⁸ Mestre em Estudos Linguísticos pela UFES.

No presente estudo, buscamos observar os usos do verbo volitivo *querer* em dois gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico, quais sejam: o artigo de opinião e a entrevista.

Os verbos volitivos, como explica Cezario (2001, p. 155), são aqueles que expressam a vontade do referente-sujeito. Essa vontade, segundo a autora, refere-se a uma ordem sobre outro ser (como é o caso, por exemplo, dos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar* e *exigir*), a um desejo do referente-sujeito de que algo aconteça ou se dê para ele mesmo (como em *querer* e *desejar*), a uma permissão (como em *deixar*) ou, ainda, a um pedido (como em *querer* e *pedir*). Os verbos *querer*, *exigir*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir*, *preferir*, *esperar*, *pretender*, *gostar* e *almejar* são exemplos de volitivos no português brasileiro.

O aporte teórico que norteia esta pesquisa é o da linguística funcionalista de orientação norte-americana, que adota a concepção de uma linguística centrada no uso e sugere que as funções externas ao sistema linguístico é que definem as categorias gramaticais.

Entre os princípios centrais do funcionalismo, o da gramaticalização é o que apresenta maior relevância para este trabalho. Atinente a esse princípio, o contínuo *Verb-to-TAM*, proposto por Heine (1993), nos auxiliará a identificar possíveis estágios de gramaticalização para o verbo volitivo *querer*. Diferentemente das abordagens tradicionais, que tratam as categorias como discretas, o autor assevera haver uma gradação e, por conseguinte, diferentes estágios que caracterizam a trajetória de **verbo** pleno a marcador de **Tempo**, **Aspecto** e **Modo** (*Verb-to-TAM*). Esses estágios, num total de sete, foram denominados por Heine (1993) de Estágio A, Estágio B, e assim sucessivamente, até o Estágio G.

De acordo com essa proposta, os verbos, ou os usos desses verbos, classificados nos Estágios A ou B são considerados plenos e não devem ser tratados como casos de gramaticalização. Por sua vez, os verbos classificados em alguns dos estágios seguintes – de C a E – são tratados como itens em processo de gramaticalização. Os Estágios F e G, finais do contínuo, são aqueles em que o item verbal já se tornou afixo ou flexão. Por hipótese, tanto o Estágio F como o Estágio G não serão encontrados entre os resultados de nossa análise.

Para proceder à pesquisa, elegemos como *corpus* 47 (quarenta e sete) artigos de opinião e 47 (quarenta e sete) entrevistas publicados pela revista *Veja*, de circulação nacional, entre os anos de 2007 e 2009. O material foi coletado diretamente do sítio eletrônico da revista (<http://veja.abril.com.br/arquivo.shtml>), que disponibilizou, por comemoração dos seus quarenta anos, todas as edições publicadas a partir do ano de 1968.

No primeiro momento deste trabalho, realizamos uma breve apresentação do referencial teórico que estamos utilizando. No segundo momento, apresentamos alguns

resultados da análise. Este, porém, é apenas o recorte de uma pesquisa maior que resultou na nossa dissertação de mestrado. Discussões mais amplas foram realizadas em outro momento e podem ser consultadas diretamente no trabalho original.

Funcionalismo e Gramaticalização

O funcionalismo contemporâneo é uma corrente de estudos linguísticos que concebe a língua como um instrumento de interação social, contrapondo-se, nesse sentido, ao formalismo. Para os funcionalistas, a língua não pode ser estudada como um objeto autônomo e desvinculado do seu uso pelos falantes, como propõem os formalistas. Ao contrário, ela deve ser observada e estudada sempre a partir das diferentes situações comunicativas reais, sejam elas orais ou escritas.

Com relação à linha de estudo funcionalista, esta pesquisa faz a opção pela de origem norte-americana, que tem como alguns de seus representantes Talmy Givón, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper e Elizabeth Closs Traugott. Além desses, Bernd Heine e Tania Kuteva, da Alemanha, seguem o mesmo modelo de estudo. No Brasil, a concepção de uma linguística centrada no uso, como propõem os funcionalistas norte-americanos, pode ser encontrada nos trabalhos de Mário Eduardo Martelotta, Sebastião Josué Votre, Maria Maura Cezario, Maria Angélica Furtado da Cunha e Mariângela Rios de Oliveira, para citar alguns.

Como notou Furtado da Cunha (2009, p. 158), em resumo, duas propostas básicas marcam o modelo funcionalista de análise linguística: “a) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico” e, nesse aspecto, de um modo um pouco mais radical do que outras linhas de estudo, os autores supracitados defendem a concepção de que as funções externas é que definem as categorias gramaticais.

A investigação de caráter funcionalista ultrapassa os limites da estrutura gramatical e busca na situação comunicativa real, seja ela oral ou escrita, a compreensão para os fatos da língua. Os métodos descritivos que analisam a gramática a partir do estudo de cláusulas (sentenças) isoladas são tidos como insuficientes pelo funcionalismo e, de acordo com Givón (2001), devem ser suplementados com o estudo da gramática em seu contexto comunicativo natural, que envolve os interlocutores e seus propósitos. Considerando, pois, a importância do contexto de uso, o funcionalismo, como esclarece Furtado da Cunha (2009), trabalha primordialmente com dados reais de fala ou escrita extraídos de contextos efetivos de

comunicação, evitando lidar, em suas análises, com frases criadas ou dissociadas de sua função no ato comunicativo.

Ainda conforme a autora, para os funcionalistas, as gramáticas das línguas, de um modo geral, apresentam padrões morfossintáticos estáveis, já sistematizados pelo uso, ao lado de mecanismos de codificação emergentes, que se ajustam às necessidades comunicativas e cognitivas dos usuários da língua. Nesse sentido, segundo Martelotta (2006), os falantes tendem a criar novas formas para exprimir novas situações ou a utilizar um novo termo em lugar de outro já desgastado pelo uso, instaurando um processo de variação e mudança nas línguas.

Entre os vários processos de mudança que podemos encontrar, está a gramaticalização. Neste estudo, a concepção de gramaticalização adotada é aquela vista em Heine (1991; 2003), Hopper e Traugott (1993), Martelotta et alii (1996), Brinton e Traugott (2005), Martelotta (2006) e Furtado da Cunha (2009). Os autores concordam entre si ao admitirem a gramaticalização como um processo em que “itens lexicais ou construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (FURTADO DA CUNHA, 2009, p. 173). Nessa concepção, o termo gramaticalização pode ser tomado em dois sentidos relacionados: a) a trajetória de elementos do léxico à gramática como, por exemplo, a passagem de verbo pleno para verbo auxiliar; b) a trajetória de categorias menos gramaticais para categorias mais gramaticais como, por exemplo, a passagem de advérbio para conjunção: “Ele vai chegar *logo*” (advérbio); “Penso, *logo* existo” (conjunção) (cf. MARTELOTTA, 2003; 2006).

A principal motivação para a gramaticalização, de acordo com Heine (1993), é a comunicação bem-sucedida. O autor explica que, para atingir seus objetivos comunicativos, o falante tem como estratégia possível a utilização de formas linguísticas de sentido concreto, facilmente acessível e claramente delineado para expressar conceitos que são mais abstratos, mais dificilmente acessíveis e menos claramente delineados (léxico > função gramatical). Ainda segundo Heine (2003, p. 579), em termos técnicos, a gramaticalização de uma expressão linguística envolve quatro mecanismos inter-relacionados:

- (i) *dessemantização* (ou *bleaching*, redução semântica): perda de conteúdo semântico.
- (ii) *extensão* (ou generalização de contextos): uso da forma em novos contextos.

(iii) *decatégorização*: perda de propriedades morfossintáticas características da forma-fonte, incluindo a perda de *status* de palavra independente (clitização, afixação).

(iv) *erosão* (ou redução fonética): perda de substância fonética.

De forma interessante, o autor ressalta que cada um desses itens refere-se a um diferente aspecto da estrutura ou uso da língua. Assim, como explica, a *dessemantização* está relacionada à semântica; a *extensão* está relacionada à pragmática; a *decatégorização* diz respeito à morfossintaxe e a *erosão*, por sua vez, está ligada à fonética.

Entre as análises privilegiadas nos estudos sobre gramaticalização, importa-nos, para esta pesquisa, aquela que se refere à trajetória de elementos do léxico à gramática, ou, mais precisamente, à passagem gradual de verbo pleno para verbo auxiliar. Para tratar do tema, recorreremos à proposta de Heine (1993), apresentada na seção seguinte.

Gramaticalização de verbos: a proposta de Heine (1993)

Como afirmamos anteriormente, as abordagens tradicionais tratam as categorias *verbo pleno* (principal) e *verbo auxiliar* como discretas. Heine (1993), no entanto, propõe haver sete estágios que caracterizam a trajetória gradual de **verbo** pleno a marcador de **Tempo**, **Aspecto** e **Modo** (*Verb-to-TAM*). Esses estágios foram denominados pelo autor de A, B, C, D, E, F e G, aos quais estão subjacentes as quatro mudanças que acontecem nos níveis da semântica, da morfossintaxe, da morfofonologia e da fonética, respectivamente: a *dessemantização* (perda ou esvaziamento de conteúdo semântico); a *decatégorização* (mudança de classe gramatical ou perda de propriedades morfossintáticas características dessa classe); a *clitização* (integração do item ao verbo principal) e a *erosão* (perda de substância fonética). Conforme Heine (1993, p. 58), a *dessemantização* precede todas as demais mudanças, já a *clitização* e a *erosão* comumente são os dois últimos processos a serem desencadeados.

Para cada um dos estágios, de A a G, Heine (1993) aponta diferentes características que podem ser observadas nos usos dos verbos. Para o propósito deste trabalho, sintetizamos a agrupamos as características propostas pelo autor, conforme o quadro 1:

| Estágio | Características | |
|---------|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A | 01 | O verbo apresenta significado lexical completo. |
| | 02 | O complemento do verbo é um objeto concreto. |
| B | 03 | O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade. |
| | 04 | Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio. |
| | 05 | O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico. |
| | 06 | O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita. |
| C | 07 | O sujeito não é um referente humano. |
| | 08 | O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical). |
| | 09 | O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento. |
| | 10 | O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico. |
| | 11 | O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo. |
| | 12 | A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo (" <i>TAM distinctions</i> ") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica. |
| | 13 | O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica. |
| D | 14 | O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva. |
| | 15 | O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento. |
| | 16 | O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita. |
| E | 17 | O item verbal perde sua capacidade de ser negado. |
| | 18 | Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra. |
| F | 19 | O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal. |
| | 20 | O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo. |
| G | 21 | O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão. |

Quadro 1: Características dos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*.

Considerando se tratar de abordagens muito distintas, Heine (1993, p.65) alerta que é difícil relacionar os sete estágios do contínuo *Verb-to-TAM* às taxonomias ortodoxas. Todavia, como acrescenta, algumas correspondências podem talvez ser estabelecidas: nos *Estágios A e B*, os verbos podem ser referidos como lexemas ou verbos plenos; no *Estágio C*, eles são chamados quase-axiliares, semi-axiliares ou catenativos; nos *Estágios D e E*, os verbos são mais firmemente associados à noção de auxiliaridade; no *Estágio F*, os verbos são auxiliares ou afijos e, por fim, no *Estágio G*, eles são afijos ou flexões.

Como esclarece Heine (1993, p. 65-66), a maioria dos itens associados ao “status” de auxiliar combina, simultaneamente, mais de um estágio ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*. Esses itens, segundo o autor, revelam, comumente, dois usos principais: um como verbo principal e outro como verbo com valor mais gramatical. Ainda conforme explica, nos casos em que um dado item demonstra diferentes usos que são separados por muitos estágios, como acontece com os itens que apresentam usos característicos dos Estágios A e D (itens A/D) ou dos Estágios B e E (itens B/E), por exemplo, pode-se dizer que o “verbo” e o “auxiliar” tem se distanciado a ponto de serem considerados unidades linguísticas distintas. É o que acontece, de acordo com o autor (p. 66), com os verbos *use* (usar) e *have* (ter), do inglês, que, em certos usos, podem ser exemplos de itens A/D:

| | |
|-------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A | D |
| He <i>used</i> all the money. (Ele usou todo o dinheiro) | He <i>used</i> to collect his mail daily. (Ele costumava coletar suas cartas diariamente) |

Heine (1993, p. 86-87) ressalva, também, o fato de que, ao tratar dos auxiliares, ele está se referindo ao resultado particular de um processo cognitivo pelo qual conteúdos concretos são empregados para expressar conceitos gramaticais abstratos. O maior resultado linguístico desse processo, de acordo com o autor, pode ser notado por meio do contínuo *Verb-to-TAM*, que tem como extremos uma estrutura lexical e uma estrutura completamente gramaticalizada e que, em resumo, pode ser esquematizado por meio das seguintes propriedades:

| Domínio: | Ponto de partida | Ponto final |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| Semântica: | Significado verbal completo | Função gramatical |
| Sintaxe: | Alto grau de variabilidade | Posição fixa |
| Morfologia: | Flexionado para TAM, pessoa, número, negação, etc. Palavra livre | Elemento invariável Afixo |

| | | |
|-------------------|----------------|--------------------------------------------|
| Fonologia: | Forma completa | Forma reduzida (tipicamente monossilábica) |
|-------------------|----------------|--------------------------------------------|

Quadro 2: Algumas propriedades do contínuo *Verb-to-TAM*.

Fonte: Heine (1993, p.87)

Orientados pela proposta de Heine (1993) de que existem diferentes estágios ao longo do contínuo *Verb-to-TAM* nas línguas, propusemo-nos a observar os distintos estágios em que se encontra o verbo volitivo *querer* no português brasileiro. O nosso objetivo, desse modo, não é apenas constatar uma possível trajetória de gramaticalização para esse verbo, mas perceber como ele tem sido usado pelos falantes, se como pleno ou se com alguns traços de auxiliaridade.

Metodologia

Para o propósito desta pesquisa, agrupamos e sintetizamos as características apresentadas por Heine (1993) para cada um dos sete estágios, conforme apresentado no quadro 1. Para cada grupo de características foi atribuída uma única pontuação, que equivale a 0 (zero), para o Estágio A, e que varia de 0 (zero) a 1 (um) para os demais estágios. Desse modo, por exemplo, ainda que determinado uso do verbo apresente mais de uma característica pertencente ao Estágio C, ele receberá a pontuação apenas uma vez. No caso de ausência de característica, a pontuação será 0 (zero). O Estágio A é o único que possui pontuação diferenciada: a presença ou ausência de característica será sempre pontuada com 0 (zero). O quadro abaixo ilustra o modo de atribuição das pontuações:

| Característica do Estágio | Apresenta | Não apresenta |
|---------------------------|-----------|---------------|
| A | 0 | 0 |
| B | 1 | 0 |
| C | 1 | 0 |
| D | 1 | 0 |
| E | 1 | 0 |
| F | 1 | 0 |
| G | 1 | 0 |

Quadro 3: Atribuição de pontuação para cada um dos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*

As pontuações atribuídas somam de 0 (zero) a 6 (seis) e equivalem a cada um dos sete estágios propostos por Heine (1993), da seguinte forma:

| | | | | | | | |
|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Estágio | A | B | C | D | E | F | G |
| Pontuação | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

Figura 1: Equivalência entre pontuação e estágios do contínuo *Verb-to-TAM*.

Uma vez que Heine (1993) atribui um número diferente de características para cada estágio, a finalidade de se estabelecer a mesma pontuação para os estágios de B a G é manter o equilíbrio de peso e valores entre eles. Como os estágios E e F, por exemplo, apresentam apenas duas ou três características e o Estágio C, por sua vez, possui cerca de seis ou sete, pontuar individualmente cada uma das características conferiria mais peso a determinado estágio do que a outro.

O Estágio A, em especial, foi pontuado de forma diferente pelo seguinte motivo: se fosse conferida aos estágios de A a G uma soma de 1 a 7, e não de 0 a 6, e, porventura, certo uso de um verbo não apresentasse uma característica de A (verbo pleno), mas apresentasse de B (verbo com alguns traços de auxiliaridade), por exemplo, esse verbo receberia 1 (um) ponto, referente à característica de B, no entanto, seria classificado como pertencente ao Estágio A (1-A, 2-B, ..., 7-G). Assim, mantendo-se a pontuação do Estágio A constantemente como 0 (zero), evitamos esse tipo de desvio, pois, se o verbo possui somente traços de A, ele é marcado com esses traços (0 ponto) e classificado nesse estágio. Por outro lado, se esse mesmo verbo não apresenta alguma das características de A, ele é novamente marcado com 0 (zero), sem, contudo, interferir na pontuação dos demais estágios.

Como se observa no quadro 1, as características de cada estágio foram identificadas por um número, de 1 (um) a 21 (vinte e um). Tendo em conta que os estágios receberam uma pontuação única para o conjunto de características, esses números, de 1 (um) a 21 (vinte e um), auxiliam-nos, no momento da análise, a registrar que característica foi identificada e está recebendo a pontuação, como demonstra o exemplo:

| Verbo QUERER – Artigos de opinião Contexto | Característica do Estágio | | | | | | | Total |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|------|----------|----|---|---|---|----------|
| | A | B | C | D | E | F | G | |
| Se o Congresso quiser retomar sua importância e dignidade, proponho uma série de discussões sobre os seguintes temas: (...). Edição 2020, 08/08/2007 . | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | 1 | 3, 4 | 7, 9, 10 | 14 | - | - | - | D |

Desse modo, os números de 0 (zero) a 1 (um) registrados na linha de cor branca referem-se à pontuação atribuída a cada estágio. Os números na linha em cinza, por sua vez, dizem respeito às características do estágio que foram identificadas. Registrar individualmente cada uma dessas características nos permite observar quais delas têm sido mais recorrentes em cada estágio. A coluna “Total”, por fim, indica a soma dos pontos e o estágio correspondente no contínuo *Verb-to-TAM*.

Todas as vezes em que o verbo *querer* foi encontrado nos artigos de opinião e nas entrevistas pesquisadas, o trecho do qual ele participava foi destacado e análise foi procedida conforme mostramos no último exemplo.

Análise dos dados

Foram encontradas 54 (cinquenta e quatro) ocorrências do verbo *querer* nos artigos de opinião e 148 (cento e quarenta e oito) nas entrevistas, em um total de 47 (quarenta e sete) textos pesquisados em cada gênero.

No entanto, é necessário ressaltar que, em número de palavras, as entrevistas pesquisadas são bem maiores do que os artigos de opinião. Enquanto as entrevistas, somadas, registram 90.687 (noventa mil, seiscentas e oitenta e sete) palavras, os artigos de opinião, somados, totalizam apenas 40.228 (quarenta mil, duzentas e vinte oito), o que equivale a menos da metade do número das entrevistas.

Uma vez que quantidade de palavras é maior nas entrevistas, é natural que o verbo *querer* possa ser usado um maior número de vezes nesse gênero. Isso não significa, contudo, que ele seja mais freqüente ou *tão* mais freqüente do que nos artigos de opinião, como sugere o resultado final (148 verbos nas entrevistas e 54 nos artigos de opinião). É necessário, deste modo, observarmos a média de uso do verbo em cada um desses gêneros.

Verificados esses dados, é possível constatar que a média de ocorrência de *querer*, a cada 10.000 (dez mil) palavras, é bem próxima nos dois gêneros: ele aparece cerca de 16,31 (dezesesseis vírgula trinta e uma) vezes nas entrevistas e de 13,42 (treze vírgula quarenta e duas) vezes nos artigos de opinião.

No que se refere ao sentido, o Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004) lista cerca de vinte significados para o verbo *querer*. Em nosso *corpus*, os mais recorrentes identificados para esse verbo foram: *desejar* (na grande maioria dos casos); *pretender*; *ter a intenção de*; *tencionar*; *ter vontade de* e, em pouquíssimos casos, *ordenar* e *exigir*. Entretanto, constatamos que, prevalentemente, um grupo de significados, e não apenas um, pode ser

conferido a uma mesma ocorrência do verbo. Assim, torna-se difícil e, por vezes, subjetivo, determinar com exatidão qual era o sentido pretendido pelo falante no momento da produção do texto. O trecho seguinte é um exemplo desse fato. Nele, podemos associar ao verbo *querer*, pelo menos, quatro significados: *desejar*, *pretender*, *ter a intenção de* e *ter vontade de*:

- (1) O que **quero** discutir aqui é a razão por trás da sua escolha, o raciocínio que determinou a decisão de postergar o cinema com os filhos. Você fez essa opção porque no fundo sabe que seus filhos o amam. E, porque o amam, eles entenderão. Sem dúvida, eles ficarão desapontados, mas não para sempre. Afinal, você conseguiu conciliar a agenda de cada um, só vai demorar mais um pouquinho. Edição 2053, 26/03/2008. (Artigo de opinião)

Também no *corpus*, foram encontrados, ainda, alguns usos da construção *querer + dizer* (*quer dizer*) com o sentido de *significar* e um uso dessa construção como marcador discursivo. *Quer dizer* (*significar*) aparece 4 (quatro) vezes nos artigos de opinião e 6 (seis) nas entrevistas. O único uso como marcador discursivo é também das entrevistas e tem a função de retificar o que havia sido dito. Os trechos seguintes exemplificam esses casos:

- (2) O grande divisor de águas é o que fazer com o lado profissional do ensino, versus o lado acadêmico. Ademais, alguns países oferecem vertentes mais fáceis e aplicadas (o que não **quer dizer** profissionalizantes) e vertentes mais acadêmicas e teóricas. Edição 2006, 02/05/2007. (Artigo de opinião. Uso de *quer dizer* com sentido de *significar*)
- (3) Veja – *Em sua avaliação, a absolvição do senador Renan Calheiros foi uma decisão correta dos senadores?* Garibaldi – A absolvição de Renan penalizou o Legislativo. Mas é uma questão difícil. Quero ter todo o cuidado de falar de uma pessoa que era colega. **Quer dizer**, é colega. Ele anda aparecendo menos, mas ainda está lá. [...]. Edição 2054, 02/04/2008. (Entrevista. Uso de *quer dizer* como marcador discursivo)

O uso de *querer* em construções desse tipo está bastante firmado e alguns autores, como Dias (2007), por exemplo, já discutiram a respeito de *quer dizer* como um item em processo de gramaticalização. De fato, o resultado de nossas análises sugere que o verbo *querer*, nessas construções, apresenta vários traços de auxiliaridade e, com base na proposta de Heine (1993), ele pode ser classificado no Estágio E do contínuo *Verb-to-TAM*.

É oportuno destacar que o verbo *querer*, em nosso *corpus*, revelou usos que o classificam entre os estágios B e E no contínuo *Verb-to-TAM*. Não foram constatados usos que nos permitissem classificar esse verbo no Estágio A (em que os itens verbais são considerados plenos) e nem nos Estágios F e G (nos quais o item verbal já se tornou um afixo ou flexão). Desse modo, o Estágio E refere-se ao estágio mais avançado em que se encontra o verbo *querer* e é exatamente nele que estão *todas* as ocorrências de *quer dizer* (com sentido de *significar* ou como marcador discursivo).

Por conseguinte, podemos deduzir que, de modo geral, é nessas construções (*quer dizer*) que o verbo *querer* apresenta um maior número de características de auxiliaridade, entre aquelas propostas por Heine (1993). As características observadas foram:

- (a) O uso do verbo com complemento não-finito (neste caso, com o infinitivo *dizer*);
- (b) A perda de conteúdo lexical;
- (c) A forte associação entre os dois verbos (*quer + dizer*), que não podem mais ser separados por um outro elemento;
- (d) A perda da capacidade de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo;
- (e) O verbo e o complemento representam um só unidade semântica (*quer + dizer = significar*, em alguns contextos);
- (f) O verbo *querer*, neste caso, não apresenta mais um substantivo como complemento;
- (g) O verbo apresenta como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita: ele aceita apenas o infinitivo, e nunca o gerúndio ou o particípio.

Entre os dados das entrevistas, há dois casos com o uso de *querer + saber* (*quer saber*) com o sentido de “interessar-se” ou “importar-se”. O uso de *querer* nesse tipo de construção foi também detectado por Cezario (2001). A autora explica que, entretanto, ao contrário do que acontece com *quer dizer*, em *quer saber* os verbos *querer* e *saber* ainda estão independentes:

- (4) [É nas favelas que o tráfico impõe a lei do silêncio, exige que as pessoas durmam com os portões abertos, obriga moradores a esconder uma arma em casa ou a abrigar o próprio criminoso lá dentro. O pior é que a permanência dessa situação é favorecida, em parte, por cidadãos comuns, que às vezes nem se dão conta de que seus atos beneficiam os criminosos]. Veja – *Que atos?* Beltrame – Vou dar um exemplo. Um cidadão está numa festa cheirando cocaína, chega à rua e vê que seu carro foi roubado. Ele vai à delegacia reclamar, mas não **quer saber** que roubaram o carro dele para vender as peças e comprar pó. [...] Edição 2032, 31/10/2007. (Entrevista. Uso de *quer saber* com o sentido de “interessar-se”, “importar-se”).
- (5) Veja – *Outra crítica que se faz é que o Ministério da Fazenda se tornou tolerante à inflação ao defender, neste ano, a meta de 4,5% para 2008 e 2009, um índice superior à inflação que já existia.* Mantega – [...] Como podem dizer que defendo a inflação se ela hoje é inferior à da era Palocci? O controle da inflação independe de grupos políticos. Se no futuro for eleito um presidente irresponsável, ele terá de se submeter a regras consolidadas ou será "impichado". Ninguém **quer mais saber** de déficit público ou de inflação. Edição 2038, 12/12/2007. (Entrevista. Uso de *quer mais saber* com o sentido de “interessar-se”, “importar-se”).

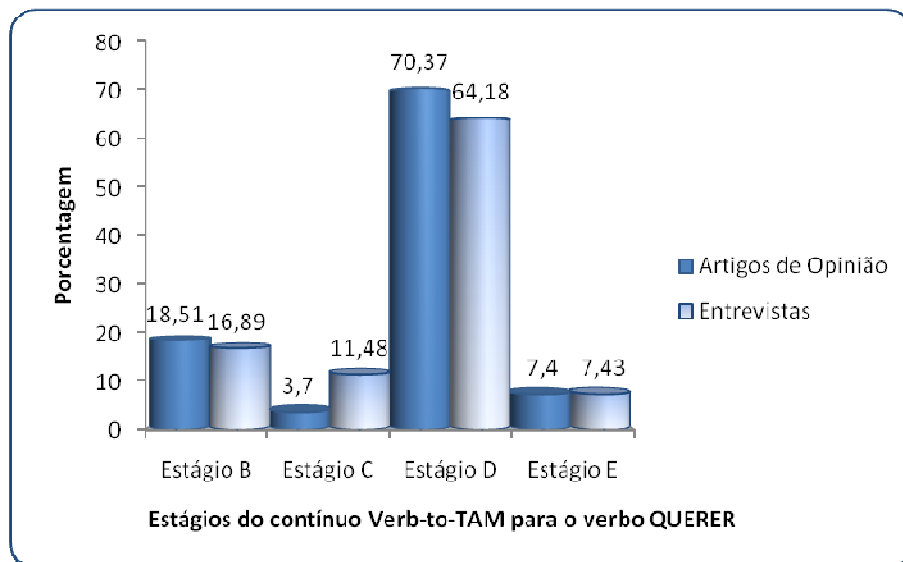
No que tange aos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*, a análise dos dados apontou os seguintes resultados para o verbo *querer*:

| | Estágio A | | Estágio B | | Estágio C | | Estágio D | | Estágio E | | Estágio F | | Estágio G | |
|---------------------------|-----------|---|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|------|-----------|---|-----------|---|
| | APLIC | % | APLIC | % | APLIC | % | APLIC | % | APLIC | % | APLIC | % | APLIC | % |
| Artigos de opinião | 0 | - | 10 | 18,51 | 2 | 3,7 | 38 | 70,37 | 4 | 7,40 | 0 | - | 0 | - |
| Classificação | - | | 2° | | 4° | | 1° | | 3° | | - | | - | |
| Entrevistas | 0 | - | 25 | 16,89 | 17 | 11,48 | 95 | 64,18 | 11 | 7,43 | 0 | - | 0 | - |
| Classificação | - | | 2° | | 3° | | 1° | | 4° | | - | | - | |

Tabela 1: Resultado da classificação do verbo *querer* no contínuo *Verb-to-TAM*.

A tabela 1 apresenta a porcentagem dos dados em cada um dos estágios e a ordem de classificação dos resultados, ou seja, qual dos estágios é o 1°, o 2°, o 3° ou o 4° no índice de ocorrência de dados.

O gráfico 1 expõe, de forma comparativa, os estágios em que foram classificados os dados com o verbo *querer* nos artigos de opinião e nas entrevistas:

Gráfico 1: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *QUERER*.

Como se nota, com base na tabela 1 e no gráfico 1, o Estágio D é o que concentra o maior índice. Mais da metade dos dados do verbo *querer*, nos dois gêneros, foi classificada nesse estágio, com percentuais relativamente próximos.

No Estágio D, de acordo com Heine (1993, p.61), estão os verbos comumente referidos pelos gramáticos como “defectivos”, ou seja, a característica mais marcante desses verbos é o seu status “deategorizado”. Segundo o autor, um verbo com status deategorizado

tende, tipicamente, a perder sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de *ficar na voz passiva*.

No caso do verbo *querer*, encontramos com uma situação especial: esse verbo, originalmente, não permite apassivação com equivalência semântica. Ou seja, não se trata de ter se instaurado ou não um processo de gramaticalização. Antes disso, é característica de *querer* não admitir a transformação para a voz passiva sem alteração de sentido. Lobato (1975, p. 48) já havia observado esse fato ao assegurar que com os “modais de volição”, entre eles o *querer*, “a incidência sobre uma passiva é possível, mas não há possibilidade de colocar o enunciado na ativa conservando o mesmo conteúdo semântico”, como acontece em “Você quer ser contratado por eles”/ “Eles querem contratar você”, que não formam orações semanticamente correspondentes.

Hauy (1983, p.181-182), ao tratar da conversão de vozes, declara que:

[...] nem sempre há perfeita correspondência entre diferentes estruturas de vozes de um mesmo verbo, e não se deve, também, entender a conversão da ativa para a passiva como uma transformação estrutural comum a todos os verbos transitivos diretos. [...] há casos, por exemplo, de verbos transitivos diretos, não denotativos de ação, cuja conversão é absolutamente teórica e forjada.

Considerando as orações “Possuo alguns exemplares dessa obra”, “O povo *quer* reformas” e “A criança tem brinquedos”, *seriam construções extravagantes e, sem dúvida, não equivalentes às anteriores*, se identificássemos como suas passivas as estruturas: “Alguns exemplares dessa obra são possuídos por mim.”, “Reformas *são queridas* pelo povo” e “Brinquedos são tidos pela criança” (grifos nossos).

Em vista disso, deparamo-nos com dois caminhos possíveis, porém, contrários:

- (a) admitir que a impossibilidade de apassivação com equivalência semântica é uma propriedade intrínseca ao verbo *querer* e que, por isso, não se trata, necessariamente, um indício de auxiliaridade. Nesse caso, deixaríamos de atribuir pontuação a essa característica durante a análise (característica 14 do Estágio D), ou
- (b) admitir que, exatamente por ser essa uma propriedade intrínseca e, logo, constante e própria do verbo em questão, a impossibilidade de apassivação com equivalência semântica não poderia ser desconsiderada. Ou seja, assumiríamos essa como uma característica *fixa* do verbo *querer* e que, por conseqüência, deveria ser pontuada em *todos* os dados, independentemente de haver ou não complemento e do tipo de complemento.

Decidimos, mesmo diante dos riscos, pela segunda possibilidade. Com isso, a característica número **14** do Estágio D (O verbo perde sua capacidade de formar imperativos,

de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva) foi marcada em todas as ocorrências do verbo *querer*.

O Estágio B é o segundo com o maior número de dados, tanto nos artigos de opinião como nas entrevistas. Também nesse estágio, os dois gêneros apresentaram resultados que se aproximam numericamente. No entanto, é necessário ressaltar que entre o primeiro e o segundo estágios com maior índice – D e B, respectivamente –, há uma considerável distância em termos de valor percentual e o Estágio D é, isoladamente, aquele que mais representa a forma como o verbo *querer* tem sido usado pelos falantes do português brasileiro nos gêneros investigados.

Outra questão deve ainda ser notada com relação aos estágios B e D: o Estágio B, de acordo com Heine (1993), é aquele em que começa a auxiliaridade. Porém, no Estágio B, os verbos ainda são considerados plenos. Por sua vez, no Estágio D, os verbos já revelam vários traços de auxiliar. Ou seja, com base nos resultados, podemos deduzir que, embora o verbo *querer* esteja, em muitos casos, sendo usado como algumas características de auxiliaridade (Estágio D), ele mantém outros usos como verbo pleno (Estágio B). Segundo Heine (1993), esse é um fato plenamente viável. O autor esclarece que os verbos podem combinar, simultaneamente, mais de um estágio ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*, o que significa dizer que eles ora são usados como verbos principais, ora são usados como verbos com valor mais gramatical.

Por fim, nos dois gêneros, os resultados apontaram um pequeno, mas significativo, número de dados que podem ser classificados nos Estágios C e E. Este último foi o estágio mais avançado, dentro do contínuo *Verb-to-TAM*, alcançado pelo verbo *querer*.

A elevada concentração de dados no Estágio D, intermediário no contínuo *Verb-to-TAM*, além de relevantes porcentagens nos Estágios B, C e E, indica que o verbo *querer* tem sido recorrentemente usado com algumas características de auxiliaridade verbal. Isso não significa, porém, que ele percorrerá todo o contínuo e chegará ao Estágio G. Como observou Heine (2003), nem todos os casos de gramaticalização caminham até o último estágio e, muitas vezes, pode ser que o item lexical, neste caso o verbo, se detenha em algum dos estágios intermediários.

Deve-se levar em conta, ainda, que esta análise está restrita a textos produzidos por falantes com nível superior de escolaridade ou que ocupam posição de prestígio ou destaque na sociedade e que, desse modo, apresentam ou buscam demonstrar certo domínio da língua, o que, de certo modo, confere certa formalidade aos textos e pode interferir nos resultados. Um estudo com falantes de outros níveis de escolaridade, com textos produzidos em outros

gêneros e veiculados em outros meios que não a revista, pode, por certo, revelar outros resultados.

Com relação às características pontuadas em cada estágio, o verbo *querer*, nos artigos de opinião e nas entrevistas, mostrou os resultados descritos na tabela 2:

| Estágio | Características | | Porcentagem apresentada | | | |
|---------|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------|-------------|--------|
| | | | Artigos de opinião | | Entrevistas | |
| | | | APLIC | % | APLIC | % |
| A | 01 | O verbo apresenta significado lexical completo. | 50 | 92,59% | 139 | 93,91% |
| | 02 | O complemento do verbo é um objeto concreto. | 3 | 5,55% | 4 | 2,70% |
| B | 03 | O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade. | 35 | 64,81% | 100 | 67,56% |
| | 04 | Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio. | 36 | 66,67% | 90 | 60,81% |
| | 05 | O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico. | 3 | 5,55% | 12 | 8,10% |
| | 06 | O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita. | 3 | 5,55% | 14 | 9,45% |
| C | 07 | O sujeito não é um referente humano. | 18 | 33,33% | 16 | 10,81% |
| | 08 | O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical). | 4 | 7,40% | 7 | 4,73% |
| | 09 | O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento. | 34 | 62,96% | 80 | 54,05% |
| | 10 | O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico. | 35 | 64,81% | 88 | 59,46% |
| | 11 | O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo. | 31 | 57,40% | 36 | 24,32% |
| | 12 | A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo ("TAM distinctions") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica. | 4 | 7,40% | 8 | 5,40% |
| | 13 | O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica. | 2 | 3,70% | 7 | 4,73% |
| D | 14 | O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva. | 54 | 100% | 148 | 100% |
| | 15 | O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento. | 4 | 7,40% | 7 | 4,73% |
| | 16 | O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita. | 3 | 5,55% | 7 | 4,73% |
| E | 17 | O item verbal perde sua capacidade de ser negado. | 3 | 5,55% | 12 | 8,10% |
| | 18 | Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra. | 0 | 0 | 0 | 0 |
| F | 19 | O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal. | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | |
|----------|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|---|
| | 20 | O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo. | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G | 21 | O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão. | 0 | 0 | 0 | 0 |

Tabela 2: Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *QUERER*.

No Estágio A, a característica de número **1** (O verbo apresenta significado lexical completo) é a mais pontuada pelo verbo *querer* nos gêneros investigados. Lobato (1975), em seus estudos, já havia sublinhado que o verbo *querer*, independentemente de ser seguido de uma forma verbal ou nominal, conserva sempre toda a sua carga sêmica. Isso se ratifica na maior parte dos dados do nosso *corpus*, sendo exceções, apenas, os usos de *quer dizer* com o sentido de *significar* e como marcador discursivo. Cezario (2001), tratando também desse verbo, assegura que, em suas análises, o sentido de *querer* manteve-se preservado, embora ele apresente usos bastante adiantados no processo de gramaticalização.

No Estágio B, para os dois gêneros, as porcentagens maiores se reúnem nas características de número **3** (O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade) e **4** (Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complementos verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio). A única forma nominal que acompanha o verbo *querer*, em nosso *corpus*, é a infinitiva. O uso de *querer* seguido de infinitivo ocorre em 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) dos dados dos artigos de opinião e em 60,81% (sessenta vírgula oitenta e um por cento) dos dados das entrevistas.

No Estágio C, novamente para os dois gêneros, as características mais pontuadas foram as de número **9** (O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita), **10** (O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico) e **11** (O verbo e seu complemento referem-se ao mesmo tempo). A característica de número 11, nos artigos de opinião, apresentou mais do que duas vezes o percentual observado nas entrevistas.

A característica **7** (O sujeito não é um referente humano), também do Estágio C, apresentou-se três vezes mais recorrente nos artigos de opinião do que na entrevistas. Uma possível justificativa pode ser o fato de que, nos artigos de opinião, os autores dos textos expõem suas reflexões a respeito não somente de pessoas, mas, principalmente, de instituições, países, eventos, etc., e acabam conferindo a esses referentes não-humanos vontades e atitudes com relação às situações como, por exemplo, em *O MEC quer ensinar...*, *A ONG quis institucionalizar...*, etc.

Lobato (1975) atesta que alguns verbos, como o *querer*, apresentam restrição de sujeito e, conforme a autora, só se relacionam com sujeitos [*animados*], [*potentes*] e [*humanos*]. Porém, como mostram nossos resultados, esse verbo, em muitos casos, não oferece mais essa restrição:

- (6) [...] Dizem que quero aparecer, mas o fato é que ninguém lê o *Diário Oficial*. A mídia *quer* notícia? Eu dou notícia. Edição 2090, 10/12/2008. (Entrevista. Uso de *querer* com sujeito não-humano)

Em situações cotidianas, inclusive, é comum usarmos o verbo *querer* com sujeitos [– *animados*], [– *potentes*], [– *humanos*], como acontece em “A TV não quer ligar” ou “A porta não quer abrir”, o que evidencia que esses são traços cada vez mais comuns para esse verbo.

Conforme já explicado, no Estágio D, para os dois gêneros, a característica de número **14** (O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva) foi atribuída a todos os dados, já que o verbo *querer* não admite apassivação com equivalência de sentido.

Ainda que o verbo *querer* só aceite como complemento não-finito o infinitivo, a característica **16** (O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita) do Estágio D foi marcada apenas nos casos da construção *quer dizer* com o sentido de *significar* e como marcador discursivo, pois entendemos que, nos demais casos, o verbo *querer*, embora esteja seguido de infinitivo, pode aceitar como complemento, também, um substantivo. É diferente do que ocorre com *quer dizer*, que já se tornou uma construção fixa na qual *querer* é, invariavelmente, seguido de infinitivo e não de qualquer outro complemento.

No Estágio E, a única característica pontuada, tanto para os artigos de opinião como para as entrevistas, foi a de número **17** (O item verbal perde sua capacidade de ser negado). Esse traço foi atribuído, na maioria das vezes, às construções do tipo *quer dizer*, que não podem ser separadas por negação.

Os dados com o verbo *querer*, nos dois gêneros – artigo de opinião e entrevista – não apresentaram características dos Estágios F e G.

Considerações

Intencionamos observar, nesta pesquisa, a partir da perspectiva funcionalista, como o verbo volitivo *querer* tem sido usado em artigos de opinião e entrevistas, ambos gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico. A partir da análise empreendida, classificamos os usos identificados para esse verbo ao longo do contínuo *Verb-to-TAM* proposto por Heine (1993).

Tendo por base a afirmativa de que *verbo pleno* e *verbo auxiliar* não constituem categorias discretas, o autor propõe existir sete diferentes estágios, de A a G, que caracterizam a transição gradual de verbo pleno a flexão, passando pelas etapas de auxiliaridade verbal. Nesse aspecto, o trabalho de Heine (1993) parece dar conta das limitações, e até mesmo das divergências, que encontramos nas gramáticas tradicionais quando o assunto é auxiliaridade verbal: entre os gramáticos, não há acordo quanto ao número de verbos auxiliares no português e quanto às características que os definem. Para alguns, esses verbos se resumem a *ter* e *haver*, para outros, ao contrário, os auxiliares constituem listagens abertas.

Desse modo, nosso estudo contribui para essa questão na medida em que, ao aplicar a proposta de Heine (1993), apontamos que é possível tratar dos itens verbais sem impor uma rigidez taxionômica e que, além disso, um mesmo item verbal pode, indubitavelmente, transitar em linhas mais próximas ora ao léxico ora à gramática.

Entretanto, não tivemos a pretensão de exaurir o tema. Muito há ainda que se pesquisar a respeito do assunto e pretendemos fazê-lo num próximo momento: seria interessante, por exemplo, observar o uso desse verbo em gêneros de outros domínios discursivos ou, ainda, o uso desse verbo nos mesmos gêneros, porém, colhidos de outras instituições que não a Veja.

Referências

BRINTON, Laurel J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CEZARIO, Maria Maura. *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

DIAS, Nilza Barrozo. Gramaticalização de construções. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6. ed. rev. amp. Curitiba: Posigraf, 2004.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 157-176.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001, v. 01.

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd. *Auxiliaries: Cognitive Forces and Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 1993.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. Os verbos auxiliares em português contemporâneo. Critérios de auxiliaridade. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro; POTTIER, Bernard; D'INTRONO, Francisco; LOFFLER-LAURIAN, Anne-Marie; VIDAL, Anne Marie. *Análises linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.17-28.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; CEZARIO, Maria Maura; WILSON, Victória (orgs.). *Linguística: fundamentos*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006. p. 231-265.

AS FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DA APOSIÇÃO NO GÊNERO EDITORIAL

Gesieny Laurett Neves Damasceno¹⁹

Lúcia Helena Peyroton da Rocha²

Resumo: Objetivou-se, neste trabalho, investigar as correlações existentes entre as construções apositivas e os propósitos comunicativos do gênero editorial. O presente estudo desenvolveu-se no intuito de dar comprovação à hipótese de que os aspectos discursivos das construções apositivas estão estritamente relacionados aos propósitos sociocomunicativos do gênero selecionado. Como aporte teórico para as discussões aqui propostas, elegemos os preceitos do funcionalismo linguístico, por ser esta uma corrente linguística que se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. A partir das análises feitas quanto à frequência de determinadas funções textual-discursivas, concluímos a pesquisa inferindo que as construções apositivas contribuem de maneira significativa para o cumprimento dos propósitos comunicativos do gênero editorial.

Palavras-chave: Funcionalismo. Aposição. Editorial.

Abstract: This work evaluated the correlation between appositive constructions and communicative goals of editorial genre. The research was carried out to attest the hypothesis that discursive aspects of appositive constructions are strictly related to the socio-communicative goals of the selected genre. Functionalism linguistic concepts were selected as theory basis for the proposed discussions, because this linguistic approach studies the relation between grammatical structure of languages and the different communicative contexts in which they are used. After the frequency analysis of determinate textual-discursive functions, it was concluded that appositive constructions significantly contribute to the accomplishment of communicative goals of editorial genre.

Keywords: Functionalism. Apposition. Editorial.

Introdução

Nesta pesquisa, focalizamos a análise das construções apositivas no gênero editorial. Como evidencia Dias (2004, p. 64), a construção apositiva é constituída por duas unidades: a unidade A, base, e a unidade B, apositiva. Nos compêndios tradicionais, a unidade B da aposição, isto é, o elemento sintático aposto, é apresentado como uma construção que,

¹⁹ Doutoranda em Língua Portuguesa. Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. gesieny@yahoo.com.br

²Doutora em Linguística (UNESP – Araraquara). Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo, Brasil. lhpr@terra.com.br

basicamente, reduplica o chamado termo fundamental quanto às funções sintática e referencial e veicula uma informação secundária, quase sempre dispensável ao entendimento do enunciado. De acordo com esta concepção, o aposto, por ser um termo acessório, exerce a (sub)função de explicar, esclarecer ou especificar um termo (LUFT, 2002).

Por entendermos que tais proposições da gramática tradicional precisam ser revistas a partir do uso efetivo da língua e por percebermos que as unidades apositivas, além das funções já divulgadas nas gramáticas normativas, apresentam características formais, semânticas e discursivas que contribuem no cumprimento da função sociocomunicativa dos gêneros, propusemo-nos a analisar a relação existente entre as diversas funções exercidas pela aposição e os propósitos comunicativos dos editoriais. A escolha desse gênero foi motivada pelo fato de ser classificado como gênero jornalístico opinativo. Entretanto, conforme discutiremos ao longo do trabalho, verificamos que não há, nos editoriais, uma exibição evidente de opiniões, mas sim uma argumentação pautada, sobretudo, em informações.

Como aporte teórico para as discussões aqui propostas, elegemos os preceitos do funcionalismo linguístico, por ser esta uma corrente linguística que se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. No tratamento do tema específico desta pesquisa – a aposição –, baseamo-nos nas proposições teóricas do funcionalismo de Halliday (1985) e no referencial analítico desenvolvido, também dentro do quadro funcionalista, por Nogueira (1999), além das reflexões de linha discursiva feitas por Azeredo (2003).

Quanto ao *corpus* deste estudo, foram analisadas trinta ocorrências de aposição em treze exemplares do gênero editorial, veiculados nos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta* (Vitória/ES). O percentual de ocorrências de determinadas funções textual-discursivas foi quantificado, a fim de estabelecermos a correlação entre a repetição de tais fatores e os propósitos comunicativos do gênero editorial.

Funcionalismo linguístico: alguns pressupostos

Ao contrário das abordagens estruturalistas e gerativistas, que tendem a estudar as línguas como um objeto autônomo, o pólo funcionalista, como assegura Furtado da Cunha (2009, p. 157), preocupa-se em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Furtado da Cunha (2009) acrescenta que, na análise de base funcionalista, os enunciados são relacionados às funções que desempenham na comunicação interpessoal. Dessa forma, o funcionalismo procura

trabalhar com dados reais da interação comunicativa, evitando analisar frases construídas, dissociadas do contexto efetivo de interação.

No dizer de Furtado da Cunha (2009, p. 158), o modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se por dois pressupostos fundamentais: (i) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; (ii) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.

Desta forma, como explica Furtado da Cunha (2009, p. 158), para os funcionalistas, a língua não é vista como um conhecimento autônomo, independente do comportamento social; ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas.

Segundo Martelotta e Areas (2003, p. 24), pode-se entender o espírito da linguística funcional a partir da refutação proposta por Givón (2001), em relação ao que ele caracteriza como os três dogmas centrais da linguística estrutural: a arbitrariedade do signo linguístico, a idealização relacionada à distinção entre *langue* e *parole*, e a rígida divisão entre diacronia e sincronia.

De acordo com Givón (2001), a doutrina da arbitrariedade do signo, proposta por Aristóteles e assumida pelos estruturalistas, separa, no signo linguístico, o significante do seu correlato mental, o significado, deixando apenas os dois termos observáveis – o signo e seu referente concreto. Givón (2001) explica que a doutrina aristotélica da arbitrariedade do signo – e, portanto, a arbitrariedade da diversidade linguística entre as línguas – se refere apenas à codificação dos conceitos (‘palavras’) através de sons ou letras. Mas o estruturalismo mais recente, como avalia o autor, de maneira irrefletida, estendeu esta doutrina à gramática.

Como elucidam Martelotta e Areas (2003, p. 26), no que diz respeito à sintaxe, os funcionalistas consideram mais aceitável a ideia de não-arbitrariedade. Os autores enfatizam que os funcionalistas são motivacionistas por essência, já que acreditam que a forma das línguas é motivada ou icônica. Como exemplo, os autores lembram que ao narrarmos sequências de ações como “Cheguei em casa, tomei um banho e fui dormir”, não ordenamos as cláusulas de maneira arbitrária, mas de acordo com a ordem em que elas ocorrem na realidade. A essas tendências que refletem algum tipo de motivação, os funcionalistas denominam de *iconicidade*.

O segundo dogma estruturalista, o da idealização, no dizer de Givón (2001), envolve sua decisiva diferenciação entre *langue*, o sistema ideal subjacente à língua, e *parole*, o comportamento linguístico observável. Para os estruturalistas, como nos informam Martelotta e Areas (2003, p. 26), importam somente os fatos relativos à *langue*, sendo dispensada pouca atenção à fala individual. Os autores acrescentam que tal perspectiva difere muito pouco da

linguística gerativista no que se refere à distinção entre *competência* e *performance* (ou *desempenho*).

Segundo Givón (2001), em princípio, não existe nada que afronte o funcionalismo nessa idealização metodológica – exceto por uma questão crucial: todas as pressões adaptativas funcionais que moldam a estrutura sincrônica – idealizada – da língua são exercidas durante a performance efetiva. É aí que a língua é adquirida, e onde a gramática emerge e sofre mudanças; é onde a forma se ajusta – criativa e espontaneamente na construção momentânea do contexto – às novas funções e significados ampliados. Para o funcionalista, descartar a relevância da rica base de dados da performance no estudo da competência é, na verdade, uma caricatura do que é feito nas outras ciências do comportamento, em que a performance não é abstraída, mas controlada, e seus efeitos são sistematicamente avaliados e explicados.

Martelotta e Areas (2003, p. 26) acrescentam que, em relação a esse aspecto, os funcionalistas buscam dar novo enfoque ao discurso individual, passando a compreendê-lo como nível gerador do sistema linguístico. Os autores concluem dizendo que não há como separar a *langue* da *parole*: “o acidental ou casual que caracteriza o discurso passa a ser a gênese do sistema, que, por sua vez, alimenta o discurso” (MARTELOTTA; AREAS; 2003, p. 26).

O terceiro dogma estruturalista, que circunscreve a rígida separação do *diacrônico* no estudo *sincrônico* da língua, de acordo com Givón (2001), é uma extensão nítida do dogma da idealização. Para o funcionalista norte-americano, essa separação foi outra tentativa corajosa de conter as consequências imprevisíveis da mutante realidade linguística. O autor admite que não existe nada intrinsecamente errado em se decidir, como recurso metodológico, por ignorar, em algum ponto da análise, as mudanças contínuas. De fato, segundo Givón (2001), os usuários da língua também devem tomar decisões categóricas entre forma e função diante da pressão temporal contínua da comunicação efetiva. Todavia, o funcionalista ressalta que, embora a idealização seja de fato uma manobra metodológica legítima, ela se torna problemática quando procura assumir um *status* teórico indevido. Ou seja, quando ela ignora a relevância das bases de dados da mudança e da variação para a nossa compreensão da estrutura sincrônica. Para Givón (2001, p. 18), analogicamente, isto se compararia a sugerir que o mecanismo evolucionário de formas específicas de vida seria irrelevante para o nosso entendimento da estrutura daquela forma de vida.

Nesse sentido, como postulam Martelotta e Areas (2003, p. 27), os funcionalistas tendem a adotar uma concepção *pancrônica* de mudança, considerando não as relações

sincrônicas entre seus elementos ou as mudanças percebidas nesses elementos e nas suas relações ao longo do tempo, mas as forças cognitivas e comunicativas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação.

Martelotta e Areas (2003) resumem a visão funcionalista da linguagem nas seguintes premissas com que Givón (1995, p. 09) caracteriza essa concepção:

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- a estrutura é não-arbitrária, motivada e icônica;
- mudança e variação estão sempre presentes;
- o sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
- as categorias não são discretas;
- a estrutura é maleável e não-rígida;
- as gramáticas são emergentes;
- as regras de gramática permitem algumas exceções.

Tendo em vista os preceitos do funcionalismo linguístico, analisamos, a seguir, a correlação existente entre as estruturas apositivas e as funções sócio-comunicativas do gênero editorial.

Funções textual-discursivas da aposição

Para Halliday (1985), a aposição enquadra-se no tipo de relação lógico-semântica de expansão por elaboração (=), em que a cláusula secundária não introduz um elemento novo para o fato, como ocorre na relação por extensão (+), mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo.

Segundo Nogueira (1999), a aposição não-restritiva realiza, simultaneamente, diferentes funções nos planos textual, cognitivo e argumentativo-atitudinal. Apesar de especificar separadamente tais funções, a autora lembra que, no uso linguístico efetivo, elas não se excluem.

Especificaremos, a seguir, cada uma dessas funções.

Reformulação textual

Em uma construção apositiva, é muito comum a segunda unidade da aposição ser empregada como uma reformulação do conteúdo ou da expressão linguística da primeira unidade (NOGUEIRA, 1999, p. 93). Nogueira (1999) explica que, com a reformulação, o locutor busca garantir que o ouvinte compreenda o conteúdo formulado.

No que diz respeito às análises das construções apositivas, Nogueira (1999, p. 94) distingue dois tipos principais de atividades de reformulação: (i) a *paráfrase*, em que há equivalência semântica, e (ii) a *correção*, que se caracteriza pelo contraste semântico. Para a autora, a paráfrase pode operar por *definições* ou *redenominações*. Na explicação definidora, o significado de palavras ou expressões empregadas na primeira unidade apositiva é esclarecido. A definição, de acordo com a autora, realiza-se por meio de uma expansão, ou seja, pelo uso de uma unidade léxica e sintaticamente mais complexa do que a outra, como se observa no exemplo abaixo:

[01] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente européia (VEJA, 09 de maio de 2007).*

Quanto às redenominações, Nogueira (1999, p. 96) explica que o locutor busca, na segunda unidade da aposição, uma expressão mais apropriada para designar um conteúdo, assim, emprega-se uma expressão sinônima, com o intuito de fornecer um termo mais familiar, mais técnico, ou mesmo a tradução de uma palavra em língua estrangeira, como em [02]:

[02] Nas Guianas, os assentamentos não são apenas considerados politicamente autônomos e economicamente auto-suficientes, mas são também idealmente tomados como *demograficamente auto-sustentáveis ou, em outras palavras, endogâmicos* (NOGUEIRA, 1999, p. 93).

A paráfrase referencial manifesta-se quando, entre o componente de origem e o componente reformulador, isto é, entre os dois elementos apositivos, se mantém uma relação de correferência, não de sinonímia (Nogueira, 1999, p. 97). O objetivo desse tipo de reformulação é reapresentar o referente do primeiro item de uma perspectiva diferente,

auxiliando o interlocutor na sua identificação e recategorizando-o por meio do aporte de informações novas:

[03] Trata-se, inequivocamente, do texto de um *pastor, chefe máximo de uma igreja*, mas é também a reflexão de um pensador contemporâneo (VEJA, 12 de dezembro de 2007).

Nogueira (1999, p. 97) acrescenta ainda que a *inclusão* também constitui uma relação entre os elementos positivos em uma reformulação. Tal relação ocorre quando a referência ou o significado do segundo elemento da aposição está incluído na referência ou significado do primeiro. Segundo a autora, isso ocorre em paráfrases que se prestam às funções de *exemplificação* e de *particularização*, como vemos nos exemplos [04] e [05], respectivamente:

[04] Por causa da inexorável passagem do tempo, os jovens idiotas latino-americanos preferem as baladas pop de Shakira aos mambos do cubano Pérez Prado e não cantam mais *hinos da esquerda, como “A Internacional” e “Hasta Siempre, Comandante”* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[05] No clima de mobilização para revigorar o sistema financeiro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirma que *as nações emergentes, em especial os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China)*, defendem que Estados Unidos e Europa melhorem a regulamentação de seus sistemas bancários (A GAZETA, 8 de novembro de 2008).

Conforme demonstram as construções acima mencionadas, na exemplificação, o primeiro elemento da aposição é tipicamente mais genérico, e o elemento que o segue tem a função de especificá-lo. Já na particularização, uma parte do conjunto de referentes da primeira unidade é marcada como proeminente (NOGUEIRA, 1999, p. 98). Para essa focalização, são empregadas expressões como *em particular, particularmente, em especial, especialmente, sobretudo, principalmente, inclusive, etc.*

Quanto à correção, Nogueira (1999, p. 99) afirma que, de um modo geral, a segunda unidade faz um ajuste da referência ou do significado estabelecido na primeira unidade da

aposição. A correção pode ser total, quando se nega o erro e se afirma o acerto, como em [06], ou parcial, quando o elemento anterior não é negado, mas simplesmente ampliado, como em [07], ou restringido, como em [08]:

[06] Sonhei que eu estava *numa rua, não, numa estrada...* (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

[07] Iansan tinha ferido Nicolau, pra ela eu devia fazer *uma obrigação, quer dizer: uma promessa* (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

[08] Lucas distingue nitidamente três agrupamentos. Um, o dos soldados, conduzidos pelo centurião, imediatamente em torno da Cruz. Outro, *o do povo, ou melhor, de uma parte do povo*, a princípio indiferente, mas que terminou por voltar batendo no peito. O terceiro, à distância, o grupo dos conhecidos, dos quais uns eram homens, outros mulheres (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

Função cognitiva: identificação de referentes

Em seus estudos, Nogueira (1999, p. 99) assume uma concepção construtivista e estratégica dos processos de referenciação, em que os objetos de discurso são produtos da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes. Dentro dessa concepção, como explica a autora, a aposição passa a ser vista como um importante mecanismo no estabelecimento e na manutenção dos referentes na memória discursiva do ouvinte/leitor.

Nas referenciações catafóricas, as construções apositivas caracterizam-se pela construção de referentes do discurso: a primeira unidade introduz um referente que será especificado pela segunda unidade, como podemos observar em [09]:

[09] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Nas construções anafóricas, por outro lado, o referente discursivo, já apresentado, é mostrado de uma perspectiva diferente. A segunda unidade apositiva, fazendo evocar algum tipo de conhecimento supostamente partilhado, auxilia o interlocutor na identificação desse referente, conforme percebemos no exemplo [01] já mencionado:

[01] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente européia* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Apesar de os termos indefinidos serem geralmente utilizados para introduzir um referente no discurso, e os definidos, para retomar um referente já estabelecido, Nogueira (1999, p. 102) adverte que, no caso da aposição, algumas vezes, um primeiro elemento apositivo pode apresentar-se formalmente como definido, mas, na verdade, são os elementos da segunda unidade que lhe atribuem definitude e especificidade:

[10] *O Idiota também credita a Chávez a mais progressista de todas as políticas – ter colocado as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico, para trabalhar em programas sociais* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Função argumentativo-attitudinal

O emprego de aposições, além de favorecer a adequação informativa e a precisão referencial, também exerce uma função argumentativo-attitudinal quando o falante/autor manifesta sua atitude em relação ao que diz (NOGUEIRA, 1999, p. 103). Conforme explica Nogueira (1999), nessas construções, o referente é apresentado mediante uma *avaliação*, que determina uma orientação argumentativa para o ouvinte/leitor, como se pode notar nas ocorrências abaixo:

[11] Ele também expressou admiração pelo fato de "a Venezuela ter desafiado com sucesso os *Estados Unidos, um país que não gosta de desafios*, menos ainda quando são bem-sucedidos" (VEJA, 09 de maio de 2007).

[12] *Os terroristas cibernéticos – células dormentes da esquerdopatia despertadas para defender o chefe* – atuam para tirar dos ombros de Lula a responsabilidade por seu próprio governo (VEJA, 08 de agosto de 2007).

As posições com função argumentativo-attitudinal podem ocorrer com referências catafóricas, como em [09], ou anafóricas, como em [13]. Nogueira (1999, p. 103) explica que, no emprego das anáforas, a liberdade para as escolhas lexicais inovadoras e para as estratégias persuasivas é maior, uma vez que, na maioria das vezes, o objeto já está identificado e denominado. Por meio de recategorizações lexicais, um elemento anafórico pode servir não somente para apontar um objeto, mas também para modificá-lo e direcionar a argumentação:

[09] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[13] Os idiotas latino-americanos tradicionalmente se identificam com os *caudilhos, figuras autoritárias quase sobrenaturais que têm dominado a política da região, vociferando contra a influência estrangeira e as instituições republicanas* (VEJA, 09 de maio de 2007).

As construções positivas nos editoriais

De modo geral, o editorial é classificado como o gênero jornalístico que representa, oficialmente, a opinião da empresa a respeito dos fatos de maior repercussão no momento. Essa natureza de porta-voz da instituição jornalística, atribuída ao editorial, faz com que os editorialistas, na maioria das vezes, exponham suas opiniões de forma menos explícita, buscando, assim, menor comprometimento em relação ao conteúdo enunciado.

Apesar de o editorial ser classificado como um gênero predominantemente opinativo, um olhar mais criterioso sobre os textos veiculados nos jornais *A Gazeta* e *Folha de S. Paulo*

evidência que, não raro, o enunciador se apropria de alguns recursos modalizadores com o intuito de promover maior grau de neutralidade em relação ao que está sendo dito (KOCH, 2006). Desta forma, o ponto de vista da instituição é exposto de forma menos comprometedora, privilegiando a argumentação pautada na informação, e não na intervenção avaliativa do jornal/locutor. Como elucida Melo (1985), esse procedimento faz-se necessário visto que, nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos proprietários nominais dos jornais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes grupos que participam da propriedade, como os acionistas, os anunciantes e, até mesmo, pessoas ligadas ao Governo. Listamos abaixo alguns recursos utilizados pelos editorialistas para promover o afastamento desejado:

1. *Verbos auxiliares modais (poder/dever) + forma infinitiva:*

[14] As dificuldades *podem adiar* possíveis planos de maior aproximação comercial com outros países. *Deve ser* colocado em quarentena o debate presente no Brasil, e em todos os pólos de negócio do mundo, sobre prováveis linhas de relações comerciais com os EUA na gestão Obama (A Gazeta, 08 de novembro de 2008).

[15] Depois de abalarem as Bolsas ao vetar a ajuda de US\$ 700 bilhões aos bancos, *pode ser* que desta vez, numa segunda votação do pacote, democratas e republicanos apontem a porta de saída para a crise (A Gazeta, 01 de outubro de 2008).

2. *Verbos no futuro do pretérito:*

[16] Aliás, qualquer nível de aumento salarial de parlamentares *deveria* ser amplamente discutido com a sociedade (A Gazeta, 31 de outubro de 2008).

[17] Certamente, também *seria* interessante que o Ministério da Fazenda se sensibilizasse com o pleito das micro e pequenas empresas em relação ao Supersimples (A Gazeta, 20 de novembro de 2008).

3. *O verbo modal parecer:*

[18] O mundo *parece* cansado de presidente americano adepto da guerra (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

[19] No entanto, *parece* ser de natureza política a resistência à proposta de Bush (A Gazeta, 01 de outubro de 2008).

4. *Advérbios modalizadores:*

[20] Se nada for feito, políticos processados deverão se candidatar e, *provavelmente*, vários serão eleitos (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

[21] Os Estados Unidos afirmam que não é necessário reinventar o sistema financeiro, mas apenas “consertá-lo”. Essa posição *talvez* não constitua obstáculo a um acordo com os países que pregam nova regulamentação para a área de crédito (A Gazeta, 15 de novembro de 2008).

5. *Indeterminação do sujeito:*

[22] *Presume-se* que a maioria dos eleitores não compareceu às urnas bem informada (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

[23] *Fala-se* que uma solução para a crise será encontrada em determinado momento, mas isso vai acontecer em cenário de quedas nas bolsas (A Gazeta, 01 de outubro de 2008).

O uso de verbos e advérbios modais, bem como de indeterminação do sujeito, como exposto nos exemplos acima, apesar de direcionarem o leitor às teses defendidas nos textos,

minimizam o comprometimento do jornal diante do que está sendo dito. Nos fragmentos [14] a [21], o autor, por intermédio dos verbos e dos advérbios de modalização, não afirma categoricamente o conteúdo da asserção, mas indica possibilidades. Já nos exemplos [22] e [23], a indeterminação do sujeito constitui-se um recurso utilizado para ausentar o locutor/veículo em relação aos enunciados produzidos.

Além dos recursos supracitados, os editoriais comumente utilizam dados numéricos para direcionar a argumentação. São exemplos:

[24] Preliminarmente, o Planalto admite a possibilidade de corte de 20% no Projeto Piloto de Investimentos (PPI), o que equivale a algo entre R\$ 12 bilhões e R\$ 13 bilhões. Isso também tem consequências contracionistas para a economia (A Gazeta, 20 de novembro de 2008).

[25] O fato de a Câmara de Vitória ter evitado mexer nos benefícios dos vereadores em legislaturas anteriores não deveria motivá-la a aplicar 147% [de aumento salarial]. Não há razão econômica para tanto, pois a inflação acumulada no período foi de 80,05%, conforme apurado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), termômetro oficial adotado pelo Banco Central (A Gazeta, 31 de outubro de 2008).

Em [24] e [25], os números mencionados na construção do texto apresentam-se como determinantes de uma orientação de sentido que guiam o leitor em direção às proposições defendidas pelo enunciador: o corte de 20% pretendido pelo Planalto ocasionará contração na economia do país; o aumento salarial de 147% dos vereadores capixabas é abusivo e injustificável.

Quanto ao editorial publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o uso dos recursos modalizadores e dos dados numéricos como direcionadores argumentativos também são recorrentes, entretanto, no que diz respeito às escolhas lexicais, observa-se uma maior intervenção avaliativa por parte do editorialista, como evidenciam os exemplos abaixo:

[26] A confluência de crescentes dificuldades econômicas e um decisivo pleito para renovar a composição da Assembléia Legislativa, a ser realizado em setembro,

devem tornar cada vez mais freqüentes atitudes intimidatórias e diversionistas por parte do *caudilho* [Hugo Chávez] (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

[27] Falcón elogia a elevação do padrão de vida da parcela mais pobre da população sob Hugo Chávez, mas condena o *militarismo do mandatário*, as *arbitrariedades* do governo, o ambiente de *insegurança* jurídica e a *perseguição* à iniciativa privada (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

[28] Em meio às dificuldades, aumentam as chances de mudança. Antes de tudo porque a oposição não repetirá, nas eleições legislativas de setembro, a *estapafúrdia* estratégia de 2005, quando abandonou a disputa (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

A seleção lexical do editorial veiculado na *Folha de S. Paulo* direciona o interlocutor ao modo como este deve avaliar o presidente Hugo Chávez e sua atuação como chefe de Estado: Hugo Chávez é um déspota, e seu governo é cruel e opressor.

Tendo em vista todas as especificidades arroladas acerca do editorial, entendemos que esse gênero caracteriza-se pela defesa de um ponto de vista através de argumentação baseada, sobretudo, em dados informativos, conforme mencionado anteriormente. Os recursos modalizadores e os dados numéricos pressupõem que há, por parte do jornal, a intenção de nem sempre explicitar suas opiniões sobre o tema debatido, o que não significa que este não direcione seus leitores a avaliações já pré-estabelecidas. Como verificaremos a partir de agora, as construções apositivas também estão estritamente relacionadas aos propósitos comunicativos dos editoriais e constituem importantes recursos argumentativo-persuasivos.

Como dito anteriormente, as construções apositivas manifestam diferentes funções textual-discursivas, que estão estritamente associadas aos propósitos comunicativos dos gêneros textuais. Nogueira (1999, p. 181) sugere, para a análise quantitativa dos dados de sua pesquisa, as seguintes funções textual-discursivas: (i) reformulação (paráfrase referencial, paráfrase linguística, inclusão e correção), (ii) identificação e (iii) avaliação (referenciações anafóricas e catafóricas). Neste estudo, assumimos com Nogueira (1999) basicamente a mesma tipologia das funções textual-discursivas associadas ao emprego das posições,

entretanto, no que diz respeito à função de avaliação, julgamos importantes algumas considerações.

Conforme observado no *corpus* deste estudo, principalmente no que diz respeito à função de avaliação, as funções textual-discursivas sugeridas por Nogueira (1999) não ocorrem nos enunciados de forma excludente, ao contrário, em muitas construções, tais funções coexistem, como em [29]:

[29] A eleição de Barack Obama cria um clima de esperança mundial de melhor convivência com os Estados Unidos. Ele toma posse diante de *grave desafio*: *vencer o fantasma da recessão econômica que assombra os americanos* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

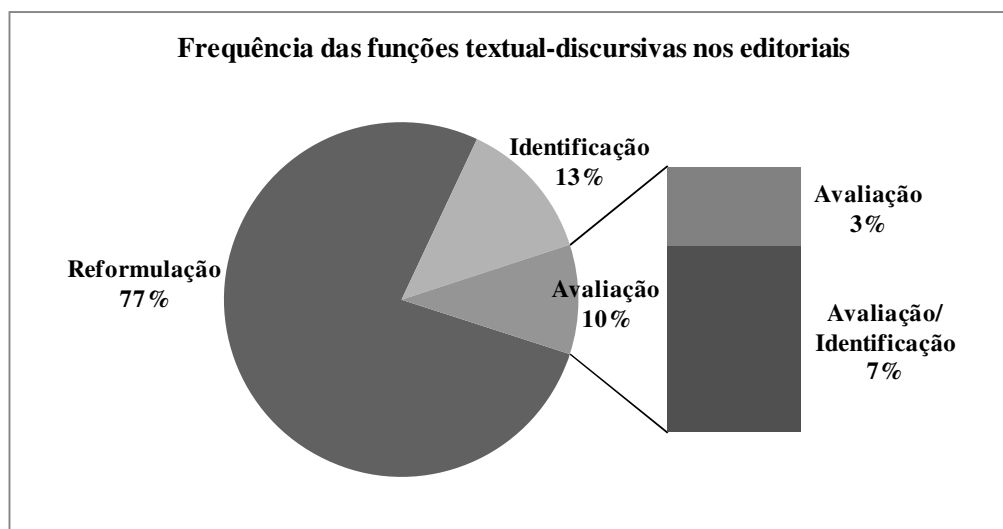
No exemplo acima, ocorrem, simultaneamente, as funções de identificação e avaliação, visto que, além de a primeira unidade da aposição introduzir no discurso um referente que só será especificado na segunda unidade – o que é característico da função de identificação –, existe ainda, na unidade A, uma intervenção avaliativa por parte do locutor por intermédio do rótulo *grave desafio* – característica da função de avaliação. A função de avaliação pode coexistir, também, com a função de reformulação. Nesses casos, além de buscar garantir a compreensão do conteúdo formulado na primeira unidade, o enunciador emite, na segunda unidade, suas crenças em relação ao que está sendo dito. No fragmento abaixo, por exemplo, o enunciador não só esclarece o que é o *Le Monde Diplomatique* – jornal francês –, como também emite sua opinião a respeito do jornal: para ele, o *Le Monde Diplomatique* é um jornal sem grande credibilidade, visto que este defende causas sem importância, desde que tenham origem no Terceiro Mundo:

[30] Conhecido simpatizante de Fidel, Ignacio Ramonet, editor do *Le Monde Diplomatique*, jornal francês que advoga qualquer causa sem graça que tenha origem no Terceiro Mundo, sustenta que a globalização tornou a América Latina mais pobre (VEJA, 09 de maio de 2007).

Diante do exposto, adotaremos neste trabalho, além das classificações sugeridas por Nogueira (1999) para as funções textual-discursivas (reformulação, identificação e avaliação),

três subclasses para a função de avaliação. São elas: (i) *avaliação* – o locutor intenciona apenas emitir um juízo de valor; (ii) *avaliação/identificação* – o locutor introduz um referente e faz uma avaliação a respeito desse referente e (iii) *avaliação/reformulação* – o locutor busca garantir a compreensão do conteúdo e emite uma avaliação acerca do enunciado. Dessa forma, será possível visualizar no gráfico a ocorrência de sobreposição de funções.

O gráfico abaixo apresenta a frequência das funções textual-discursivas no gênero editorial:



A reformulação é, significativamente, a função textual-discursiva mais frequente no gênero editorial: representou 77% das ocorrências, como vemos no gráfico acima. Esse resultado demonstra que, nos editoriais, no que diz respeito ao processo de aposição, a preocupação maior do escritor é fazer com que seus leitores identifiquem, com precisão, os referentes mencionados. Nas construções que se seguem, expõem-se exemplos de reformulação com paráfrase referencial – cujos principais objetivos são rerepresentar, na segunda unidade da aposição, o referente de uma forma diferente, ou, ainda, especificar o conteúdo da unidade A, como em [31]; e reformulação com paráfrase não-referencial – em que ocorre a equivalência semântica, e não a referencial, como em [32] :

[31] Mas a principal notícia nesse front vem de um grupo de dissidentes do chavismo, liderado pelo *governador do Estado de Lara, Henri Falcón* (Folha de S. Paulo, junho de 2010).

[32] Também ex-deputado estadual, José Ramos figura como réu em duas ações. Ambos foram denunciados pelo Ministério Público Estadual por envolvimento no *Esquema das Associações – artifício de desvio de dinheiro público apontado como base do chamado mensalão capixaba, com participação de pelo menos oito deputados* (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

Nos editoriais selecionados, a relação semântica de correferência encontra-se na base das reformulações referenciais e a relação de sinonímia encontra-se na base das reformulações não-referenciais, o que reforça a ideia de que a identificação dos referentes, por intermédio de rerepresentações mais explícitas e explicações definidoras, é a principal função exercida pela aposição. Entretanto, conforme comentado anteriormente, não poucas vezes, as estruturas com relação de correferência e sinonímia, além de apresentarem o referente sob outra perspectiva, apresentam, também, um direcionamento argumentativo, conforme já demonstrado.

A função textual-discursiva de identificação, a segunda mais recorrente nos editoriais (13%), opera uma referenciação catafórica, cujo principal objetivo é introduzir um referente a partir de um ambiente de expectativa, colocando-o, assim, em evidência. São exemplos de identificação:

[33] Pela primeira vez os chefes de Estados integrantes do G20 se reúnem. *A causa é relevante e urgente: buscar entendimento para a adoção de medidas que neutralizem os efeitos da crise financeira e impulsionem a economia* (A Gazeta, 15 de novembro de 2008).

[34] Para que a economia atinja esse resultado se exigirá forte indução por parte do governo, em *três variáveis: redução de juros, de impostos e expansão do crédito* (A Gazeta, 25 de novembro de 2008).

Além de criar um ambiente de expectativa, através da referenciação catafórica, conforme enfatiza Azeredo (2008, p. 513), ao evidenciar o núcleo primário da aposição dando a ele especial relevo, como em [33] e [34], o autor chama a atenção do leitor para o conteúdo

a ser enunciado. A identificação torna-se, portanto, um importante recurso de realce de informações, rompendo com a linearidade do relato das informações para despertar a atenção do interlocutor.

Quanto à função textual-discursiva de avaliação, esta apresentou a menor frequência nos editoriais analisados: apenas 10% das ocorrências. A relação semântica de atribuição encontra-se na base da função de avaliação e, normalmente, configura-se pela estrutura sintática em que uma das unidades apresenta uma expressão indefinida ou uma expressão com determinante zero. São exemplos da função de avaliação encontrados nos editoriais:

[35] Disparadamente, o caso mais gritante foi verificado na Capital do Estado. Prevaleceu *o macrorreajuste de 147%, um acinte à opinião pública* (A Gazeta, 10 de dezembro de 2008).

[36] O departamento do Tesouro triplicou as vendas de títulos de dívida para ajudar a financiar *o déficit orçamentário – reflexo da crise financeira do país* (A Gazeta, 25 de novembro de 2008).

As demais construções com função de avaliação configuraram-se em referências catafóricas. Nessas expressões, as funções de avaliação e identificação coexistem, visto que, além de apresentar, na segunda unidade da aposição, um novo referente, o locutor manifesta, na primeira unidade, sua opinião em relação ao que diz:

[29] A eleição de Barack Obama cria um clima de esperança mundial de melhor convivência com os Estados Unidos. Ele toma posse diante de *grave desafio: vencer o fantasma da recessão econômica que assombra os americanos* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

[37] A gigantesca mobilização consolidou *um feito inédito na história: a eleição do primeiro afro-descendente para a Casa Branca, o que representa expressivo avanço de cidadania* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

A alta frequência da função de reformulação (77%), em oposição à baixíssima ocorrência da função de avaliação (10%), argumenta a favor da hipótese levantada neste estudo de que, nos editoriais, apesar de sempre propor uma orientação de sentido por intermédio das inferências, o enunciador limita, em muito, suas intervenções avaliativas diretas.

Conclusão

Nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa, o estudo das unidades apositivas (em especial, do elemento sintático aposto), além de ser feito com frases soltas, desvinculadas do contexto enunciativo, com frequência, recebe atenção limitada, dando a entender que este já é um tema esgotado e, portanto, pouco relevante – o que não se confirma quando analisamos as construções em seus usos efetivos. A partir de uma investigação que se propôs tomar o texto e o discurso como objetos de análise, buscamos evidenciar, neste trabalho, a importante função que a construção apositiva exerce nas situações reais de comunicação.

Tomando-se por base os estudos de Nogueira (1999) em relação aos aspectos formais, semânticos e discursivos da aposição, propusemo-nos a investigar as correlações existentes entre as funções textual-discursivas das construções apositivas e os propósitos comunicativos do gênero editorial.

Conforme demonstrado no gráfico 01, a função textual-discursiva de reformulação apresentou índice de ocorrência bem superior em relação à função de avaliação: a reformulação representou um percentual de 77%, enquanto que a avaliação representou apenas 10% do total de ocorrências. Como mencionado, entendemos que esse resultado está relacionado aos propósitos comunicativos do gênero analisado: ainda que o editorial tenha a defesa de um ponto de vista como intuito discursivo, a argumentação ocorre por meio da informação, ou seja, os fatos são minuciosamente selecionados e expostos, com vistas a influir sobre a opinião do leitor. Por se tratar de um texto que se configura como a voz do veículo, as opiniões não são retratadas de forma direta e explícita.

Considerando os resultados encontrados em relação às funções textual-discursivas, podemos concluir este estudo inferindo que as construções apositivas estão intimamente relacionadas à intenção comunicativa do gênero editorial. Diferentemente daquilo que normalmente é divulgado nos compêndios tradicionais em relação ao aposto (a unidade B da aposição), os elementos em aposição não só exercem importantes papéis na

construção dos referentes discursivos, mas são também recursos linguísticos indispensáveis na produção de significados e no alcance dos propósitos enunciativos dos gêneros discursivos.

Referências

AZEREDO, José Carlos de. O aposto e o intertexto. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

DIAS, Nilza Barrozo. *Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo*. Veredas/ UFJF. Vol. 8, 2004, p. 63-77.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. (V. 01)

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 1985.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Tese de Doutorado. Unesp/Araraquara, 1999.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MARTELOTTA, M. Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado et al. (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CONSTRUÇÃO DE IMAGEM POR INTERTEXTUALIDADE NO GÊNERO PERFIL DE ORKUT

*Kelly Christine Lisboa Diniz Leite de Vilhena**

* Kelly Christine Lisboa Diniz – Mestre em Estudos Linguísticos – UFES (Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória- ES). – Mestrado em Estudos Linguísticos – Centro de Ciências Humanas e Naturais- Departamento de Línguas e Letras. Graduação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa-

Resumo: O trabalho é um estudo do gênero perfil do *Orkut*. A finalidade é analisar como informações linguísticas construídas por usuários permitem construção de face de acordo com comportamento social predominante ou com a necessidade de autovalorização social como possibilidade de inclusão por meio da intertextualidade. A amostra nos permitiu constatar o uso de estratégias de construção de imagem positiva e as descrições com intertextualidade foram analisadas como estratégia de aproximação de grupos.

Palavras-Chave: Orkut, polidez, intertextualidade

Abstract: This work is an exploratory study about the text genre *Orkut Profile*. The goal of this research is to analyze how the linguistic information created by these social network users is employed to build a face according to a social predominant behavior or according to the need of self-valorization or even a social self-promotion and/or the possibility of exclusion. The sample allowed us to testify the use of several strategies at the creation of the positive image that work as a continuous: profiles created using intertextuality at one time to preserve the positive face.

Keywords: Orkut, politeness, intertextuality

Introdução

Na última década, temos presenciado a ascensão e a popularização das possibilidades de comunicação e de interação por meio da Internet como rede de ligações mundial. Como defende Marcuschi, “a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo”. (2004, p.13)

As ligações sociais, cotidianamente, estão sendo realizadas pela Internet, pois esta oferece desde a possibilidade de um negócio, sem nenhum caráter pessoal, até à possibilidade de conhecer pessoas e desenvolver relacionamentos estreitos entre aquelas que compartilham ambientes virtuais comuns.

A Internet tem criado um espaço de interação diferente dos espaços já criados anteriormente, pois tem um caráter de *desterritorialização*, permite uma comunicação em tempo quase que instantâneo, e, ainda, possibilita a interação de um grande número de pessoas ao mesmo tempo e, até mesmo, a grandes distâncias.

Lévy (1996, p.11) explica que uma das grandes características do processo de *virtualização* que ocorre em diversos campos é o de *desterritorializar* o presente, de trazer uma unidade de tempo sem uma unidade de lugar, ou seja, o virtual, na visão do autor, seria o

“deixar em aberto”, sem um lugar comum e demarcado, uma abertura para a possibilidade, para a contingência ao invés da simples solução das questões. É nesse contexto espacial e nesse presente *desterritorializado*, que vem surgindo novas formas de sociabilidade. Estas estão começando a ter, cada vez mais, destaque nos estudos de ciências humanas e de comportamento humano.

Dessa forma, o uso cada vez mais popular de redes de relacionamentos sociais virtuais, como o *Orkut*, desperta a curiosidade linguística sob vários aspectos:

- Por ser um programa que abrange muitos gêneros textuais opera estruturas textuais globais e específicas, determinando a construção de representações sociais espelhadas em um comportamento esperado pelo meio de convívio;
- Como os gêneros textuais presentes nessa rede de relacionamento são fenômenos sociointerativos, eles dependem de recorrência para se manterem ativos, ou para se firmarem como tais. O *orkut* tem abrigado a estrutura de vários gêneros, a fim de atender a suas configurações e propósitos de interação;
- Por fim, como o *Orkut* é um suporte virtual, mas de interações reais, pode abrigar uma série de representações de imagens públicas nos perfis, que poderão ser montadas a partir do surgimento do interesse de se mostrar de forma favorável ao grupo interacional a que esses perfis pertencem.

Com o sistema de internet disponível em quase todos os espaços do mundo, as distâncias entre países se tornaram apenas distâncias físicas, pois, com qualquer aparelho portátil e uma rede virtual, se tem acesso, em questões de segundos, a pessoas de qualquer lugar do planeta que disponham da mesma tecnologia.

Como essa tecnologia não para de avançar, numa velocidade jamais esperada pelo homem, os espaços existentes para exploração avançam na mesma medida e de forma surpreendente. Mais do que isso, *softwares* e/ou páginas virtuais, principalmente voltadas para os relacionamentos sociais, fortalecem-se e firmam-se como ambientes que ocupam parte do tempo das pessoas que aderem a eles.

Em função desse objeto de estudo, estabelecemos alguns objetivos para essa pesquisa:

- Analisar a construção de face de membros do *Orkut* a partir da intertextualidade presente no gênero perfil, que é composto por várias partes, incluindo uma breve

descrição feita de si mesmo pelo próprio usuário na seção: *Sobre*, de acordo com as teorias da Pragmática.

- Descrever, por meio da teoria da construção de *faces*, alguns perfis de membros do *Orkut* construídos por meio de intertextualidade.

Apesar do tema gêneros textuais parecer um tanto exaustivo do ponto de vista teórico, ainda há muitas questões mal encerradas no que diz respeito ao que é gênero textual, ao que é suporte, o que é veículo, uma vez que, como a teoria já assegura, os gêneros são dinâmicos e maleáveis de acordo com as mudanças sociais que ora estão se fazendo.

O *orkut*, como ferramenta virtual, nesse trabalho será assumido como um suporte de gêneros, é um desses espaços de sociabilidade desterritorializado, que ganhou várias configurações ao longo dos últimos seis anos em que foi criado, mas que, ao mesmo tempo, não perdeu a finalidade, a de fazer com que pessoas do mundo inteiro pudessem se comunicar quase que em tempo real e tornar públicos os aspectos de sua vida íntima que queiram compartilhar com outros membros pertencentes ao mesmo espaço virtual.

Bakhtin (1999, p.279) apresentou alguns elementos básicos para que se tenha um gênero do discurso, são eles: ser um texto materializado, que encontramos e reconhecemos em nossa vida diária e que apresentam particularidades sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais (função), estilo e composição característica.

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) se fundem indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação [...] sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 1999; p. 279).

Perfil como gênero e a seção Quem sou eu? ou Sobre...

De acordo com o dicionário Aurélio, perfil é “1. um contorno do rosto de uma pessoa vista de lado; 2. A **representação** dum objeto que é visto só de um lado; 3. Contorno, silhueta; *Fig. Descrição* de alguém em traços rápidos”.

Garcia (1986, p.245) complementa esse conceito, descrevendo *perfil* como: “uma variedade de biografia, dela se distinguindo não apenas por ser em geral mais curta, mas também por ser interpretativa e levemente irônica. [...] é uma narrativa livre, ligeira, em que se procura sublinhar os traços mais característicos da pessoa, **com malícia** às vezes, com **simpatia** quase sempre”

O perfil virtual tem um pouco de cada aspecto descrito, alguns perfis chegam a ter todos os aspectos, principalmente atentando para o fato de que as fotos do *perfil* em geral focam o rosto; e, como enfatiza Garcia (1986), nesse aspecto descritivo do perfil, em geral, há malícia e/ou simpatia.

O local reservado para essa descrição, *Sobre* (“quem sou eu?”), pode ser visualizado por todos, por esse motivo favorece o desejo de uma autovalorização, pois, mesmo utilizando recursos diferentes, como os citados: música, poemas; utilizam expressões que, possivelmente, têm a ver com a personalidade ou desejo de ser do dono do perfil.

Entretanto, é observado com frequência que os usuários que buscam novas amizades no *Orkut* demonstram maior interesse na forma como apresentam sua descrição, uma vez que o objetivo na rede ultrapassa a troca de informações com usuários já conhecidos. Ao passo que os usuários que utilizam o *Orkut* apenas para manter contato com amigos conhecidos consideram sua descrição pessoal secundária, pois mantêm contato com pessoas que já os conhecem e que podem facilmente desconstruir alguma descrição postada com a qual não concordam, ou a pessoa que mantém a falsa descrição pode inspirar pouca confiança entre aqueles com quem ela convive.

Além disso, os usuários que têm maior preocupação em fazer amizades pelo *Orkut*, além de focarem na descrição que fazem de si mesmos, ainda costumam revisar seus perfis, alterando-os regularmente.

Neste processo de se avaliar, de pensar sobre si, de reformular o discurso sobre si, temos uma amostra de como a *reflexividade* permeia novas formas de comunicação do “eu” na realização social (ERICKSON e SHULTZ, 2002, p. 223); entendendo reflexividade como uma influência recíproca e mutuamente constitutiva entre expectativa e ação, ou seja, os participantes da rede se transformam no que a organização social espera deles.

***Sobre* (Quem sou eu): a exploração e o apelo da imagem pública**

Um primeiro aspecto referente à sessão *Sobre*, antiga “*Quem sou eu?*”, é que ela, na maior parte das vezes, é reformulada com muita constância; apesar de essa reformulação frequente não significar, necessariamente, que esses usuários do *Orkut* estejam passando por reformulações de personalidade ou reformulações quanto às coisas com que se identificam de

uma forma tão rápida. Elas representam uma versatilidade na forma como os outros membros encaram esse usuário que, constantemente, altera seu perfil.

A formação de uma descrição mais popular de um integrante do *Orkut* pode ter ligação com a forma como as pessoas querem ser vistas nos mais diferentes momentos de suas vidas. Goffman (1996, p.57) nos indica que os indivíduos tendem a se apresentar da maneira mais positiva possível nas situações em que se envolvem. As situações sociais influenciam grande parte das apresentações públicas dos usuários do site, já que é exigida desses componentes uma coerência no jogo interacional estabelecido. Lembra-nos Goffman:

A coerência expressiva exigida nas representações põe em destaque uma decisiva discrepância entre nosso eu demasiado humano e nosso eu socializado. [...] somos criaturas com impulsos variáveis, com estados de espírito e energias que mudam de um momento para o outro. Quando porém nos revestimos de caráter de personagens em face de um público, não devemos estar sujeitos a altos e baixos. [...]. (Goffman 1996, p.57).[6]

Supõe-se, dessa maneira, que para inspirar a confiança dos outros membros, o usuário do *Orkut* se representa da forma como a “plateia” espera e de maneira a atrair atenção.

Os usuários do site manifestam, por meio de textos, uma necessidade de valorização, de se apresentar como “verdadeiros”, polêmicos, atraentes.

A Construção de Imagem Pública

Conforme expõe Preti (2004, p.180), imagem social é a definição de posições sociais dos indivíduos num grupo, a fim de conquistar o que se costuma chamar de *status*. As esferas sociais ou o *status* exigem de seu grupo um conjunto de regras a que se deve obedecer para que seus usuários sejam incluídos de forma aceitável naquele meio. Essas regras compreendem um conjunto de posturas e aspectos relacionados desde a apresentação física do indivíduo até a linguagem empregada nas trocas comunicativas dentro de suas funções sociais.

O que implica a construção dessas regras sociais aparentemente invisíveis é não só o cumprimento delas, como também o que se espera em troca ante esse cumprimento. A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que o

indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é.

Conseqüentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar. Implícitamente também renuncia a toda pretensão de ser o que não aparenta ser e, portanto, abre mão do tratamento que seria adequado a tais pessoas. Os outros descobrem, então, que o indivíduo os informou a respeito do que é e do que eles devem entender por “é”. (GOFFMAN, 1996, p.21).

Goffman amplia a noção do termo *face*, como sendo:

Valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados – embora se trate de uma imagem que pode ser compartilhada por outros. [...] A face dos outros e a própria face são constructos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam a quantidade de sentimento ligado à face e como esse sentimento deve ser distribuído entre as faces envolvidas. (GOFFMAN, 1980, P.77).

É importante ressaltar que tanto a própria *face* que deseja se instituir, como a *face* dos outros na interação são constructos sociais reguláveis de acordo com cada situação social; a instituição da *face* apela para regras de um grupo e é definida a partir do grau de envolvimento das partes no contexto em que estão inseridas, a partir de como os comportamentos são expressos e avaliados no grupo. Portanto, as regras variam de situação para situação e, conseqüentemente, a construção da *face* também.

A elaboração da face, portanto, deve ser conduzida de modo defensivo, ou seja, uma face defensiva é aquela que procurará salvar a própria face de possíveis ameaças, ou, ainda, buscar cativar a face protetora, que buscará maneiras de salvar a face do outro por atos como respeito, discrição, cortesia. Demonstrar preocupação pela face do outro também implica boa face para si próprio.

Perfil construído por intertextualidade

A intertextualidade é um recurso linguístico que possui como propriedade básica a soma de textos dentro de um outro texto. A perspectiva de que um texto só está vivo em contato com outro texto, estabelecendo uma espécie de diálogo entre textos, faz da intertextualidade um importante instrumento textual.

Dessa forma, a intertextualidade aqui defendida é a postulada por Bakhtin (1995, p. 162): “O texto só ganha vida em contato com outro texto (com contexto). Somente neste ponto de contato entre textos é que uma luz brilha”. Detivemos a atenção à intertextualidade explícita, aquela que é usada em geral um fragmento de texto, ou o texto inteiro do outro, ou seja, citações, referências, menções, traduções.

Como defende Goffman (1996, p. 9), as pessoas tais quais os atores se apresentam sob máscaras de um personagem que interage de acordo com que os outros personagens esperam dele. No ambiente virtual, atrás dessas máscaras não é possível definir a “real” conduta do “ator”, visto que não há confissão, nem percepção de gestos e de comportamento nesse ambiente, há apenas a expressão linguística de sua auto-definição. A intertextualidade é uma forma de manter a máscara, considerando que o autor do perfil tem a opção de valer-se de grandes nomes da literatura ou renomes do meio político, artístico para compor a verdade que cria de si.

Análise de perfis

(1) Perfil

Sobre ...

“Cada um tem de mim exatamente o que cativou, e cada um é responsável pelo que cativou, não suporto falsidade e mentira, a verdade pode machucar, mas é sempre mais digna. Bom mesmo é ir a luta com determinação, abraçar a vida e viver com paixão. Perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem mais se atreve e a vida é muito para ser insignificante. Eu faço e abuso da felicidade e não desisto dos meus sonhos. O mundo está nas mãos daqueles que tem coragem de sonhar e correr o risco de viver seus sonhos.” [Charlin Chaplin]

Suponho que me entender não é uma questão de inteligência e sim de sentir, de entrar em contato... Ou toca, ou não toca. [Clarice Lispector] Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo. [Fernando Pessoa] Não sei se estou perto ou longe demais, se peguei o rumo certo ou errado. Sei apenas que sigo em frente, vivendo dias iguais de forma diferente. Já não caminho mais sozinho, levo comigo cada recordação, cada vivência, cada lição. E, mesmo que tudo não ande da forma que eu gostaria, saber que já não sou o mesmo de ontem me faz perceber que valeu a pena. [autor desconhecido, inúmeros blogs]. Existem homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis” [Bertold Brecht]²⁰.

²⁰ Referência aos autores feitas por mim. No texto original as citações são feitas sem alusão aos autores.

As citações de Chaplin, Clarice Lispector, Fernando Pessoa, um autor desconhecido de blogs, Bertold Brecht, em um mesmo perfil, podem ter variadas intenções, que podem ir desde a tentativa de parecer uma pessoa que quer parecer à sociedade como culta, inteligente, que tem acesso a uma cultura ampla e de qualidade quase não questionável e, portanto, usa argumentos de autoridade para passar esta imagem; até a simples ideia de querer conquistar o leitor do perfil com frases de auto-ajuda, de encorajamento e auto-estima, frases que comunguem com o mesmo ideal do público geral, o estilo senso comum.

Como as citações usadas não revelam o autor, esse aspecto pode indicar que o dono do perfil se identifica tanto com essas frases que gostaria de compartilhar minimamente com o grupo de amigos que ele possui adicionados.

A intertextualidade nesses perfis de *orkut* é quase sempre utilizada para buscar concordância, para diminuir a discordância, criar envolvimento, uma vez que cria uma impessoalidade, pois não é o dono do perfil que está se qualificando, esse usuário se vale de subterfúgios por meio de outros textos para se autocaracterizar, ou para caracterizar seu modo de vida.

Com relação aos procedimentos de envolvimento, podemos encontrar em alguns perfis com: 1. marcas de opinião, 2. heges e 3. paráfrase. No fragmento abaixo, essas marcas de opinião são evidenciadas em negrito de forma a evidenciar o caráter argumentativo:

*Cada um tem de mim exatamente o que cativou, e cada um é responsável pelo que cativou, **não suporte** falsidade e mentira, a verdade pode machucar, mas é sempre mais digna. **Bom mesmo** é ir a luta com determinação, abraçar a vida e viver com paixão. Perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem mais se atreve e a vida é muito para ser insignificante. Eu faço e abuso da felicidade e não desisto dos meus sonhos. O mundo está nas mãos daqueles que tem coragem de sonhar e correr o risco de viver seus sonhos.*

***Suponho** que me entender não é uma questão de inteligência e sim de sentir, de entrar em contato... Ou toca, ou não toca. Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo. Não sei se estou perto ou longe demais, se peguei o rumo certo ou errado. **Sei apenas** que sigo em frente, vivendo dias iguais de forma diferente. Já não caminho mais sozinho, levo comigo cada recordação, cada vivência, cada lição. E, mesmo que tudo não ande da forma que eu gostaria, saber que já não sou o mesmo de ontem me faz perceber que valeu a pena. Existem homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e*

são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis" .

A escolha de um texto que ateste opinião mais pontual em determinadas questões parece indicar que o autor do perfil pretende marcar de forma indubitável algumas questões com relação ao comportamento dos seus possíveis interlocutores. Pode-se notar que o uso do verbo *suportar* juntamente com um elemento negativo carregam de sentido a mensagem que quer ser transmitida de forma enfática, uma vez que o criador do perfil não só deixou marcado quem é, mas o que também espera das partes que desejam se aproximar dele para qualquer possível relacionamento.

No entanto, mesmo tendo feito escolhas verbais que, algumas vezes, podem ter soado como uma imposição arrogante, as marcas de opinião, em geral, no conjunto e no contexto principalmente, suavizam essa possível imposição, gerando envolvimento. Podemos observar no uso dos marcadores: **Bom mesmo, suponho, sei apenas**. Nesse contexto, tanto o marcador de opinião **Bom mesmo** como o **sei apenas** indicam uma opção a se seguir e que essa opção é uma possível escolha daquele usuário, uma vez que já é preceito desse gênero que seja colocado nessa seção sua opinião sobre você e sobre os outros, porém, as expressões não descartam outras opções.

Já o uso do verbo **suponho** igualmente pretende marcar com a dúvida que pode existir outra forma de pensar que não essa esboçada e elegida por ele, **supor** indica fragilidade de argumentos, mas nesse contexto, indica dar opções para o interlocutor a fim de não haver imposição com relação a uma postura comportamental. É possível também encontrar algumas marcas de **hedges**, como atesta o fragmento abaixo:

“Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo. Não sei se estou perto ou longe demais, se peguei o rumo certo ou errado” [...]

A escolha por um marcador de incerteza (**Não sei**) pode demonstrar que o dono do perfil escolheu mostrar humildade em reconhecer que nem sempre é fácil conquistar tudo que se deseja e da forma que deseja na construção de seu perfil, porém, apesar dessa possível dificuldade, dessa incerteza (**Não sei... se peguei o rumo certo ou errado**), mostra otimismo, com mensagens que também motivam aos que leem seu perfil. Expondo sua possível incerteza, fragilidade frente a determinados assuntos de interesse coletivo, como felicidade,

dinheiro, sucesso, o criador do perfil se aproxima daqueles que compartilham dos mesmos ideais, construindo para si uma imagem positiva perante o público.

Mesmo em se tratando de um perfil com citações, o usuário quis mostrar simpatia, envolvendo o outro em sua autodescrição, não ignorou que, para ser bem aceito, precisa ter um público aliado a ele. Ao dar opções ao receptor por usar atenuadores no texto, de acordo com Lakoff (1987), faz com que o receptor se sinta bem. A autora afirma que esses princípios são fundamentais para uma boa interação.

A regra da não imposição se aplica, de acordo com a autora, principalmente, em ambientes sociais marcados pela diferença social e hierárquica dos participantes da interação. Obrigar uma das partes a fazer algo, pode gerar grandes tensões entre os interlocutores.

No caso do contexto em questão, gênero perfil do *Orkut*, apesar de não haver uma diferença social marcada e tampouco uma hierarquia, o envolvimento entre os membros se dá basicamente por meio desses pequenos textos deixados na página. Esses textos são retratos da boa ou má conduta social do membro, portanto, há um esforço em se manter, mesmo com paráfrases, um discurso de aceitação perante os outros membros, a fim de não haver possíveis ameaças à face da outra parte da interação.

Outro tipo de citação, apontando para uma intertextualidade explícita, é a, como chamaremos aqui neste trabalho, de intertextualidade identitária. Essa intertextualidade é garantida por intermédio de citações diretas ou indiretas, porém quase sempre diretas, de textos que marcam uma identidade, ou um grupo a qual deseja pertencer ou supõe-se que pertença, como é o caso do **perfil 2**:

(2) Alô meu povo... eu sou o caboclo sertanejo criado no interior paulistano.... amo a vida q levo e levo a vida q amo! Nao tenho morada fixa, minha vida eh cigana.... um dia estou com a paranaense, no outro estou com a paulistana... meu rastro deixa saudade por qualquer lugar onde eu passe... meu cavalo jah conhece do rio grande ateh o acre... o meu trabalho nao tem carteira, pois eu fabrico felicidade! Nosso senhor eh meu patrao, meu salario eh a humildade! Tenho ateh a solucao, pros namoros desenganados... sou alegria para as mulheres e o terror para os namorados... jah entortei ponta de faca com a palma da minha mao, bala do trinta bateu no meu peito, derreteu e caiu no chao! Dou esmola pra quem precisa, e ainda mando dinheiro pra ksa... se eu der tudo q tenho, meu dinheiro nao acaba. Para os amigos mando um abraço, e para os inimigos, muito obrigado! Pois a inveja de voces, Deus manda pra mim em forma de agrado!!

Este usuário, possivelmente, está ligado a um grupo específico, que chega a marcar sua própria identidade, por isso, utiliza esse texto citado em diversos blogs ligados a atividades de rodeios como uma maneira de firmar sua forma de se comportar ante à sociedade. Ao longo da descrição traçada não só demonstra um desejo de manter sua face

positiva, como é provado pela estratégia de polidez positiva: Use marcas de identidades do grupo (**Alô meu povo... eu sou o caboclo sertanejo**), esse recurso fará com que haja acolhimento desses pares que se identificam com o seu perfil; no entanto também há uma preocupação em não ameaçar a face negativa do seu possível interlocutor.

Ao usar generalizações e ser vago (**Nao tenho morada fixa, minha vida eh cigana.... um dia estou com a paranaense, no outro estou com a paulistana... meu rastro deixa saudade**), metáforas (**eu fabrico felicidade, meu salario eh a humildade**), pressuposições (**Tenho ateh a solucao, pros namoros desenganados... sou alegria para as mulheres e o terror para os namorados**), esse perfil usa de estratégias indiretas a fim de não impor nada ao seus interlocutores, diminuindo ou evitando a ameaça à face positiva do outro nessa interação. Os atos indiretos cumprem o papel de evitar que seja imposta qualquer tarefa para o ouvinte.

Goffman defende:

Existe um eco da distinção entre o valor das cartas compradas e a capacidade da pessoa que joga. Esta distinção não deve ser esquecida, muito embora tenha-se a impressão de que, quando a reputação de jogar bem ou mal é atribuída a alguém, esta reputação possa tornar-se parte da face que, mais tarde, deverá ser mantida através do jogo. (1996, p. 96)

O uso dessas citações para causar impressão nos outros leitores e/ou para criar uma reputação em um meio pré-selecionado, é uma estratégia de envolvimento também, pois como essa face “deverá ser mantida através do jogo”, todos os leitores que também estão enquadrados nas descrições ali assinaladas, aceitaram bem esse perfil, até o tornando referência de comportamento, ou objeto de identificação por parte de outros, principalmente pela simpatia traçada ao longo do texto e no tom bem humorado, divertido em que conduz sua descrição. Essa camaradagem demonstrada, não só reforça sua imagem positiva como também ajuda o leitor a se sentir à vontade diante de qualquer possível situação embaraçosa, como um exagero ou até uma incoerência na construção daquele perfil.

O *Orkut* é uma ferramenta virtual em que seus usuários brincam com sua identidade, buscam se socializar de forma aceitável, e, quase sempre, dentro do quadro que analisamos, demonstram preocupação com a face alheia. Em alguns perfis, é possível observar uma gama de intenções comunicativas agregadas em uma única elocução e que desembocam numa mescla de estratégias de polidez e preservação da face.

Por exemplo, na **máxima da simpatia** (Leech, 1983, p. 132), o falante usa estratégias a fim de minimizar a antipatia entre si próprio e o outro; fazendo isso, conseqüentemente, ele tenderá a maximizar a simpatia entre si mesmo e o outro.

Podemos atestar essa máxima, no perfil 2, na escolha do vocativo “**Alô meu povo**”; ao usar esse chamamento, geral e amistoso, o dono do perfil já diminui atritos, especialmente, por aparecer logo na entrada do texto, ou seja, essa escolha, possivelmente, indica que esse usuário tem a tendência de querer se aproximar de todos, pois não faz distinção de quem gostaria que lesse sua descrição, além de que o uso do possessivo **meu**, em geral, indica algo próximo, querido, que possui.

Além do vocativo, a escolha por uma linguagem simples, marcada por termos específicos da vivência de um grupo específico (o caboclo sertanejo criado no interior paulistano...meu rastro deixa saudade por qualquer lugar onde eu passe... meu cavalo jah conhece do rio grande ateh o acre... jah entortei ponta de faca com a palma da minha mao, bala do trinta bateu no meu peito, derreteu e caiu no chao!) demonstra interesse no outro e grau de proximidade.

Outro ponto que merece destaque é que, de acordo com Brown e Levinson (1987), o uso de vocativos generalizantes, muito embora pareçam abranger a todos, ele marca um grupo, uma vez que apenas aqueles que se identificam com aquele vocativo usado atenderão àquela mensagem ali esboçada, não constituindo, apesar disso, um uso que diminua a simpatia do “falante”, até o contrário, pode levar a muitos que não se atentam para essas definições marcadas de identidade de grupos a gostar da forma de abordagem e se mostrar solícito à mensagem ali deixada no perfil.

As análises dos perfis selecionados apontam para uma verificação de que os usuários não querem aparecer mal vistos ou não querem mostrar seus defeitos em um ambiente tão acessado e tão público. Ao contrário, diante da questão *Sobre... (Quem sou eu)* muitos preferem até se omitir por Não escreverem nada sobre si, outros preferem fazer uso de músicas, poemas e frases feitas, como já dito, para se esconderem de uma revelação mais pessoalizada. O intertexto é um recurso que está bem presente nesse ícone e é viável a fim de criar uma imagem popular e facilmente resgatável pelo público que lê o perfil.

No **perfil 3** há uma intertextualidade por paráfrase, o autor do perfil opta por também não citar a fonte de seu texto, porém aparecem marcas, como as aspas, indicando que o texto em parte foi reproduzido. Muito embora seja um perfil que se vale de verbos no imperativo, não cai na imposição levando em conta o contexto desse ambiente virtual, que aproxima seus membros como se fossem pessoas íntimas, mesmo sem se conhecerem:

(3) *“Muitos defeitos e qualidade, muitas visões, muitas atitudes, muitos pensamentos, muitos erros, alguns acertos. A inveja existe e está mais perto do que pensamos, sentimento pobre que impede o crescimento, a bondade infelizmente não é de graça, mas você escolhe o ambiente em que quer viver, mas o importante é sempre viver! Muitas lições e muitos aprendizados a vida é minha melhor escola.*

Descubra quem ta do seu lado de verdade, descubra o que quer pra si, descubra do que você é capaz e a vida será mais generosa. Amor próprio é seu melhor aliado, cuidado com a vaidade ela cega.

‘As melhores e mais belas coisas do mundo não podem ser vistas ou tocadas, elas devem ser sentidas com o coração’ [Hellen Kellers] s2x”

Logo nas primeiras linhas do texto do perfil, a sequência de descrições generalizantes que partem desde expressões que indicam modéstia, discrição e que produzem um efeito positivo, “**muitos defeitos**”, até a demonstrações de conquistas esperadas, “**alguns acertos**”, que parece demonstrar a transparência com que deseja se chegar aos seus possíveis leitores.

A busca por expressões que não o elevem também é um recurso que, segundo Leech, constitui a máxima da modéstia, a qual prevê que quando se minimiza o elogio a si próprio e se maximiza a crítica, cria-se uma modéstia que atrai o interlocutor, uma vez que diminui a imposição e ao mesmo tempo dá opções para que o leitor tire suas próprias conclusões.

Outro ponto que merece relevância é a Máxima de Lakoff (1975): *Ofereça alternativas.*

Ex: A inveja existe e está mais perto do que pensamos, sentimento pobre que impede o crescimento, a bondade infelizmente não é de graça, mas você escolhe o ambiente em que quer viver, mas o importante é sempre viver! Muitas lições e muitos aprendizados a vida é minha melhor escola.

Descubra quem ta do seu lado de verdade, descubra o que quer pra si, descubra do que você é capaz e a vida será mais generosa. Amor próprio é seu melhor aliado, cuidado com a vaidade ela cega.

Quando esse membro do *orkut*, criador do perfil, opta por não impor um comportamento, uma vez que dá opção (você escolhe), que ao ver dele não é positivo, ele

diminui a ameaça à face do outro e constrói para si uma boa imagem, imagem que não levanta polêmicas, que evita autoritarismo e que permite que o interlocutor tenha toda liberdade para tomar suas próprias decisões.

Apesar do uso de sequências verbais no imperativo (descubra), que a princípio poderiam ser encaradas como uma imposição, o contexto desse gênero perfil permite que os interactantes tenham um grau de intimidade a ponto do locutor sinta que está falando diretamente com um interlocutor conhecido, amigo, por isso, demonstra simpatia pelo outro para ser aprovado também.

Outra expressão que marca esse envolvimento com o outro além da própria semântica do verbo descobrir, que envolve não ficar desatento, envolve encontrar e conhecer algo novo, é a expressão “cuidado”. Em geral, a expressão é usada para pessoas próximas ou a quem queremos dar alerta para que demonstre precaução, ou seja, o membro do *orkut* com essa expressão pode aproximar muitos daqueles que não estão atentos ao que ele chama atenção: a vaidade.

Ainda há alguns perfis os quais, por meio da intertextualidade, o membro do *Orkut* deseja tanto a aprovação de um grupo que possivelmente não faz parte de seu meio social que compõe-se a fim de merecer essa possível ou esperada aprovação. Outro ponto que merece atenção é que a escolha do assunto a ser abordado, a escolha lexical é mais frequente no repertório linguístico feminino.

Lakoff analisa o estilo linguístico sob as variantes que ela denomina: lexicais, fonológicas e sintático-pragmáticas, entendendo que as mulheres desenvolvem um vocabulário mais extenso dentro de áreas que seriam de maior vivência feminina como a culinária, a moda e decoração e que também utilizam em sua fala intensificadores e eufemismos mais frequente que os homens. Igualmente, Lakoff observa que, de uma maneira geral, as mulheres expressam com mais facilidade os sentimentos positivos e com mais dificuldade os sentimentos negativos.

Mulheres tendem a ter um vocabulário técnico extenso sobre moda, cozinha e decoração, e um vocabulário bem fraco para esportes, automóveis e negócios. É patente que este desequilíbrio seja diretamente atribuído aos papéis que se esperam que as mulheres tenham em nossa cultura, às funções que elas têm que cumprir. (...) Mulheres tendem a se sentirem mais livres que os homens para expressar amor, intimidade, ternura, e aflição, e menos liberdade para expressar raiva e hostilidade. É insensato discutir, como é

algumas vezes e feito, que essa discrepância seja uma indicação da superioridade natural das mulheres. (...) Onde a linguagem dos homens tende, através de termos técnicos, evitar confrontações, a linguagem das mulheres utiliza eufemismos. (Lakoff, 1975, p.225-226)

Há um grupo de adjetivos que tem, ao lado de seus significados específicos e literais, outro uso, o de indicar a aprovação ou admiração do falante por algo. Mas outro conjunto parece, em seu uso figurativo, ser largamente confinado à fala das mulheres. Enquanto uma mulher tem a escolha entre as palavras neutras e as palavras das mulheres, como um homem não tem, ela pode estar sugerindo coisas muito diferentes sobre sua própria personalidade e visão do assunto pela escolha que fará. (Lakoff, 2010, p.22,23)

Transpondo o trabalho dessa autora para a cultura brasileira e para o contexto social virtual que é o Orkut, podemos observar que há uma tendência de que perfis construídos levantando questões como preocupação com aparência, consumo de roupas, maneiras de agir para ser mais polido serem parte de um itinerário de fala bem comum no meio feminino. Uma amostra pode ser vista no perfil 4, que mesmo com uma intertextualidade explícita, pois reproduz na íntegra o texto de outro, se percebe que a escolha textual vislumbrou um ponto bem específico.

*(4) Não preciso de roupas de marca ou de estilistas famosos.
Não preciso ir a lugares que não gosto, só para me enturmar.
Não preciso mentir ou me omitir para parecer popular.
Não quero distribuir sorrisos falsos e falar pelas costas.
Eu sou assim, vivo a vida do meu jeito, não preciso de muito pra ser feliz.
Tenho quem amo, faço o que quero e consigo tudo aquilo que a minha persistência me faz conseguir.*

O usuário do *Orkut* que utiliza esse texto como identificação do seu perfil, aparenta querer alcançar seu interlocutor, os possíveis membros que acessarão o seu perfil, com um tom de autodefesa. Essa autodefesa pode ser explicada a partir do uso repetitivo do advérbio de negação (**Não**) como tópico de quase todas as suas frases.

A seguir, esse membro utiliza verbos como precisar (**preciso**) e querer (**quero**), verbos neste contexto relacionados a um campo semântico do consumo, ou seja, esse membro não

precisa e não quer nada envolvido ao mundo consumista, itens como: roupas **de marca**, lugares só para se **enturmar**, mentir para **parecer popular**, distribuir sorrisos **falsos**; itens que atraem, em especial, um grupo social mais jovem, e alguns por não terem condições de acompanhar tais tendências desenvolvem estratégias de autodefesa, valorizando-se em outros aspectos para serem queridos e bem aceitos no grupo em que estão inseridos.

Essa descrição no *Orkut* é uma tentativa pública de construção de uma imagem que enfatize valores não materiais como mais importantes para viver bem (**não preciso de muito pra ser feliz; Tenho quem amo; consigo tudo aquilo que a minha persistência me faz conseguir**).

A escolha por expressões adjetivas, como: **de marca, famosos, falsos**, são marcadores de identidade feminina, uma vez que atestam uma preocupação que passa, em geral, despercebida pelos homens, que têm outras formas de mostrar sua presença social.

O uso de expressões de alvo coletivo, como: **feliz, consigo tudo, persistência**, pode ser um esforço desse usuário dono desse perfil para criar envolvimento, uma vez que apesar de não mostrar simpatia por não usar elementos atenuadores em sua construção textual, mostra que todos aqueles que valorizam esses mesmos valores podem se identificar com ele e aceitá-lo em seu meio. É uma estratégia sutil e que em outros contextos passaria como autoafirmação, egocentrismo por não ter sido usado nenhum elemento que modalize a construção como um todo. Para esse membro do *Orkut*, pertencer a um grupo que não valorize tudo que ele não considera “importante”, é enquadrar-se em um grupo, uma vez que possivelmente não pode atender a um grupo que imponha artifícios materiais como requisitos de aprovação. Com relação a essas exigências de grupo, Goffman (1980) confirma a seriedade com que são tratadas essas exigências:

A face sustentada para os outros participantes também suscitará sentimentos, os quais, embora possam diferir em quantidade e direção dos que se sente pela própria face, constituem um envolvimento com a face dos outros que é tão imediato e espontâneo quanto o envolvimento com a própria face. A face dos outros e a própria face são construídos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam a quantidade de sentimento ligado à face e como esse sentimento deve ser distribuído entre as faces envolvidas. (1980, p. 77)

Com relação a construções textuais prontas e mais aceitáveis, como as paráfrases e as intertextualidades, possivelmente, por virem de autores ora gerais, ora autoridades no contexto da escrita, como poetas e escritores, predominam no gênero perfil. Esse indicativo também aponta para uma necessidade de não se expor a outros com seu próprio texto, até pela

possível censura que este pode causar, talvez também por parecer pouco modesto se autorevelar com seu próprio texto, dessa forma, pode ser mais fácil se autodefinir com estratégias como essas, apoiar-se em textos de outros que tenham repercussão social aceitável.

Considerações Finais

Analisamos neste trabalho o dados linguísticos de construção de imagem no gênero perfil do Orkut. Focamos, sobretudo, em perfis de usuários dessa rede social virtual que veem nesse ambiente virtual a oportunidade de exercerem diferentes papéis por meio da construção de descrições pessoais que só serão questionadas por aqueles cuja convivência ultrapassa os limites da virtualidade.

Verificamos que ao criar esse jogo de representações por meio da linguagem nos perfis, os usuários apresentam estratégias a fim de merecer aprovação dos outros membros que, possivelmente, estabelecerão contato. Essas construções de imagem no Orkut do início desta pesquisa até o final passaram por algumas alterações. A intertextualidade abre precedente para muitas outras questões de pesquisa, uma vez que podem ser vistas de acordo com a idade do dono do perfil, do sexo e das preferências pessoais. Dessa maneira, há campo muito fértil para análises futuras.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

ERICKSON, F. e SHULTZ, Jeffrey. “O quando” de um contexto: Questões e métodos na análise da competência social. In: RIBEIRO, Branca Telles e PORTO, Pedro M. Garcez (orgs.). *Sociolinguística interacional*. S.Paulo: Edições Loyola, 2002, cap. 8, p.215 a 234.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 14. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

GOFFMAN, Erving. A Elaboração da Face. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980, p. 77.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*; tradução de Maria Célia Santos Raposo. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LEECH, G. *Principles of pragmatics*. London: Longman, 1983.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual*; tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio e XAVIER, Antonio Carlos. *Hipertexto e gêneros digitais*. . Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 13-67.

PRETI, Dino. A oralidade na escrita: o diálogo de ficção. In: PRETI, Dino. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p.117-215. (Série Dispersos)

O ESTILO NOS CONTOS DE CHICO ANYSIO: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Luana Ferraz*

Ana Cristina Carmelino**

Resumo: Com base nas reflexões teóricas de Bakhtin (2010) sobre os gêneros do discurso, este trabalho objetiva a caracterização do gênero conto, destacando a relevância do estilo

* Bolsista de Iniciação Científica pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

** Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

individual do autor na construção desse tipo de enunciado. Marcado pelo uso criativo da linguagem, o gênero conto mostra-se bastante maleável, o que determina que sua caracterização esteja presa, sobretudo, às escolhas estilísticas efetuadas pelo autor. Sendo assim, buscamos verificar, a partir da análise do conto *Tudo é questão de fé*, contido na obra *O batizado da vaca* (1972), de Chico Anysio, algumas das regularidades caracterizadoras do gênero conto de modo geral e, principalmente, alguns dos traços linguísticos recorrentes que ajudam a compor o aclamado estilo desse autor. As análises revelam que Chico Anysio lança mão de diferentes recursos linguísticos e estratégias de ordem sociocognitiva, cultural e interacional, unindo as características determinadas pelo gênero conto a traços estilísticos individuais na construção de uma narrativa claramente direcionada ao público popular.

Palavras-chave: Gênero conto. Chico Anysio. Estilo.

Abstract: Based on theoretical discussions of Bakhtin (2010) on the genres of discourse, this study aims to characterize the genre tale, highlighting the importance of individual style of the author in constructing this kind of utterance. Marked by creative use of language, the genre tale is malleable, which determines that its characterization is secured mainly to the stylistic choices made by the author. Therefore, we sought to verify, from the analysis of the story *Tudo é questão de fé*, contained in the work *O batizado da vaca* (1972), of Chico Anysio, some of the recurring linguistic traits that help make up the acclaimed style of this author. The analyzes show that Chico Anysio uses different linguistic resources and sociocognitive, cultural and interactive strategies, combining the characteristics of the genre tale with his stylistic individual features in the construction of a narrative that is clearly aimed at the popular audience.

Keywords: Genre tale. Chico Anysio. Style.

Não é novidade que, cada vez mais, o estudo dos gêneros do discurso e de suas aplicações deixa de ser uma preocupação restrita aos estudiosos da linguagem. Iniciada há muitos séculos na tradição ocidental, a observação sistemática dos gêneros ganha lugar de destaque a partir do século XX, despertando a atenção de especialistas de várias áreas do conhecimento.

No Brasil, sobretudo a partir da década de 90, o estudo dos gêneros do discurso, em suas diversas perspectivas, tem constituído uma importante tendência das pesquisas linguísticas. Apoiado, pois, em uma perspectiva sócio-histórica e dialógica fundamentada na reflexão teórica de Bakhtin, este trabalho visa à caracterização do gênero conto, ilustrada pela análise do conto *Tudo é questão de fé*, constante da obra *O batizado da vaca* (1972), publicada pelo escritor e humorista Chico Anysio.

É importante destacar que, para Bakhtin (2010), a expressão da individualidade da linguagem é um dos principais objetivos da literatura de ficção. Compreendemos, portanto, que, na caracterização de um gênero literário, os traços autorais merecem atenção especial.

Assim, este trabalho enfatiza a análise de alguns dos elementos que singularizam o estilo de Chico Anysio.

Para sustentar a análise proposta, primeiramente, tratamos de dados teóricos relevantes, a saber: do conceito de gênero, do histórico e da caracterização do gênero conto de acordo com as dimensões propostas por Bakhtin (2010) para os gêneros do discurso (conteúdo temático, estrutura composicional e estilo). Em seguida, discorreremos brevemente sobre a carreira literária de Chico Anysio e sobre a obra *O batizado da vaca*, como forma de contextualizar o texto analisado; e finalmente, apresentamos a análise do conto *Tudo é questão de fé*, na qual evidenciamos alguns dos traços linguísticos que constituem o prestigiado estilo do autor.

Os gêneros do discurso: ‘modelos’ de enunciados sócio-historicamente situados

Mais um dia começa. Acordamos e daí a pouco podemos estar diante do jornal lendo uma **manchete**, ou ainda vasculhando a *internet* em busca de uma **notícia** que nos interesse – momento em que às vezes aproveitamos para verificar e enviar *e-mails*. Se pudermos desfrutar de alguns instantes de lazer, talvez nos divirta entrar em um *chat*, ou quem sabe preferimos ler um **romance** para passar o tempo. Mas, se precisarmos trabalhar, seguimos pelas ruas, apressados, pouco atentos aos *outdoors*. Chegando ao trabalho, encontramos alguns colegas reunidos e queremos saber o assunto da **conversa**. Durante o dia fazemos **anotações**, escrevemos **bilhetes** e, vez ou outra, mandamos um **recado** àquele amigo que gosta de contar **piadas** na hora do almoço. Voltamos para casa e ao entrar ouvimos na TV um *jingle* que nos fala sobre as vantagens de um novo produto. Na sala, um **convite** de casamento está sobre a mesa, e no quarto, o filho que estuda para a **prova** de amanhã.

Manchete, notícia, *e-mail*, *chat*, romance, *outdoor*, conversa, anotação, bilhete, recado, piada, *jingle*, convite, prova: ‘rótulos’ que atribuídos a práticas comunicativas comuns não nos causam nenhum estranhamento. Todos os dias nos vemos envolvidos em diversas práticas sociais, interagindo convenientemente por meio da língua, compreendendo e produzindo enunciados adequados a cada situação comunicativa.

Para tanto, construímos ‘modelos’ de enunciados no interior de cada campo de utilização da língua. Esses ‘modelos’ nos indicam o que determinado enunciado é, como se define, em que situação deve ser produzido, a quem deve ser endereçado, qual conteúdo e estilo podem ser esperados (KOCH; ELIAS, 2010). Podemos, dessa forma, agrupar os

enunciados com características e propriedades comuns associados a cada esfera da atividade humana, aos quais denominamos gêneros. A esse respeito, o filósofo russo Bakhtin (2010, p. 261-262) apresenta as seguintes considerações:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (grifos do autor)

Logo, ao longo de nossa existência, lidamos com essas ‘formas relativamente estáveis’, modelando-as e remodelando-as em nossas práticas sociais. Assim, desenvolvemos nossa competência metagenérica – conhecimento dos gêneros textuais²¹, sua caracterização e função – a qual nos orienta quanto à construção e à inteligência dos textos da vida cotidiana (KOCH; ELIAS, 2006, 2010; KOCH, 2011).

Mas, se por um lado, construímos um conhecimento acerca dos gêneros de maneira quase automática e classificamos os textos sem nos darmos conta desse procedimento no dia a dia; por outro, podemos dizer que os traços comuns existentes entre as mais variadas produções escritas ou orais não passaram despercebidos aos olhos dos estudiosos.

²¹ Embora a noção de gênero seja muito próxima nas várias abordagens, as terminologias utilizadas ainda são bastante diversas. Dessa forma, poderá ser detectada em nosso texto, certa flutuação terminológica. Importa destacar, portanto, que, neste trabalho, não fazemos distinção entre as expressões ‘gêneros discursivos (do discurso)’ e ‘gêneros textuais’.

Segundo Fiorin (2006, p. 60), desde a Grécia o Ocidente “opera com a noção de gênero”, com sua atenção voltada especialmente para o estudo dos gêneros retóricos e literários. Conclui-se, pois, que o estudo dos gêneros se deu na história literária, atravessando períodos que oscilaram entre aqueles regidos pela intensa normatização, em que eram consideradas as propriedades formais fixas e imutáveis; e aqueles caracterizados pela busca da ‘liberdade formal’.

Todavia, a partir do século XX, a discussão das questões relacionadas ao estudo dos gêneros tem despertado o interesse de um número cada vez maior de áreas de investigação, tais como a sociologia, a publicidade, o jornalismo, a comunicação empresarial, a retórica, a crítica literária, entre outros (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2007).

Foi em meados do século XX que Bakhtin (2010, p. 264), em um trabalho precursor, discutiu a importância do estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros para quase todos os campos da linguística e da filologia. Segundo o autor, a investigação de material linguístico concreto, relacionado aos diferentes campos da atividade humana, poderia levar os pesquisadores a extrair fatos linguísticos também concretos, fugindo ao excesso de abstração e à ausência de historicidade.

A partir dessas considerações, o estudo dos gêneros foi incorporado aos trabalhos de diferentes áreas da Linguística, o que tem resultado na atual profusão de terminologias, posições e teorias utilizadas para o tratamento do tema²².

De nossa parte, lançamos mão de alguns dos subsídios teóricos propostos por Bakhtin (2010) em seu ensaio sobre os gêneros do discurso para realizar a caracterização do gênero conto, objeto de estudo deste trabalho.

Gênero conto: breve histórico e caracterização

O gênero conto, produzido no interior do campo literário, é configurado materialmente como uma narrativa artística pouco extensa “que tem como característica central condensar conflito, tempo, espaço e reduzir o número de personagens” (GANCHO, 1991, p. 8).

A ‘unidade de ação’, ou seja, a existência de um único conflito condiciona as demais características do conto e conduz todos os ingredientes narrativos à concentração. Desse

²² Um mapeamento dos principais conceitos, termos e explicações disponíveis no campo de estudo dos gêneros pode ser encontrado em MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

modo, observa-se, sobretudo, no conto tradicional, uma unidade de espaço (apenas um ambiente apresenta importância dramática); uma unidade de tempo (os acontecimentos geralmente se processam em um curto lapso de tempo); uma unidade de tom (todos os componentes da narrativa concorrem para provocar no leitor uma só impressão); e uma redução do número de personagens, que não crescem no decorrer da narrativa, mas permanecem imóveis no tempo e no espaço e têm focalizadas apenas suas características mais relevantes²³.

Interessante notar que o conto possui sua brevidade relacionada a uma origem popular que remete às antigas narrativas orais. Bremond e Verrier (1982), citados por Moisés (1994, p. 32), afirmam que “[...] as raízes históricas dos contos são de fato uma abundância de radículas, e [...] o universo do conto se espalha em uma multidão de tradições heterogêneas”. Dessa forma, o conto se relacionaria inicialmente ao folclore, o que o aproxima de outros gêneros provenientes da cultura oral, normalmente anônima, como as fábulas e os contos de fadas.

Mais tarde, porém, o conto escrito, desligando-se da tradição folclórica, assumiu autor individualizado, novos temas e novas formas, constituindo o que chamamos conto literário – tipo de narrativa que alcançou intenso desenvolvimento a partir do século XIX. Assim, o conto literário tem apresentado uma relativa flexibilidade, sofrendo variações ao longo de sua história, as quais lhe permitiram atender às funções socioculturais que foram atribuídas em diferentes épocas às práticas artísticas.

No que diz respeito à observação das dimensões do gênero do discurso propostas por Bakhtin (2010), podemos verificar, portanto, que o gênero conto apresenta uma plasticidade considerável em relação ao conteúdo temático, à composição e, principalmente, ao estilo.

De acordo com Bakhtin (2010), o conteúdo temático de um gênero diz respeito à sua finalidade discursiva (ou propósito comunicativo). Assim, podemos considerar que o conteúdo temático do gênero conto consiste em registrar literariamente episódios singulares, representando a vida “[...] na sua multiplicidade de situações, impressões e incidentes” (GOTLIB, 1985, p. 73), o que nos leva a concluir que, a variação apresentada em relação a esta dimensão, se dá, sobretudo, porque o conto, assim como outros gêneros narrativos de índole ficcional (romance, novela), não raro, espelha as mudanças das representações culturais nos diversos períodos histórico-literários e das posições ideológicas neles inscritas.

²³ Para maior esclarecimento das “unidades do conto”, veja-se Moisés (1994, p. 45-51).

Desse modo, o gênero conto sofreu as metamorfoses que o conduziram da “forma simples”²⁴, próxima do folclore, do universo das histórias de proveito e exemplo, de fadas ou da carochinha – cultivada por La Fontaine e pelos Irmãos Grimm, entre outros – à “forma artística”; e mais tarde, passou pelos deslocamentos de sentidos e de objetos, que o levaram do ‘conto tradicional’, mais relacionado às origens do gênero, à ação e aos ‘acontecimentos exteriores’, ao ‘conto moderno’, de feição mais psicológica.

A construção composicional – segunda dimensão dos gêneros do discurso proposta por Bakhtin (2010) – corresponde ao modo de organizar/estruturar o texto. Esse seria o nível da textualidade que “corresponde à sintaxe das grandes massas verbais, recobre os planos de textos, os agenciamentos de sequências textuais (narrativas, descritivas, argumentativas, expositivas e dialogais) e as relações entre texto e imagem em formas textuais plurissemióticas” (BAKHTIN, 1978 *apud* ADAM; HEIDMANN, 2011, p. 28).

Como não poderia deixar de acontecer mediante as flutuações verificadas nas outras dimensões do gênero, a construção composicional do conto sofreu historicamente alterações relevantes, em especial, na passagem do ‘modo tradicional’ ao ‘modo moderno’ de narrar.

Segundo Gotlib (1985) e Moisés (1994), no ‘modo tradicional’ a estrutura do conto é linear, o início é delimitável, ação e o conflito passam pelo desenvolvimento até o desfecho ocluso, com clímax e resolução final. O ‘modo moderno’, por sua vez, rompe a linearidade. Sua estrutura fragmentária apresenta normalmente um início abrupto e um desfecho aberto. O clímax (quando existente) não está mais localizado no desfecho, mas em qualquer outro ponto da narrativa.

No entanto, a despeito das inevitáveis variações e ao contrário de outros gêneros narrativos, como o romance – gênero em *devir*, considerado por Bakhtin (1998, 2010) como um objeto estético permanentemente inacabado –, o conto conservou um núcleo formal (ainda relacionado em parte às suas origens). Isso equivale a dizer que o conto, enquanto gênero discursivo nos moldes bakhtinianos, diferencia-se dos demais gêneros literários predominantemente narrativos – pluriestilísticos e de conteúdo variável –, em grande parte, por sua construção composicional, que não está relacionada simplesmente à curta extensão

²⁴ As expressões *forma simples* e *forma artística* são propostas por André Jolles (1976) para designar, respectivamente, o conto enquanto forma narrativa ligada ao folclore, sem autor identificável, que se mantém através dos tempos recontada por vários; e o que entendemos por conto literário, forma única, elaborada por um autor individualizado.

material do gênero, mas, principalmente, à condensação dos elementos narrativos, garantida pelas ágeis sequências textuais que normalmente o compõem.

Convém esclarecer que os gêneros são formados por sequências diferenciadas, ou seja, por diferentes construções teóricas, definidas por propriedades linguísticas intrínsecas: aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas (MARCUSCHI, 2002), às quais denominamos sequências (ou tipos) textuais. Tais sequências podem ser classificadas, teoricamente, em algumas poucas categorias: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e diálogo²⁵.

Dessa forma, no que tange ao conto, observamos, normalmente, um predomínio das sequências narrativas e dialogais, dado o caráter de condensação do gênero, que consiste em breve relato; envolvendo, portanto, uma rápida evolução dos fatos ou acontecimentos.

Por fim, o estilo (terceira dimensão dos gêneros do discurso) refere-se, segundo Bakhtin (2010), à seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais tipicamente aplicados a um gênero. Portanto, podemos considerar que o estilo, na perspectiva bakhtiniana, abrange tanto os ‘estilos’ de língua no sentido de socioletos, ou seja, a fraseologia de um grupo social, quanto a variação individual, ou o ‘estilo’ no sentido idioletal, conforme apontam Adam & Heidmann (2011).

Existem, entretanto, condições em que a absorção do estilo individual pelo gênero do discurso se faz de forma mais produtiva. Segundo Rodrigues (2007, p. 168),

Todo enunciado, por ser individual, pode absorver um estilo particular, mas nem todos os gêneros são capazes de absorvê-lo da mesma maneira. As condições mais produtivas se encontram na esfera literária, onde um estilo individual faz parte dos propósitos, da finalidade do gênero, pois é uma das funções da comunicação artística.

Dessa forma, verificamos que a multiplicidade estilística apresentada pelo gênero conto não deriva apenas das escolhas linguísticas relacionadas a cada período ou escola literária, mas é, principalmente, fruto da expressão do estilo individual dos autores.

²⁵ Algumas divergências podem ser encontradas em relação às classificações das sequências (ou tipos) textuais. Há, por exemplo, autores que não fazem referência à sequência dialogal, como Marcuschi (2002; 2008), enquanto outros optam por não incluir a sequência injuntiva, como Adam (2011).

Assim, podemos perceber que, por estar associado a situações de comunicação que preveem um uso criativo da linguagem, o gênero conto mostra-se bastante maleável, o que determina que sua caracterização esteja, em grande parte, presa às escolhas temáticas e composicionais, mas, sobretudo, às escolhas estilísticas efetuadas pelo autor na construção do enunciado.

A concepção de autoria ganha, pois, grande destaque na caracterização deste gênero. As escolhas do autor, sob a influência de fatores linguísticos, literários e culturais, em certo momento da história social e discursiva, determinam, sobremaneira, a manutenção e, principalmente, a variação nos componentes do gênero conto. Contudo, é sempre importante lembrar que a concepção de autoria “não se refere a uma pessoa física (empírica)”, como destaca Rodrigues (2007, p. 171), mas a uma “posição de autoria inscrita no próprio gênero”, uma “posição do autor” (BAKHTIN, 2010, p. 385) que garante a responsabilidade discursiva do enunciado.

Partindo dessas considerações, apresentamos, em seguida, a análise do conto *Tudo é questão de fé*, contido na obra *O batizado da vaca* (1972) – primeiro livro publicado pelo escritor e humorista Chico Anysio. Tal análise visa, além de ilustrar algumas das regularidades caracterizadoras do gênero conto de modo geral, assinalar alguns dos elementos recorrentes que contribuem para determinar o estilo do autor Chico Anysio.

O contista Chico Anysio e sua obra *O batizado da vaca*

A obra *O batizado da vaca* (1972) é o primeiro livro publicado pelo já então consagrado humorista Chico Anysio. Nela estão reunidos vinte contos curtos, histórias que buscam retratar a vida urbana, o cômico e o trágico no cotidiano das grandes cidades brasileiras no início da década de 70.

Utilizando parte da matéria-prima que garantia seu sucesso na TV e no teatro, Chico Anysio criou pequenas histórias que atenderam plenamente ao gosto popular, dando início a uma bem sucedida carreira literária. O sucesso de *O batizado da vaca* (1972) – aproximadamente 400 mil exemplares vendidos em 57 edições – garantiu a publicação de mais um livro no ano seguinte, *O enterro do anão* (1973), que em sucessivas edições vendeu cerca de 260 mil exemplares²⁶. A partir daí Chico Anysio não parou mais de publicar.

²⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.chicoanysio.com/geral.htm>>. Acesso em 18/07/2011.

Atualmente, sua bibliografia inclui um total de 23 títulos, sendo a maior parte, livros de contos.

Surpreendentemente, em *O batizado da vaca*, Chico Anysio não pretende fazer rir em todas as histórias – como se poderia esperar do conhecido humorista da TV –, embora, algumas vezes, utilize sua escrita rápida e precisa para obter o efeito cômico.

Das considerações que outros renomados autores fizeram a respeito do estilo do contista Chico Anysio, podemos destacar um trecho de um texto escrito por José Cândido de Carvalho, que foi publicado como prefácio do livro *É mentira, Terta?* (1973):

Chico fez muito bem em cair na pena e escrever o seu bom e astucioso escrever. Já disse que estamos diante de um escritor que sabe, como poucos, prender grandes massas de leitores. O curioso é que não há mistério nesse encanto. Chico trabalha suas inventorias, seja em *O enterro do anão* ou *O batizado da vaca*, com a simplicidade das flores do campo. Não enfeita, não complica, não engana. É simples e natural.
(grifos do autor)

A seguir, apresentamos uma breve análise do conto *Tudo é questão de fé* a fim de pontuar algumas das características dos contos de Chico Anysio, em especial, aquelas que marcam seu estilo “simples e natural”.

O estilo linear e cativante de Chico Anysio em *Tudo é questão de fé*

O conto *Tudo é questão de fé* possui 11 páginas, sendo, dessa forma, extenso demais para ser exposto textualmente neste artigo. Por isso, optamos por iniciar este item com um resumo do conto com vistas a facilitar a compreensão de nossa análise:

João Mendonça Albuquerque de Silva Carvalho é um tímido funcionário público. Homem comum, religioso, quase anônimo. Mendonça é o alvo das preocupações da mãe e dos apelidos atribuídos pela vizinhança. Mas, apesar disso, o tolo Mendonça consegue se casar com Diná, o lindo e louro objeto de desejo da rapaziada.

O enlace, incompreensível aos olhos dos conhecidos de Mendonça e dos admiradores de Diná, é, na verdade, motivado pelo envolvimento da moça com Luís Paulo, atlético

pilantinha, dono de um belo par de olhos verdes e de algumas “tiradas filosóficas”, porém, sem nenhuma vocação para o matrimônio.

O relacionamento entre Diná e Mendonça vai bem até o dia em que Mendonça chega a sua casa e se depara com Diná deitada; e com Luís Paulo, de cueca e meias. A partir daí, o casamento vai ainda melhor... para os três. Isso graças à ideia “divina” de Diná, que, ao ser flagrada com Luís Paulo, convence o marido de que o moreno em trajes menores é um anjo.

Mas, para o azar de Luís Paulo, nem todos os maridos são prudentes, calmos e religiosos como Mendonça. Pelo menos Dr. Ivo, o médico do bairro, não é, e prova isso assassinando Luís Paulo com um tiro no estômago ao vê-lo beijar sua mulher ao som de um bolero.

Luís Paulo foi um anjo, mas Dr. Ivo é ateu.

Tendo em vista as dimensões dos gêneros do discurso propostas por Bakhtin (2010), fica evidente que, no conto *Tudo é questão de fé*, Chico Anysio maneja com destreza os mais diversos recursos e estratégias de ordem linguística e extralinguística, na construção de um texto que cumpre dois principais objetivos: divertir e fazer uma crítica de costumes.

Em relação ao conteúdo temático, observamos que no conto em análise predominam os temas cotidianos e polêmicos. A partir da escolha de um conteúdo ‘exterior’ e ‘concreto’, como a situação conjugal de Mendonça e Diná, e de temas-tabu, como o adultério e a homossexualidade, o autor coloca a ação no primeiro plano do conto, lançando sobre a realidade um olhar plano e veloz.

No entanto, é importante ressaltar que o conteúdo temático, conforme proposto por Bakhtin (2010), não diz respeito apenas ao assunto específico de um texto, mas à finalidade discursiva de um gênero. Dessa forma, não podemos perder de vista que o propósito comunicativo do gênero conto (forma artística) é apresentar literariamente um flagrante, isto é, um episódio fortuito da vida das personagens.

A construção composicional (ou seja, o modo de estruturar/organizar o texto) é, por sua vez, marcada pela linearidade. Chico Anysio opta por apresentar o conflito em que estão imersas as personagens de forma ágil, o que é favorecido pelo desenvolvimento linear da trama, que pode ser dividida em três tempos: o início (caracterização de Mendonça e Diná); o desenvolvimento (casamento de Mendonça e Diná e adultério); e o final (morte de Luís Paulo).

Adequada à linearidade do enredo, a construção composicional do conto em questão apresenta uma abundância de diálogos diretos emoldurados por sequências narrativas com

foco em 3ª pessoa. Convém ressaltar que tal composição é comum no conto tradicional, uma vez que a sequência dialogal apresenta o conflito de maneira ágil, o que é apropriado à brevidade requerida pelo gênero conto de modo geral, e indispensável, principalmente, ao tipo de conto praticado por Chico Anysio, no qual a ação é elemento fundamental.

Como um ‘contista tradicional’, Chico Anysio busca o *punch line* final, o ponto forte no epílogo, que fecha o conto de maneira surpreendente, com o “estalo do chicote” (MOISÉS, 1994, p. 81). Por isso, a ação converge rapidamente para o clímax, localizado no desfecho imprevisível e moralizante, muito próximo às narrativas populares cômicas e às anedotas.

No que tange ao estilo, ou seja, à seleção de recursos gramaticais, fraseológicos e lexicais da língua, como salienta Bakhtin (2010), observamos que o gênero conto apresenta algumas peculiaridades.

Normalmente, o conto apresenta a condensalidade como traço estilístico fundamental. Sua linguagem deve ser “[...] objetiva, plástica e utilizar metáforas de curto espectro, de imediata compreensão para o leitor” (MOISÉS, p. 53), já que o contista busca produzir um texto breve e fluido. Contudo, o gênero conto, assim como os demais gêneros do campo literário, apresenta uma notável variabilidade estilística, resultante da absorção do estilo individual dos autores.

Para Bakhtin (2010), os gêneros da literatura de ficção são os que mais favorecem a expressão da individualidade do falante na linguagem do enunciado, isto é, o estilo individual. Segundo o filósofo russo, na literatura, o estilo individual “[...] integra diretamente o próprio edifício do enunciado, é um de seus objetivos principais [...]” (BAKHTIN, 2010, p. 265). Dessa forma, os traços estilísticos que individualizam a linguagem do autor constituem elementos imprescindíveis na caracterização do conto. Sendo assim, doravante enfatizamos algumas das regularidades que ajudam a configurar o estilo individual de Chico Anysio.

Um primeiro traço de estilo individual detectável no conto *Tudo é questão de fé* diz respeito à construção das sequências dialogais. Nesse ponto, o autor alia uma característica do gênero conto – o qual exige, por sua condensação, a utilização um número reduzido de personagens com características típicas e invariáveis – a um traço estilístico próprio do reconhecido criador de ‘tipos’ da TV, criando falas expressivas que marcam o discurso de cada personagem em termos de camada social, caráter, região, nível de educação, etc., como podemos verificar no exemplo abaixo:

- (1) “– Vou te fazer viajar aos infinitos do prazer, Dinazinha. Conhecerás, comigo, os horizontes perdidos de um dileto amor. É isso aí. Hei de ser o macho que em vão procuras pelo mundo. Falei. Sentirás, no meu amplexo, o êxtase profundo de um amor insondável. Morou?” (p. 31-32)

No exemplo (1), Luís Paulo “filho de pai remediado e pilantrinha de carreira” (p. 31) representa o ‘malandro carioca’, jovem de classe média, ‘tipo’ construído a partir das descrições do narrador e de um discurso permeado por frases feitas e expressões que simulam refinamento (*infinitos do prazer, horizontes perdidos de um dileto amor, o êxtase profundo, amor insondável*).

Há ainda outro fator que contribui, neste caso, para uma aparente formalização da linguagem: o uso do pronome pessoal correspondente à segunda pessoa do singular evidenciado pela conjugação dos verbos (*conhecerás, procuras, sentirás*).

Sabe-se que, no Brasil, o pronome *tu* tem emprego mais restrito que a forma de tratamento *você*, limitando-se ao extremo Sul e a alguns pontos do Norte, ainda não suficientemente delimitados (CUNHA; CINTRA, 1985). Por outro lado, também é sabido que em algumas das regiões nas quais se registra uma maior ocorrência do pronome *tu* é comum existir um cruzamento do pronome de tratamento de segunda pessoa com a forma verbal da 3ª pessoa. Tal fenômeno é, por exemplo, facilmente identificável na linguagem coloquial do estado do Rio de Janeiro, local onde se desenvolve a trama de *Tudo é questão de fé*, conforme salientam Cezario & Votre (2010). Porém, o que encontramos na linguagem de Luís Paulo é a concordância prevista pela norma culta, indicando uma preocupação incomum à situação de interação informal entre dois jovens cariocas.

Essa aparente formalização da linguagem é, no entanto, desmentida pelo uso de gírias populares, típicas dos anos 70 (*falei, morou*), caracterizando o ‘refinamento de araque’ do malandro Luís Paulo.

Algumas das sequências narrativas e expositivas que emolduram os diálogos são, por sua vez, permeadas por um grande número de adjetivos ou por sequências descritivas, que conferem mais vivacidade ao relato e, principalmente, auxiliam na caracterização das personagens, revelando mais um traço do estilo do autor:

- (2) “Diná era *linda*, além de *loura*. Quando o sol lhe batia nos cabelos até os ombros, parecia estar vindo buscar dourado neles. [...] Quando Diná passava, a rapaziada não

sabia se era preferível acompanhar os “ir e vir” dos *democráticos* quadris, ou o *macio* deslizar dos cabelos de um ombro a outro [...]. Os galãs da Rua Calmon Cabral davam em cima de Diná as 24 horas do dia!” (p. 29, grifos nossos).

- (3) “A linguíça que estava por baixo do angu chamava-se Luís Paulo. *Olhos verdes, como o mar do Nordeste, pele queimada pelo sol do Leme, físico modelado por um ginásio de halterofilismo e emoldurado pela camiseta Hering de gola olímpica, que se colava aos músculos, propositadamente, para os realçar.*” (p. 31, grifos nossos)

Outro recurso estilístico verificado na construção do texto de Chico Anysio é o uso de “estratégias metadiscursivas” (KOCH, 2011, p. 120), através das quais o autor/narrador avalia, corrige ou ajusta aquilo que está a dizer, ou ainda, reflete sobre sua enunciação, expressando a sua posição, o seu grau de conhecimento, os seus juízos de valor etc.

A exposição de ideias e pensamentos é muitas vezes taxada como um perigo para o equilíbrio do gênero. Segundo Moisés (1994), a presença de tal recurso no conto arriscaria transformar-se em “divagação adiposa e inútil” (p. 64), quando não empregada habilidosamente. Apesar do risco, Chico Anysio consegue inserir tiradas espirituosas, sem afetar o equilíbrio interno da narrativa:

- (4) “Mendonça era mesmo de uma cultura exuberante, se levada em comparação à cultura zero dos que moravam na rua. Sabia até fração!

Mas seus conhecimentos aritméticos não o livraram do apelido.

- Olha lá o Bichola!

Mendonça achou ruim, e a reclamação solidificou o apelido. Só tem a alcunha cimentada quem a ela reage. Seu protesto garantiu para todo o sempre o chamamento grotesco e injusto: “Bichola”.

Bem, até que nem era lá muito injusto.” (p. 29, grifos nossos)

- (5) “Triste mundo em que a religião e a educação não são entendidas. Pobre mundo em que se confundem as qualidades e os defeitos. Para um sujeito ser bom, quanto pior, melhor. E Mendonça, se não era MELHOR, temos que ser justos: PIOR, também não

era. Era meio-termo. Era temperado. Nem quente, nem frio. Mendonça era frapê. Isto. Frapê define bem o frescor do seu temperamento”. (p. 34, grifos do autor)

Ao introduzir os comentários do narrador no conto, o autor busca, aparentemente, criar uma atmosfera de cumplicidade e intimidade com seu interlocutor. Segundo Bakhtin (2010, p. 302):

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele. Essa consideração irá determinar também a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, dos meios linguísticos, isto é, o *estilo* do enunciado. (grifo do autor)

A relação de interlocução entre autor e leitor assume, pois, um tom familiar, graças às escolhas linguísticas de Chico Anysio. O autor narra como se estivesse em uma roda de amigos: o conflito, o ambiente, as personagens, a linguagem, tudo parece próximo ao cotidiano do leitor. E muitas são as estratégias utilizadas no sentido de potencializar essa impressão. As referências a locais conhecidos, por exemplo, são uma constante ao longo de toda a narrativa:

- (6) “O fato se deu no *Irajá*, mais precisamente na *Rua Calmon Cabral*, e merece uma atenção maior. Não apenas por ser verídico, mas por ser insólito. O palco foi uma modesta casa quase na esquina de *Monsenhor Félix* [...]” (p. 27, grifos nossos)
- (7) “Enfrentar o público não era tarefa que o Mendonça fosse capaz de realizar. Nunca se dera ao prazer de jogar futebol, quando menino, ou de matar uma aula simplesmente para fazer nada, ou remar na *Quinta da Boa Vista*, quando rapazola.” (p. 27)

- (8) “Casaram na *igreja da Penha* e foram morar na casa da mãe do Mendonça, na *Calmon Cabral*, porque a mãe, ficando sozinha, preferiu ir para *Caxias*, dividir uma meiógua com a irmã solteirona.” (p. 31, grifos nossos)
- (9) “Luís Paulo [...] conheceu Diná numa das idas da moça ao *cinema Rian* e, do *Rian* ao seu apartamento na *Gustavo Sampaio*, não demoraram mais do que uma boa conversa e cinco chopes.” (p. 31, grifos nossos)
- (10) “– Sou casado e separado. Não deu pra ficar junto, morou? Minha senhora era muito devagar. Casei porque meu velho queria e não deu pra tirar o corpo fora. Durou 6 meses. Ela mora, hoje, em *Marquês de Valença*.” (p. 33 grifos nossos)

As ruas e avenidas (*Calmon Cabral*, *Monsenhor Félix*, *Gustavo Sampaio*), bairros (*Irajá*), municípios (*Marquês de Valença*), parques (*Quinta da Boa Vista*) e igrejas (*Igreja da Penha*), além de outros locais conhecidos no circuito cultural do Rio de Janeiro na década de 70 (*cinema Rian*) situam a narrativa no tempo e no espaço, auxiliam na caracterização das personagens (o bairro onde mora uma personagem pode contribuir para que o leitor deduz a sua situação social e econômica, por exemplo) e aproximam o leitor da narrativa.

Chico Anysio mostra também uma preocupação frequente em aproximar sua escrita ao uso linguístico de sua época. A coloquialidade é, neste caso, encarada como uma “necessidade do texto”, uma “verdade artística” (PRETI, 2004, p. 146). Dessa forma, além da linguagem usada para as personagens, que é, às vezes, exageradamente popular; Chico Anysio atribui ao narrador uma linguagem prática e espirituosa, que reflete, frequentemente, as marcas da oralidade, a despeito do peso dado pela tradição à linguagem culta do narrador – em especial, ao onisciente, de 3ª pessoa, como é o caso do narrador de *Tudo é questão de fé*.

Sabemos que, diante das diferenças impostas pela situação de comunicação entre falante/ouvinte de um lado e escritor/leitor de outro, a escrita não pode, em momento algum, ser a representação fiel da fala, mas, apesar disso, “[...] é possível fazer chegar ao leitor a ilusão de uma realidade oral, desde que tal atitude decorra de um hábil processo de elaboração, privilégio do texto literário” (PRETI, 2004, p. 126). Assim, para transmitir a impressão de uma ‘realidade oral’, o escritor emprega, na escrita, ‘marcas de oralidade’, que

podem ser reconhecidas pelo leitor a partir dos “esquemas de conhecimento” (TANNEN; WALLAT, 1993 *apud* PRETI, 2004, p. 126) adquiridos em sua experiência como falante.

Dentre as marcas de oralidade mais frequentemente utilizadas por Chico Anysio podemos destacar:

a) o uso de maiúsculas que simula a entoação enfática da oralidade:

(11) “– O Mendonça é boa gente. É que ele é tímido. Dá uma colher de chá pra ele, Fernandinha.

– Mas não tem chance MESMO.” (p. 28, grifo do autor)

b) o uso de marcadores conversacionais (cf. Koch, 2011, p. 134 e Marcuschi, 1986, p. 68) que operam o ‘amarramento’ de porções textuais, dando ao texto escrito uma feição semelhante à fala:

(12) “*Daí*, o anjo passou a frequentar com assiduidade a casa do Mendonça.” (p. 35, grifos nossos)

c) o aproveitamento de adágios:

(13) “*Se dor de barriga não dá uma vez só*, por que aquele mal estar que Mendonça sentira na tarde em que conheceu o anjo seria único?” (p. 36, grifos nossos)

d) a repetição, recurso que compreende não só os vocábulos, mas também as estruturas sintáticas, e que, segundo Preti (2004, p. 129), pode dar à prosa um ritmo que lembra o da língua falada:

(14) “E Diná sacudia os cabelos [...] e caminhava, malvada, mais provocante ainda, quadris *indo e vindo, indo e vindo*. Isso, *todas as vezes, todos os dias*.” (p. 30, grifos nossos)

e) e o emprego de gírias e expressões populares:

(15) “E lá ia o Bilu, desinibido e safado amigo do Mendonça, *catar* outra *pequena* [...]” (p. 28, grifos nossos)

(16) “Ainda não tinha este bigode nem este cabelo quando se empregou nos Correios. *Pegava às oito e largava às seis*”. (p. 28, grifos nossos)

(17) “[...] não apenas a Calmon Cabral, mas todo o subúrbio do Irajá *caiu pra trás* quando soube que o Mendonça *tinha amarrado* a Diná.” (p. 30, grifos nossos)

(18) “Diná estava *meio tocada*, mas, mesmo se estivesse lúcida, se teria entregue àquele homem [...]” (p. 31, grifos nossos)

Por fim, é válida uma última observação a respeito do estilo do contista Chico Anysio, depreendido a partir da análise do conto *Tudo é questão de fé*. Embora o autor tenha sempre em vista o comprometimento com a linguagem simples, jamais deixa de lado o caráter artístico do texto, produzindo, frequentemente, arranjos pitorescos, pelo uso de metáforas e comparações – processos de identificação de semelhanças e transferência dessas semelhanças de um conceito para outro (CANÇADO, 2005) –, como ocorre em:

(19) “Saíam, e não acontecia rigorosamente nada, no que concernia a Mendonça. Nem na não pegava, enquanto o amigo *fazia sua mão viajar pelos páramos indevassáveis* (teoricamente) da sua pequena. *As moças escaladas para o Mendonça não se davam a reprise*.” (p. 27-28, grifos nossos)

(20) Diná *era um envelope com lacre, caixa forte de um banco inexpugnável. Indevassável e intocável como os documentos de guerra*. (p. 30)

Os traços temáticos, composicionais e estilísticos aqui discutidos – a par de muitos outros – permitem constatar a enorme complexidade do processo de construção do gênero conto, bem como a ampla gama de atividades realizadas por seu autor, tendo em vista o

equilíbrio entre a manutenção das características fundamentais do gênero e a inovação sempre pretendida no interior do campo literário.

Levando em conta a relação dialógica estabelecida com o leitor prevista por Bakhtin (2010), Chico Anysio constrói um texto direcionado ao público popular, o que determina não apenas a escolha do gênero, mas dos procedimentos composicionais e, principalmente, dos meios linguísticos, isto é, do estilo do enunciado. A fim de fazer-se compreendido por seu interlocutor e de aproximá-lo de seu discurso, o autor lança mão de diferentes recursos linguísticos, além de estratégias de ordem sociocognitiva, cultural e interacional.

Aliadas às características determinadas pelo gênero (brevidade, unidade do conflito, estrutura prioritariamente narrativa e/ou dialogal, agilidade da linguagem, uso de personagens-tipo), o texto de Chico Anysio, apresenta as marcas de sua autoria: abundância de diálogos e descrições, inserção de comentários irônicos, uso de gírias e expressões populares (entre outros traços de oralidade), aproveitamento de referências de época e de locais supostamente conhecidos pelo leitor, etc. Assim, com um estilo “simples e natural”, criteriosamente elaborado, Chico Anysio destaca os hábitos ridículos e os acontecimentos absurdos que dão pitadas de humor a um texto tenso que oscila entre o melancólico e o alegre, tornando-se um recordista de vendas.

Referências

- ADAM, J. M.; H. U. **O texto literário: por uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANYSIO, C. **O batizado da vaca**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.
- _____. **O enterro do anão**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1973.
- _____. **É mentira, Terta?**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1973.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CANÇADO, M. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (org). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

- GANCHO, C. V. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 1991.
- GOTLIB, N. B. **Teoria do conto**. São Paulo: Ática, 1985.
- JOLLES, A. **Formas simples**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, I. G. V. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- _____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MOISÉS, M. **A criação literária: prosa I**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- PRETI, D. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 152-183.

REFLEXÃO DA TRADUÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA RETEXTUALIZAÇÃO

Mayelli Caldas de Castro^{27*}

²⁷ * Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória/ES, Brasil. E-mail: mayellicastro@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral fazer uma reflexão do ato tradutório considerado como “Retextualização” baseada na hipótese defendida por Neuza Gonçalves Travaglia (2003). Pretendemos discutir a atividade de traduzir enquanto (re)produção textual, ou seja, produção de um novo/mesmo texto que originou-se de uma língua diferente; analisar as fases do processo de produção textual, mais especificamente em relação às operações realizadas na produção de um texto original, isto é, a partir da construção de sentidos; reconhecer e examinar os fatores de textualidade que contribuíram para o processo de tradução e também os fatores lingüísticos e extralingüísticos. Trata-se de uma análise textual, com suas fases de produção e, conseqüentemente, de co-produção. Procurou-se a abordagem de textos com finalidades didáticas. O gênero textual é a charge, assim, o *corpus* a ser analisado é uma questão de vestibular da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense – RJ). Na questão há três charges seguidas de suas respectivas traduções.

Palavras-chave: Tradução; Produção Textual; Textualidade; e Retextualização.

Abstract: This essay presents translation as “Re-Textualisation”, in accordance to Neuza Gonçalves Travaglia (2003). We will therefore discuss the activity of translation as a text (re)production, that is to say, a production of a new/same text that has its source from a different language; to analyze the phases of the process of the text production and, especially the operations that took place in the original text production, in other words, in the construction of meanings; to recognize and examine how the factors of Textuality contributed to the translation process and also the linguistic factors and the extra-linguistic ones. This is about text analysis, with its phases of production and, consequently, of co-production. It was intended the approach of texts with educational purposes. The text genre is the comic strip, thus, the *corpus* to be analyzed is a question from the Admission Test of UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense – RJ). On the student test page, there are three comic strips followed by their translations.

Key-words: Translation; Text Production; Textuality; and Re-textualisation.

Com visões das mais variadas possíveis, a tradução tem sido objeto de discussão de muitos estudiosos. Muitos a adotam como um processo mecânico de transferência ou transposição de linguagem, como conversão de signos incompreensíveis para compreensíveis, como decodificação, equivalência, enfim, como substituição de um código por outro. Com tantas tendências acerca das várias teorizações existentes sobre a tradução, percebe-se o surgimento de dicotomias, ou seja, confronto, dualidade: “fidelidade e criatividade”, “denotação e conotação”, “literalidade e obliquidade”, “sentido literal e sentido figurado”, “traduzível e intraduzível”, “autor e tradutor”, “forma e sentido”, dentre outras.

Como afirma Arrojo (1986, p.10), ao tentarmos refletir sobre os mecanismos de tradução, estaremos lidando também com questões fundamentais sobre a natureza da própria linguagem, já que a tradução implica uma definição dos limites e do poder dessa capacidade tão “humana” que é a produção de significados. Muitos pesquisadores examinam diversos tipos de textos traduzidos com o intuito de descobrir os passos que o tradutor percorreu

durante o processo. Nesta expectativa, é necessário rever o conceito de tradução que, segundo Arrojo (1986, p. 22), “não pode ser meramente o transporte, ou a transferência, de significados estáveis de uma língua para outra [...]”.

Sendo assim, partindo da teoria da desconstrução, há autores que tomam a tradução como um processo de criação, que sempre comunica uma interpretação, como Derrida (2002), por exemplo, para quem traduzir é interpretar, é conduzir para, numa mesma língua ou não (intralingual ou interlingual).

Contudo, é justamente uma reflexão acerca do ato tradutório que se propõe aqui, tendo como base a teoria de “Retextualização” proposta por Neuza Gonçalves Travaglia. Esse termo foi empregado por Travaglia, em 1993, para fazer referência à tradução interlingual (de uma língua para outra). O termo foi empregado por Costa (1992), que também trata a questão da tradução sob o aspecto da retextualização e em trabalhos com procedimentos diferentes como: a refacção ou reescrita (ABAURRE, 1995) e a transformação de textos orais em textos escritos, segundo a concepção de Marcuschi (2001). Neste trabalho, a retextualização é tomada em seu primeiro sentido, proposto por Travaglia, que reflete a atividade tradutória numa perspectiva textual, ou seja, propõe uma reflexão da tradução enquanto trabalho com o texto, realidade existente em uma determinada língua, que passará a existir como texto em outra língua. Nessa proposta, a tradução, como produção textual, considera que todos os fatores linguísticos e extralinguísticos da textualidade co-existem e se articulam nos diversos planos, tanto no universo da língua de partida como no da língua de chegada.

A hipótese básica defendida por Travaglia é de que a “produção original é desta forma uma textualização, uma *‘mise en texte’* e a produção da tradução é uma retextualização, produção de um novo/mesmo texto em uma língua diferente daquela em que foi originariamente concebido”. A tradução, vista sob este ângulo, considera que o texto não pode ser só produto, mas também processo, já que só existe pelo processo de composição e de leitura.

Desse modo, segue-se, então, uma proposta de investigação do ato tradutório através de traduções feitas e comparadas aos textos de partida, ou segmentos dos mesmos. Também se incluem nos objetivos: discutir a atividade de traduzir enquanto (re)produção textual, ou seja, produção de um novo/mesmo texto que originou-se de uma língua diferente; analisar as fases do processo de produção textual e, mais especificamente em relação às operações realizadas na produção de um texto original, isto é, a partir da construção de sentidos; e, por fim, reconhecer e examinar os fatores de textualidade que contribuíram para o processo de

tradução e também os fatores linguísticos e extralinguísticos. Trata-se de uma análise textual, com suas fases de produção e, conseqüentemente, de co-produção.

A respeito da hipótese defendida por Travaglia, a de que a tradução é uma retextualização, é importante ressaltar os fatores de textualidade como determinantes no ato tradutório e responsáveis pelas escolhas do tradutor. Portanto, nas hipóteses levantadas na análise em questão, o enfoque é sobre as interferências desses fatores e de sua relação com as condições de produção. Mas não somente os fatores de textualidade como também se observou a interpretação do tradutor como determinante no processo de ‘criação de sentidos’, bem como a ‘intenção’ desse tradutor ao fazê-lo. Conseqüentemente, a interpretação do tradutor acontece tanto no momento da leitura quanto no momento da produção do seu texto – que é um “novo” texto. Desse modo, é nessa interpretação que o tradutor coloca um pouco de si – ou coloca seu objetivo – neste novo texto, e o original, por sua vez, mantém-se em constante processo de transformação e “se dá modificando-se [...], ele vive e sobrevive em mutação”, assegura Derrida (2002, p. 38), reservando sempre uma surpresa ao tradutor.

Reflexões Teóricas

Balizada por um texto-fonte, durante toda a sua história, principalmente no que concernem os textos literários e religiosos, a tradução apresentou um conflito entre dois pólos: de um lado, a tradução literal e a fidelidade da forma; e, de outro, a tradução livre, que prioriza o conteúdo. A dualidade se coloca então entre a tradução de palavra por palavra ou a de sentido por sentido, ou seja, separação entre tradução “fiel” ou “literal”, única aceitável para os escritos sagrados, e tradução “livre”, admitida para os demais textos.

As décadas de 80 e 90 foram fundamentais para o incremento dos Estudos da Tradução. A partir das três últimas décadas, esses estudos percorreram diferentes abordagens e sofreram inúmeras mudanças de ênfase. Várias são as tentativas de compreensão do processo tradutório através de aproximações com as diferentes visões sobre o fenômeno, vindas do campo da lingüística, até os métodos e modelos interpretativos que, tomando de empréstimo do vasto campo dos Estudos da Linguagem as nuances entre os conceitos de língua e linguagem, procuram dar um passo mais além dos procedimentos técnicos resultantes das traduções, e propostos por estudiosos ligados à ciência lingüística.

Nida (1964) buscou algumas reflexões na lingüística e na etnologia para tecer considerações sobre a tradução; John Catford publicou, em 1965, um estudo sobre a tradução

à luz da teoria lingüística. Ele partiu do princípio de que se devia estudar a atividade tradutória através de categorias descritivas, próprias da lingüística, uma vez que se fazia um uso equivocado da tradução como método de ensino de línguas, o chamado Método Gramática-Tradução, lançando-se mão, segundo o autor, de “má gramática e má tradução” (CATFORD, Prefácio).

Outro pesquisador, o francês Georges Mounin, ao fazer um balanço do conjunto das correntes lingüísticas que se desenvolviam, procurava entender, em sua tese de 1963, a possível eficácia de cada uma das mesmas no enfoque da tradução.

Mounin (1963, p.191), ao falar das várias visões do mundo, trata da questão dos universais da linguagem, isto é, daqueles pontos em que haveria certa coincidência, certa homogeneidade na visão do mundo entre os homens pelo fato de que todos somos “seres humanos, habitantes do mesmo planeta”. Esses universais determinariam uma maneira mais ou menos comum para todos os povos de dividir o mundo e esta divisão teria reflexo na língua de cada povo principalmente no que se refere ao vocabulário, como nos sugerem os exemplos dados por ele. Isto acarretaria um certo paralelismo entre os vários idiomas. São os universais cosmogônicos, universais ecológicos, universais biológicos, universais psicológicos, universais lingüísticos, universais culturais e outros. Esta visão tornaria possível a tradução de qualquer língua para qualquer língua, no entanto, cada cultura filtra esta visão e distribui componentes comuns de maneira diferente. Assim, mesmo o que é comum não é visto, percebido e vivido de forma idêntica por duas culturas, portanto a “equivalência será sempre relativa” (Travaglia, 2003, p.81).

Colocando a tradução numa relação texto a texto, amplia-se a concepção do processo tradutório e aponta-se para elementos que não os especificamente lingüísticos. Segundo Cary (apud Travaglia, 2003, p.42), “o estudo lingüístico permanece sempre como uma condição prévia, nunca como uma explicação exaustiva da natureza profunda da operação de traduzir”.

Na teoria defendida por Travaglia, ela afirma que:

Ao traduzir (retextualizar em outra língua), o tradutor deve antes de mais nada ter em mente deixar abertos os caminhos da interpretação, embora, naturalmente sua tradução reflita sua própria interpretação e espelhe o sentido que para ele é, por assim dizer, o mais importante no original. (2003, p.40)

A autora dá destaque especial em sua obra a três posicionamentos teóricos: a) à teoria interpretativa proposta pelos integrantes da ESIT (*École Supérieure d' Interprètes et de*

Traducteurs) de Paris, na qual é destacada a divisão, forma e conteúdo, com privilégio para o conteúdo; b) às colocações de Rosemary Arrojo em “*Oficina de Tradução*” e outros escritos, onde se destaca a tradução como produtora de sentidos; e c) à teoria de Meschonnic cujo ponto de fundamental importância é o conceito de “*form-sens*” (forma-sentido).

Segundo Travaglia, essa base teórica forneceu pistas que a fizeram avançar em direção à proposta da tradução como retextualização. A autora deixa claro que se afastou propositalmente das teorias reestruturadas prioritariamente como técnicas ou procedimentos técnicos, já que seu objetivo era examinar o que realmente ocorre no processo tradutório e não elaborar um método de tradução (2003, p.34).

Diante disso, pode-se deduzir que definir tradução, produto e processo, não é tarefa simples, pois engloba e pressupõe posicionamentos teóricos sobre outras realidades tais como: língua, discurso, forma, sentido, texto, autor, leitor, citando as mais evidentes. Neste caso, a tarefa de traduzir envolve muito mais elementos do que simplesmente uma decodificação ou uma explicação de textos em outra língua.

Logicamente a barreira lingüística acaba sendo vencida, mas não no sentido de substituição de um código por outro, e sim no sentido de “universo textual discursivo a universo textual discursivo” (Travaglia, 2003, p.45). Assim, tradução é discurso, não deve ser situada no plano da língua, mas no plano do “contato dos conteúdos com a língua”, portanto no plano discursivo.

Delisle (1984, p.88-94) também faz questão de sublinhar que “traduzir não é comparar” e que há uma diferença fundamental entre “tradução de língua” e “tradução de texto”, a tradução da língua é um “exercício comparativo” e a tradução de texto, um “exercício interpretativo”. Numa das definições de Delisle pode-se ler que a tradução é uma “operação intelectual que consiste em reproduzir a articulação de um pensamento em um discurso” (Delisle, 1984, p.44).

Porém, nessa concepção faz-se uma separação radical entre língua e discurso, o que pode não ser pertinente, uma vez que “a língua só existe discursivamente e o discurso, tal como o pensamos, só é viável lingüisticamente” (Travaglia, 2003, p.49).

Assim, a autora exclama que:

Língua e discurso são assim inseparáveis. A tradução na verdade só será possível discursivamente; para traduzir é indispensável compreender e interpretar e estas operações só são realizáveis dentro do domínio discursivo. (Travaglia, 2003, p.49)

Daí parte a reflexão sobre a construção de sentido, a partir do discurso, do diálogo, do vai e vem comunicativo que é tecido entre os interlocutores. Não existe em estado puro, “a priori”. “O sentido é construído a partir do conflito entre o querer dizer do produtor e o que reconhece do receptor, uma coisa estando imbricada na outra”. (Travaglia, 2003, p.51)

Neste ponto da reflexão Travaglia (2003) cita Arrojo (1986) como questionadora das abordagens tradicionais sugeridas pelas teorias da tradução de Catford, Nida e Tyler, que basicamente vêem o texto como objeto estável, depositário de significados objetivamente delimitáveis e consideram a tradução como transporte, transferência desses mesmos significados de um texto para outro texto, ou de uma língua para outra língua. (2003, p.54)

Arrojo redefine o texto não como a representação fiel de um objeto estável que possa existir “fora do labirinto infinito da linguagem”, mas como uma “máquina de significados em potencial” (Arrojo, 1986, p.23). Nessa perspectiva, a tradução passa a ser uma atividade “produtora” de significados. As proposições de Arrojo consideram o leitor como aquele que produz os significados “a priori” presentes no texto.

Entretanto, Travaglia aponta Henri Meschonnic como o responsável por colocar a tradução de textos na poética que, para ele, é a “teoria do valor e da significação dos textos”. (apud Travaglia, 2003, p.56). O ponto principal da teoria de Meschonnic é o conceito de “*form-sens*” como unidade dialética e não como dois conceitos justapostos.

Travaglia, ao citar Meschonnic e interpretar sua teoria, deixa claro que essa é, sem dúvida, a maior base teórica para sua hipótese de retextualização. Percebe-se isso claramente no trecho abaixo em que ela cita Meschonnic e comenta a citação:

Assim, o texto deve ser considerado como um todo e a textualidade será o princípio segundo o qual a unidade não está em elementos isolados mas na passagem inteira. “Neste todo que é um texto, a palavra não tem um sentido, é o texto que é o sentido da palavra, todo o texto em todos os sentidos” (Meschonnic, 1973, p.62). Desta forma, é como um todo que o texto deve ser traduzido: “quando há um texto, há um todo, traduzível como um todo” (Meschonnic, 1973, p.349). Esta totalidade é o texto, “*form-sens*”, dentro da literatura, dentro da história, dentro da cultura; a tradução deve assim ser considerada não como uma anexação, mas como uma “relação entre duas culturas – línguas”, sempre na relação texto a texto (Travaglia, 2003, p.57).

Da construção de sentido à Textualização/Retextualização

Esse estudo consiste em uma proposta teórica sobre a tradução utilizando elementos da Linguística Textual. Isso porque como afirma Adam (2008, p.321) “a unidade não é a palavra, mas o texto [...]. Assim, uma tradução é apenas um momento de um texto em movimento. Ela é, inclusive, a imagem de que ele nunca acaba. Ela não poderia imobilizá-lo”. Ao fazer essa afirmação, Jean-Michel Adam assegura ao texto seu caráter interativo e reforça também a teoria de que a tradução só pode ser analisada enquanto processo de produção textual e, assim, vai ao encontro do que defende Marcuschi sobre o material linguístico a ser analisado:

Todos nós sabemos que a comunicação linguística (e a produção discursiva em geral) não se dá em unidades isoladas, tais como fonemas, morfemas ou palavras soltas, mas sim em unidades maiores, ou seja, por textos. E os textos são, a rigor, o único material linguístico observável. (Marcuschi, 2008, p.71)

Se a tradução é um “texto em movimento” como afirma Adam, ela está sempre sendo reconstruída à medida que se façam novas interpretações. Assim, pode-se afirmar que se trata de um ato de comunicação. Paraphraseando Marcuschi, torna-se indispensável aqui sua noção de texto que “pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico” (2008, p. 72). Ainda de acordo com Marcuschi, pode-se afirmar que “texto é uma reconstrução do mundo e não uma simples refração ou reflexo”. Nessa concepção, Marcuschi prova que o texto refrata o mundo na medida em que o reordena e o reconstrói.

Parece-nos interessante essa passagem de Marcuschi, pois ela atinge também a tradução (vista numa abordagem textual). Seria ousado (no entanto apropriado) defender que a afirmação também se enquadraria nessa reflexão acerca da tradução já que o tradutor, através do texto, reordena e reconstrói o mundo na medida em que faz suas escolhas para formar outra unidade de sentido (outro texto) com a substância de conteúdo do texto anterior.

Na obra de Marcuschi sobre produção textual, ele afirma que a LT (Linguística Textual) distingue entre *sentido* e *conteúdo* e não tem como objetivo uma análise de conteúdo, já que isto, segundo ele, é objeto de estudo de outras disciplinas. “O conteúdo é aquilo que se diz ou descreve ou designa no mundo, mas o sentido é um efeito produzido pelo fato de se dizer de uma outra forma esse conteúdo” (2008, p.74). Então, o sentido é um efeito do funcionamento da língua quando os falantes estão situados em contextos sócio-históricos e produzem textos em condições específicas.

Assim, na tradução procura-se manter o conteúdo, porém o sentido vai depender dos aspectos cognitivos, pois é a partir deles que o produtor/tradutor vai interpretar e, conseqüentemente, reconstruir o mundo à sua maneira, e depois vai (re)escrever esse mesmo conteúdo fazendo uso de estratégias e escolhas que vão determinar o efeito de sentido que ele pretende a fim de situar seu texto em um outro contexto sócio-histórico. Enquanto na produção do texto original não há regras que dizem qual o conteúdo que deve necessariamente se seguir a outro determinado conteúdo numa seqüência textual, no processo tradutório é necessário que se mantenha o conteúdo e uma seqüência textual lógica desse conteúdo, em relação ao texto original.

Visando apenas o conteúdo, a tradução seria tida como uma atividade ‘totalmente’ dependente do texto original. Mas com o advento das novas teorias, em especial o surgimento da Linguística Textual, e também com as análises cognitivas que buscam estudar e explicar o sentido, podemos refletir a tradução como uma atividade independente, pois é a construção de sentido, tendo em vista seu funcionamento e seu efeito em determinada comunidade, que vai determinar as escolhas feitas pelo tradutor.

Sendo assim, torna-se necessário ter em mente a noção de texto e de seus constituintes de textualidade. Beaugrande (1997, p.10) postula a noção de que “texto é um evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas”. Vale dizer que o texto ativa estratégias, expectativas, conhecimentos lingüísticos e não lingüísticos.

Em suma, se a tradução é produção textual, deve-se levar em conta os mesmos elementos como determinantes dessa produção, isto é, se o texto original ativa tais elementos, a tradução (novo texto) deve também ativá-los. Travaglia afirma que “o ato de traduzir tem que levar em conta não apenas os elementos lingüísticos em si, mas como eles funcionam discursivamente dentro de um texto” (2003, p.142).

No que concerne à produção, um texto, enquanto unidade comunicativa, obedece a um conjunto de critérios de textualização, já que, segundo Koch (1984, p.21-22) “todo texto caracteriza-se pela textualidade, rede de relações que fazem com que um texto seja texto (e não simples somatória de frases) revelando uma conexão entre as intenções, as idéias e as unidades lingüísticas que o compõem [...]”.

Na análise textual e da retextualização devemos levar em conta as fases de produção. Desta forma, faz-se uma busca de pistas lingüísticas que atestam as escolhas do tradutor, e não somente de pistas lingüísticas, mas também uma busca dos elementos textuais (coesão e coerência), do conhecimento de mundo, conhecimentos partilhados, informatividade, focalização, inferência, relevância, fatores pragmáticos, situacionalidade, intertextualidade,

intencionalidade e aceitabilidade. Esse trabalho considera fatores de ordem sócio-históricoideológico- cultural e lingüístico. Tal característica é de grande relevância, pois traduzir não pressupõe apenas o domínio do sistema da língua.

A concepção da tradução como retextualização acrescenta ao estudo do processo tradutório os instrumentos de reflexão da lingüística textual e da análise do discurso, proporcionando uma releitura da própria tradução enquanto teoria e enquanto prática.

Sendo assim, a tradução tida como um processo de retextualização dentro de um funcionamento discursivo leva em consideração não só o texto como objeto materializado, mas também a situação imediata de produção, a situação como contexto sócio-histórico e ideológico mais amplo, o sujeito.

Nessa abordagem, Travaglia baseou-se principalmente na leitura dos critérios de textualidade de Beaugrande e Dressler feita por Koch e Travaglia (1989). A autora defende que as etapas da tradução vão ser semelhantes às etapas da produção de um texto:

O que acontece na tradução é, desta forma, algo semelhante ao processo de produção de qualquer texto: o tradutor constrói o sentido a partir de um texto original; o sentido assim construído por ele transforma-se na sua intenção comunicativa; em seguida o tradutor planeja globalmente a tradução do texto levando em conta os elementos constitutivos da textualidade e buscando além disso estabelecer a coerência entre o original e a tradução e por fim realiza a fase por assim dizer concreta, palpável da retextualização, da “remise en text”, utilizando-se dos elementos que lhe oferece a língua com a qual está trabalhando. Traduzir supõe assim uma representação dos processos de produção de textos. (Travaglia,2003, p.68)

Dado o exposto, propõe-se aqui uma análise de uma questão de vestibular da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense - RJ), ocorrido em dezembro de 2008. Nessa questão, aparecem três charges escritas em inglês seguidas de suas respectivas traduções (intituladas pelo elaborador como “tradução livre”). O objetivo principal da questão era promover uma reflexão sobre os problemas atuais da agricultura. A prova foi disponibilizada por uma candidata do vestibular da UENF para o curso de Agronomia.

Portanto, segue abaixo a questão proferida:

Questão 43

As situações descritas nas charges nos remetem a problemas atuais da agricultura EXCETO:

a) À modificação de alimentos por meio da engenharia genética e riscos que isso pode

acarretar à saúde humana.

- b) À ação de grandes companhias do setor e dos lucros advindos dessa atividade.
- c) Ao conjunto de transformações ocorridas nas atividades agrícolas nas últimas décadas e à tendência à tecnificação de processos e produtos.
- d) Aos processos de industrialização e transformação nos hábitos de consumo de alimentos.
- e) Às tendências à diversificação e expansão do emprego no setor primário.

(resposta certa: letra E)

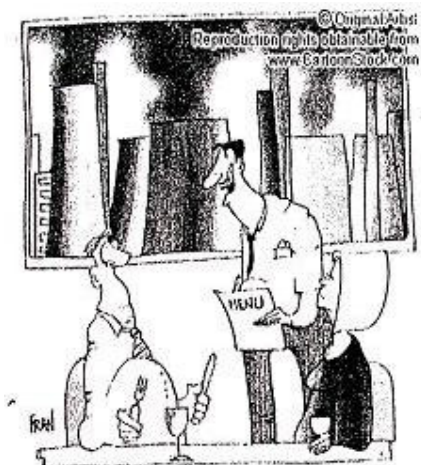
Observe as charges a seguir retiradas do site www.cartoonstock.com. Há uma tradução livre ao lado de cada charge.



Homem: O que houve com aquele tempo quando, no caminho de volta para casa, eu podia parar meu carro diante de uma “feirinha” de fazendeiros?

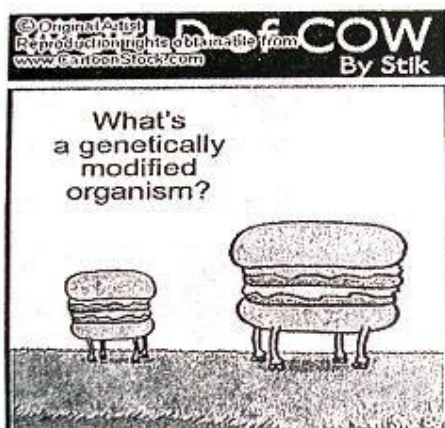
Senhora: O que houve com aquele tempo quando nós fazendeiros tínhamos “feiras” na cidade e as pessoas, quando iam para casa, paravam seus carros para comprar nossos produtos?

Menino: O que são fazendeiros?



ALL OUR PRODUCE IS LOCAL ... I'D RECOMMEND THE BATTERY CHICKEN BAKED IN HYDROGENSULPHIDE WITH POLYMORPHENE

Todos os nossos produtos são locais... Eu poderia recomendar o assado de frango em bateria de hidrogeniosulfido com polimorfina.



O que são produtos geneticamente modificados?

Será explicitada aqui uma análise sobre como alguns dos critérios citados nos pressupostos teóricos acima parecem mais influenciar as escolhas do tradutor e sobre como tais escolhas interferem na interpretação (produção de sentido).

Para começar, partimos em busca do *site*²⁸ proferido no título da questão, na tentativa de colher mais informações sobre o estilo das *charges* e *cartoons* contidos nele. Constatamos que se tratava de um endereço eletrônico americano que vendia seus *cartoons* e *charges*, não sendo possível a aquisição deles sem pagamento. Esse aspecto tornou-se interessante, pois daí não foi possível encontrar as *charges* que aparecem nesta questão, pois elas já haviam sido vendidas.

Partindo, então, para uma rápida descrição das imagens contidas nas *charges* escritas em inglês, sem considerar suas retextualizações, observamos que cada uma delas pertence a

²⁸ Este *site* oferece *charges* e *cartoons* de vários cartunistas diferentes.

um autor diferente, ou seja, elas apresentam estilos gráficos diferentes, bem como o estilo verbal.

Levando em consideração o aspecto semiótico²⁹, relacionado às imagens, percebe-se que o primeiro autor sempre apresenta uma imagem “envelhecida” em seus trabalhos, com personagens caracterizados por uma roupagem mais antiga. Por exemplo, percebemos essa característica também na primeira charge da questão de vestibular. Já o autor da terceira charge³⁰ apresenta sempre charges relacionadas ao mundo das vacas, como podemos observar o título “*world of cow*” (algo como: o mundo das vacas). Observamos, na imagem, dois hambúrgueres representando vacas no pasto. Em relação à segunda charge, o autor parece querer abordar um mundo moderno e cinza, isto é, a poluição e o estrago ao meio ambiente como resultado da modernização. Temos então uma rápida reflexão acerca das imagens como componentes semióticos que muito influenciarão na leitura das charges, na verdade são aspectos marcantes tanto para a interpretação em inglês como na tradução.

De fato, o que percebemos é que as três charges foram produzidas com propósitos diferentes. Tendo isto em mente, vemos que a primeira parece querer mostrar que, com a modernização, houve uma desvalorização da figura do agricultor (ou fazendeiro), visto que as novas gerações nem sequer reconhecem essa figura na sociedade.

Ao usar a expressão inicial “*what happened to the days...*” o texto nos remete a uma época longínqua, que existia há algum tempo, mas que agora não existe mais. E, ademais, essa ideia é concretizada com a imagem da senhora e do homem com seus estilos antiquados, e o menino com uma representação mais moderna, que poderia ser indicada pela imagem do boné para trás. A ironia desse texto está justamente na escolha da pergunta: “*What are farmers?*”, ou seja, a pergunta quebra o sentimento de nostalgia apresentado pelos dois primeiros personagens no uso da expressão inicial (“*What happened to the days..?*”).

Vemos que a coerência e a situacionalidade do primeiro texto se dá por uma realidade existente em uma região onde as pessoas não valorizam mais o trabalho de agricultores, não havendo mais espaço para eles no mundo moderno. Parece que essa é uma realidade presente no país de origem dessa charge, no caso os Estados Unidos. Ou seja, nos quesitos coerência e situacionalidade, a charge demonstra se encaixar no contexto de situação desse país. Observa-

²⁹ Semiótica no sentido preconizado por Halliday & Hasan (1985). Neste aspecto, a semiótica trata de todos os sistemas de signos (de significados).

³⁰ Ele apresenta-se como “Stik”.

se, também, que a intenção do autor é de fazer uma crítica e chamar a atenção para esse aspecto.

No segundo texto em inglês, vemos que a ironia está justamente no início, quando eles utilizam a expressão “*all our produce is local*”, isso porque, quando falamos de produtos naturais e orgânicos, geralmente ouvimos esse tipo de afirmação como propaganda.

Outra escolha especial é a expressão “*Battery Chicken*”, pois é esse um termo técnico vindo do inglês, também utilizado em português para representar um tipo de criação de frangos. É necessário destacar, em relação a esse termo, que não se trata de uma expressão que qualquer falante comum entenderia, mas sim de um termo técnico utilizado por um grupo.

Nessa charge a intencionalidade parece estar ligada a essa crítica e à ironia em relação ao que comemos, ou seja, comida industrializada, porém essa comida está cheia de componentes químicos altamente prejudiciais à saúde. Em relação à coerência e à situacionalidade essa é, sem dúvida, uma charge que se encaixa tanto à realidade do país de origem quanto ao nosso, visto o legado do mundo globalizado.

Na leitura da terceira charge, observa-se uma “conversa” entre um hambúrguer e outro (que estariam representando vacas). Quando um pergunta ao outro “*What’s a genetically modified organism?*”, percebe-se que a ironia se faz com a formação da pergunta feita por um hambúrguer menor, que poderia ser interpretado como um organismo que não fora geneticamente modificado, por isso o seu tamanho “inferior”. Daí, conclui-se, a julgar pela imagem, que o outro (hambúrguer/vaca/personagem) fora geneticamente modificado, justificando assim seu aspecto maior e mais vistoso. Isto indica, mais uma vez, quanto o aspecto semiótico interfere na interpretação e está diretamente ligado à construção de sentido. Esta charge representa também uma realidade existente no mundo moderno de muitos países, como o de origem da charge e o nosso.

Agora, para uma reflexão mais completa, iremos analisar toda a questão, considerando os textos em inglês e as retextualizações, bem como a elaboração da questão como um todo.

Desse modo, torna-se um imperativo destacar a intencionalidade como o critério primordial para a elaboração da questão e, conseqüentemente, da tradução, já que se trata de uma questão de vestibular. Tendo em vista o entorno sócio comunicativo e a situação em que se dá a comunicação, a intenção de quem produziu o texto traduzido foi decisiva nesse processo. Isso significa que o tradutor (e talvez o elaborador da questão) o fez com a intenção de levar o candidato do vestibular a uma reflexão sobre os problemas atuais da agricultura. Mesmo se o tradutor não for quem preparou a questão completa, quem o fez deve ter, no

mínimo, pedido ao tradutor que “guiasse”, por meio de seu texto traduzido, o vestibulando a essa reflexão.

É importante lembrar que Adam (1999, p. 41) observa que, até os anos 80, a Linguística Textual tratava o texto em suas propriedades co-textuais e, a partir dessa década, já define o texto como um evento comunicativo, tal como o fazem Beaugrande e Dressler (1981), deslocando o foco para a questão pragmática com a análise da intencionalidade e, particularmente, da situacionalidade. Vai-se do co-texto ao contexto. Halliday & Hasan (1985) também atribuem essa importância ao contexto.

Assim, voltando à análise do critério contextual intencionalidade, é importante observar que, ao lermos as três charges em língua inglesa e lermos suas traduções e em seguida a questão completa, fica claro que as intenções dos autores das charges (dos textos originais) podem ter sido diferentes das do tradutor e das do elaborador da questão, portanto os critérios pragmáticos não serão os mesmos. Se considerarmos o gênero ‘charge’ como um gênero que se caracteriza comumente por ironizar, criticar, satirizar e/ou provocar humor a partir de algum tema ou aspecto da sociedade, vemos que a temática das charges pode guiarnos para posicionamentos reflexivos diversos, isto é, a intenção “original” desses textos pode ter sido fazer crítica e chamar atenção sobre outros problemas enfrentados pela humanidade que não necessariamente (e somente) os da agricultura.

As charges por si mesmas podem nos levar a contextos e interpretações diversas. A tradução, então, torna-se aí como um guia para o vestibulando, o qual vai conduzi-lo a uma reflexão específica sobre a agricultura (considerando que o estudante vai ler primeiro a questão toda antes de respondê-la), reflexão essa que, conseqüentemente, o levará à alternativa correta.

Ao falar de intencionalidade como um princípio de textualidade que se destaca nessa questão de vestibular, devemos pensar em outro princípio relevante que surge em consequência dessa intencionalidade: é o princípio da aceitabilidade, pois levamos em conta o que o preparador dessa questão “intencionou” e como os vestibulandos “aceitaram” aquele resultado. Assim, destacam-se esses dois princípios em ação, a intencionalidade e a aceitabilidade como determinantes nessa tradução. Na verdade, a aceitabilidade, enquanto critério de textualidade, parece ligar-se a noções pragmáticas e ter uma estreita interação com a intencionalidade, como lembrou Beaugrande (1997, p.14).

Outro fator que deve ser destacado aqui é o da situacionalidade que, segundo Beaugrande (1981, p.15), “refere-se ao fato de relacionarmos o evento textual à situação (social, cultural, ambiental, etc.) em que ele ocorre”. Para completar essa ideia, cita-se

Marcuschi, que defende que “a situacionalidade pode ser vista como um critério de adequação textual” (2008, p.129). Nesse sentido, imaginemos que a questão analisada ocorre dentro de uma situação controlada e orientada, e, assim, conseqüentemente, a tradução também ocorre nas mesmas circunstâncias.

No entanto, se a situacionalidade é uma forma particular de o texto se adequar tanto a seus contextos como a seus usuários, poderíamos afirmar que a primeira charge pode ter fugido a essa proposta. Isso porque, no Brasil, cultivamos a cultura de comprar em “feirinhas” de produtos rurais, e isso ocorre mesmo em cidades maiores.

No entanto, se pensarmos também na coerência do ponto de vista do leitor, como propõe Marcuschi, quando afirma que “a coerência não é uma propriedade empírica do texto em si [...] mas ela é um trabalho do leitor sobre as possibilidades interpretativas do texto” (2008, p.127), veremos que, ao refletirmos sobre a coerência, juntamente com a situacionalidade, é possível inferir significado ao enunciado da primeira charge e, também, entender o discurso. Porém, o problema parece estar na situacionalidade já que, tendo em vista a situação cultural do nosso país, é estranho pensar em muitas pessoas que não conheçam e não saibam o significado da palavra “fazendeiros” (*farmers*) e/ou nunca tenham visto uma “feirinha” de produtos rurais. A partir desse elemento de textualidade (a situacionalidade), é possível refletir melhor sobre essa questão e chegar à conclusão de que ela poderia causar certa estranheza aos estudantes, especialmente porque a maioria dos que estavam fazendo tal prova tinham conhecimentos de agronomia, e muitos, provavelmente, fossem provenientes do meio rural.

Analisando dessa forma, podemos dizer que a primeira charge, que originalmente está escrita em inglês e que vem de um site estrangeiro, deve estar adequada à situação de seu país de origem, ou seja, ela representa um problema atual da agricultura local, condizendo com a realidade à qual pertence. No entanto, a escolha dessa charge, como representação de uma realidade brasileira, foge a essa percepção, pois é fato que, aqui no Brasil, ainda cultivamos essa cultura e de que, provavelmente, os estudantes que prestavam o vestibular não se sentiriam familiarizados com essa crítica.

No que concerne ao fator de intertextualidade, sabe-se que atualmente há muitas discussões e estudos quanto ao fato de se admitir que todos os textos comungam com outros textos, ou seja, não existem textos que não mantenham algum aspecto intertextual, já que nenhum texto se acha isolado e solitário. Nesse sentido, afirma-se, portanto, que há intertextualidade nos textos traduzidos em questão, mesmo porque, como afirma Marcuschi

(2008, p.130), “a intertextualidade é um fator importante para o estabelecimento dos tipos e gêneros de texto na medida em que os relaciona e os distingue”.

Segundo Koch (1991, p.530), num sentido amplo, a intertextualidade é uma “condição de existência do próprio discurso”. Podemos destacar, então, a intertextualidade enquanto fator que influencia na escolha do gênero e como “condição de existência do discurso”, de acordo com o que afirma Koch, e, também, como condição de existência da própria tradução. Entretanto, não destacaremos, nessa análise, a intertextualidade como fator de maior influência.

A respeito da escolha vocabular na tradução, percebe-se que alguns vocábulos podem influenciar diretamente o grau de informatividade do texto, a julgar pelas possíveis interpretações do leitor-alvo. Na primeira charge a palavra “*farmers*” é traduzida em seu sentido literal (fazendeiros). No entanto, para algumas regiões do Brasil, essa palavra pode remeter a um sentido de “pessoa rica com muitas posses e uma grande fazenda” e que essa pessoa não precisaria vender, pessoalmente, seus produtos numa “feirinha”. Para algumas comunidades rurais brasileiras, a tradução mais apropriada poderia ser “produtor rural” ou “agricultor”, pois ambas representariam melhor os donos de pequenas propriedades rurais que vivem de comércio de “feirinhas” e de forma modesta. Este é, sem dúvida, um exemplo que comprova que as palavras não possuem um significado estático, elas são passíveis de conotação e de toda a sorte de usos e interpretações.

Na segunda charge, a expressão “*battery chicken*”, em seu sentido literal, faz referência à criação de frangos em pequenas e apertadas grades e, portanto, sob condições cruéis. “*Battery*” (numa terminologia técnica da agricultura) quer dizer “produção em série de frangos”. No entanto, na tradução em língua portuguesa, essa palavra aparece com um sentido de que o frango é “temperado” com químicas nocivas à saúde. Pode-se afirmar que o sentido proposto pela tradução funcionou, pois realçou a ironia na afirmação de que todos os pratos servidos são de procedência local e, ademais, se nos remetermos ao visual da charge, observaremos o fundo estampado com uma imagem de poluição industrial. Sendo assim, mais uma vez pensamos em como a “intencionalidade” é um fator decisivo no ato tradutório.

Ainda sobre a escolha vocabular, na terceira charge, o tradutor ao usar a palavra “produtos” para traduzir “*organism*”, abriu margem para a interpretação de qualquer produto, não apenas o orgânico, pois “produto” designa um termo geral (produto orgânico, industrial, etc.), visto que os produtos não-orgânicos não podem ser geneticamente modificados. A melhor escolha, nesse caso, poderia ser a tradução literal desse termo, ou seja, a palavra “organismo”.

Nesse ponto da reflexão, parece que ocorreu o contrário: as escolhas vocabulares do tradutor interferiram na função de alguns fatores de textualidade, atingindo diretamente a construção de sentido pelo leitor-alvo.

Ao usar o termo “*battery*” como o “tempero” e a forma de preparo do frango, poderíamos pensar que, no inglês, a charge provavelmente tem um sentido dúbio e, ao lê-la, o estudante teria que compartilhar esse conhecimento com o autor, isto é, de que o termo remete a um estilo de criação de frangos em série, e também que a expressão “*battery chicken*” possui uma semelhança sonora com “*battered chicken*”, a qual se trata de uma forma de preparo de frango (tipo milanesa), em uma linguagem culinária. Percebemos que este trocadilho é exclusivamente fonético, visto ser a escrita diferente, mas, no entanto, funcionou como recurso para a construção do humor da charge, já que propõe um sentido duplo.

Essa questão mexe com o grau de informatividade do estudante, bem como com seu conhecimento partilhado. A informatividade diz respeito ao grau de expectativa, de conhecimento ou desconhecimento e de incerteza dos textos oferecidos. Logo, essa expectativa se concretiza para o vestibulando (leitor-alvo) quando ele lê toda a questão e volta aos textos traduzidos para “guiar” sua reflexão a fim de buscar respostas.

Por fim, dentro dos critérios ditos de conhecimentos linguísticos, isto é, dos conceitos diretos e esclarecedores a respeito da coesão e coerência, considera-se as três charges coerentes porque desenvolvem algum tópico, ou seja, referem conteúdos. São igualmente coesas porque se pode afirmar que os textos atendem a determinados requisitos (de coesão de acordo com a Linguística Textual) de sequencialidade textual.

Dessa maneira, as charges analisadas constituem-se na textualidade requerida. No entanto, as retextualizações, apesar de serem textos coesos e coerentes, demonstraram algum desvio no que concerne à situacionalidade principalmente, o que, de alguma forma, poderia afetar a coerência. Talvez, a primeira charge não tenha sido a melhor escolha para representar uma realidade de um país cuja agricultura é uma prática constante, ou seja, essa charge não representa fielmente o nosso quadro nacional. Porém, as demais charges estão, sim, de acordo com os problemas atuais, que facilmente seriam reconhecidos pelos estudantes.

Ao usar esses critérios definidores da textualidade para analisar a tradução feita nessa questão, temos subsídios para avaliar se, de fato, tal tradução (retextualização) funcionou de acordo com a intenção pretendida, e se o ensino de inglês do nível médio dá suporte suficiente para o entendimento da questão.

Certamente, os estudantes, ao se depararem com tal questão, devem ter estranhado o uso da “tradução” numa questão como essa (de vestibular), pois essa prática não é muito

comum nos livros didáticos de língua inglesa. Como veremos na parte 4.1 deste estudo, a tradução, de uma maneira geral, é muitas vezes utilizada de forma equivocada e não como recurso didático – essa afirmação é embasada na observação de materiais didáticos para o ensino de inglês como língua estrangeira para o nível Médio, e também na prática como docente nesta área. Adiante, discutiremos melhor essa abordagem.

Considerações Finais

Esta análise baseou-se na hipótese defendida por Neuza Gonçalves Travaglia de que a tradução é uma Retextualização e seu processo deve ser explicado pelos critérios de textualidade. Para isso, usou-se como base teórica para a análise a classificação desses critérios feita por Beaugrande e Dressler (1981).

Os resultados encontrados apontam para alguns critérios de textualidade como determinantes nas escolhas do tradutor (a intencionalidade e a aceitabilidade, por exemplo) e, também, o sentido como um elemento que vai ser sempre reconstruído à medida que se façam novas leituras e de acordo com o conhecimento de mundo do leitor-alvo.

Além disso, é primordial que se enfatize também os fatores pragmáticos na tradução como determinantes para essa ação. Também não se pode deixar de lembrar que a escolha vocabular vista nas traduções mostradas praticamente “interferiram” na função que os fatores desempenham, causando assim uma ação inversa do esperado.

Referências

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução: A teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.
- ADAM, Jean-Michel. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. Revisão técnica, Luis Passegi, João Gomes da Silva Neto. Vários tradutores. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEAUGRANDE, R. de. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of access to Knowledge and Society*. Norwood: Ablex, 1997.
- BEAUGRANDE, R.de & DRESSLER, W. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.

CATFORD, John Cunniison. *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo: Cultrix, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1980. Tradução de *A linguistic theory of translation*, Oxford University Press, 1965.

COSTA, W. C. *The translated text as re-textualisation*. In: M. Coulthard (Ed.) *Ilha do Desterro: Studies in translation/ Estudos de tradução*. Florianópolis: Editora da UFSC (1992a).

DELISLE, Jean. *L'Analyse du discours comme méthode de traduction théorie et pratique*. Initiation à la traduction française de texts pragmatiques anglais. Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984.

_____. *A história da tradução: sua importância para a tradutologia, seu ensino através do software multimídia e multilingüe*. Gragoatá, n.13, 2º semestre/2002, p. 25-34. Niterói.

DERRIDA, Jacques. *Torre de Babel*. Trad. de Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002 [1985].

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

_____, I.V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____, I.V. *Intertextualidade e Polifonia: um só fenômeno?* Revista D.E.L.T.A, 7:2 (1991): 529-543.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L.A. *Produção Textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, 296 p.

MOUNIN, Georges. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Do francês por Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

NIDA, Eugene. *Toward a Science of translation*. Leiden: J.B. Brill, 1964.

PAZ, Octavio. *Traducción: literature y literalidad*. Barcelona: Jusquets, 1981.

TRAVAGLIA, Neuza Gonçalves. *Tradução Retextualização: a tradução numa perspectiva textual*. São Paulo: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2003, 239 p.

UENF. *Vestibular 2009, 1º e 2º semestres*. Caderno de Provas. 2008.

POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista *PERcursos Linguísticos* publica trabalhos inéditos (artigos, resenhas e entrevistas) sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores (brasileiros e estrangeiros), pós-graduandos e alunos de Iniciação Científica (neste caso, com certificação do professor orientador).
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos trabalhos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista *PERcursos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O trabalho publicado poderá ser acessado pela rede mundial de computadores, sendo permitidas, gratuitamente, a consulta e a reprodução de exemplar do trabalho para uso próprio de quem o consulta. Essa autorização de publicação não tem limitação de tempo, ficando o site da revista (em elaboração) responsável pela manutenção da identificação do autor do artigo. Casos de plágio ou quaisquer ilegalidades nos textos apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O trabalho deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.

2. Os trabalhos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.

3. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:

- *Título*: centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
- *Nome do(s) autor(es)*: por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
- *Filiação institucional*: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
- *Resumo*: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- *Palavras-chave e keywords*: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
- *Texto do artigo*: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e *keywords*, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e

sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- *Referências*: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - ✓ Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - ✓ Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ANBT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
 - ✓ No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do *site*: http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download
- *Anexos*, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra **Anexo**, em negrito, sem adentramento e sem numeração.

- Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O trabalho (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado para endereço eletrônico percursoslinguisticos@hotmail.com em dois arquivos digitais, em formato *Word for Windows* (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo, em uma folha que anteceda o artigo, devem constar os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo. No texto somente do segundo arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es).

Serão devolvidos aos autores trabalhos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

PERcursos Linguísticos
COMISSÃO EDITORIAL

A/C Alexandro Rodrigues Meireles (presidente), Ana Cristina Carmelino,
Edenize Ponzo Peres, Júlia Maria da Costa de Almeida,
Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Maria da Penha Pereira Lins
ou Micheline Mattedi Tomazi

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística
Universidade Federal do Espírito Santo
Av. Fernando Ferrari, nº 514
Campus Universitário – goiabeiras
CEP 29075-910
Vitória – ES

Tel: 0 XX 4009-2801

E-mail: percursoslinguisticos@hotmail.com